

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Dvandro Pedro de Oliveira

Mudanças nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito
Rural: O Caso dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará.

Belém
Agosto/2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Dvandro Pedro de Oliveira

Mudanças nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito
Rural: O Caso dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz

Belém
Agosto/2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Dvandro Pedro de Oliveira

**Mudanças nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito
Rural: O Caso dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data: 29/08/2005.

Conceito:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Heribert Schmitz (Orientador)

Prof^a Dr^a. Maria de Fátima Carneiro da Conceição (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Osvaldo Ryohei Kato (Examinador Externo)

Prof. Dr. Iran Veiga (Examinador Suplente)

Belém
Agosto/2005

- em particular a minha mãe e ao mesmo tempo pai, Expedita Maria de Oliveira (Dona Didi), pela sua bravura e coragem para mudar o mundo;
- a minha avó espiritualmente viva Maria Vitalina, pelos bons ensinamentos deixados;
- aos meus irmãos Djalma Oliveira e Drivaldo Oliveira, por compreenderem que o pequeno e o derrotado são aqueles que não lutam;
- aos meus irmãos espiritualmente vivos Djacir Oliveira e Dvaldo Oliveira, pelas suas coragens e determinações por batalharem em busca de uma vida melhor;
- a minha Filha e a minha esposa Djane Oliveira e Almerinda Azevedo, por ter me amparado nos momentos mais difíceis, pela paciência e amor;
- a minha “irmã” Leani, por ser amiga, prima e irmã ao mesmo tempo;
- as minhas sobrinhas Marília Oliveira e Carol Oliveira, pioneiras como sobrinhas e como beleza natural;
- aos meus sobrinhos Djacir Oliveira e Davi Oliveira, pelas simplicidades e delicadezas que encaram o mundo em sua volta;
- as minhas cunhadas Val e Verônica, pelas suas dedicações aos meus irmãos. Os quais se sentem muito felizes;
- aos meus amigos(as) fidedignos(as), em especial Alciomar Oliveira, aprendendo a ser criança e adulto na estrada da vida;
- aos companheiros e companheiras de luta em prol de uma reforma agrária digna e justa. Em nome dos técnicos Rafael Pizzato e..., em nome dos agricultores Antônio Chaves (Barbudinho) e..., pelas suas honestidades que fazem os homens desbastarem a pedra bruta;
- aos irmãos maçônicos espalhados por toda face da terra, lembro-os através da Grande Loja Maçônica Firmeza e Humanidade Marabaense N° 06. ° .;
- a todos e a todas que compreende que “viver é a capacidade de entender a vida”.

Dedico.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao Grande Arquiteto Do Universo. ' .

RESUMO

O presente trabalho tem o caráter de estudar as mudanças ocorridas nos parâmetros técnicos, durante o período compreendido entre 1994 a 2004. Este período foi analisado em dois momentos distintos: o primeiro entre os anos de 1994 a 1999, que coincide com a predominância da EMATER na elaboração dos projetos e, o segundo a partir de 2000, com a maior participação das prestadoras de serviço na elaboração de projetos para agricultores familiares assentados. Este segundo momento coincide com a participação das prestadoras de serviço do Projeto Lumiar.

A análise privilegia o segundo momento de mudanças nos parâmetros técnicos, que envolveu a participação dos agricultores familiares e de diversas instituições vinculadas ao crédito rural para assentamentos. As discussões sobre os projetos foram realizadas nos fóruns de discussão técnica (seminários e reuniões ou oficinas) promovidos pela câmara técnica.

Através da melhoria no diálogo entre os atores nos fóruns de discussão técnica, a construção dos parâmetros técnicos no Sudeste do Pará vem proporcionando uma melhoria na aplicação do crédito, apesar de faltar uma análise mais sistematizada sobre a adaptação dos projetos, nos estabelecimentos agrícolas. A ausência de índices técnicos regionais pode colocar em risco alguns projetos, como o financiamento do PRONAF Florestal.

O principal avanço técnico nas discussões do crédito para a agricultura familiar foi a incorporação das atividades de pequenos e médios animais e dos sistemas agroforestry (SAF's), como itens financiáveis que permitiu uma maior adaptabilidade do crédito a realidade dos agricultores familiares.

Palavras Chaves: Agricultores familiares, Assistência Técnica, Prestadoras de Serviços, Crédito, Fóruns Técnicos.

ABSTRACT

This work has the purpose of studying the occurred changes in the technical parameters, during the understood period from 1994 to 2004. This period was analyzed at two distinct moments: the first one studies the years from 1994 to 1999, which coincides with the predominance of the EMATER in the elaboration of the projects, and the second one studies the years from 2000, with the biggest participation of the lenders of service in the elaboration of projects for settled familiar agriculturists. This second moment coincides with the participation of the lenders of service of the Lumiar Project.

The analysis privileges the second moment of changes in the technical parameters, which involved the participation of the familiar agriculturists and different institutions attached to the agricultural credit for settlements. The discussions about the projects were carried in the technical discussion forums (seminaries and meetings or workshops) promoted by the technical chamber.

Through the improvement of the dialogue among the actors in the forums of technical discussions, the construction of the technical parameters in the Southeast of the state of Pará has been providing an improvement in the application of the credit, although there is still a lack of a more systemized analysis about the projects adaptation, in the agricultural establishments. The absence of regional technical indices may put some projects at risk, as the financing of the Forest PRONAF.

The main technical advance in the discussions of the credit for the familiar agriculture was the incorporation of the activities regarding to small and medium animals and to agroflorestais systems (SAF's), as financed items which allowed a bigger adaptability of the credit to the reality of the familiar agriculturists.

Kei Words: Familiar Agriculturists, Attendance Technical, Lenders of Service, Credit, Forums Technical.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAR: Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
AMAT: Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins
AMAZON RURAL: Agência de Desenvolvimento Agroecológico dos Ecossistemas da Amazônia
ARDEMA: Agência Regional de Desenvolvimento para a Região Amazônica
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA: Banco da Amazônia S.A.
CÂMARA TÉCNICA: Câmara Técnica para o Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense
CEFT-BAM: Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas.
CEPASP: Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CEPLAC: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPRO: Comissão do Procer/Lumiar
CNS: Conselho Nacional dos Seringueiros
COMISSÃO DE GESTÃO: Comissão de Gestão de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOCAT: Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins
COOMAFASP: Cooperativa Mista dos Trabalhadores do Sul e Sudeste do Pará
COOMARSP: Cooperativa Mista dos Agricultores da Região Sudeste do Pará
COPATORÔ: Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô
COPSERVIÇOS: Cooperativa de Prestação de Serviços
COOPVAG: Cooperativa do Vale do Araguaia
CPF: Cadastro Geral de Pessoa Física
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CORRENTÃO: Cooperativa dos Camponeses de Nova Ipixuna
DATER: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EFA: Escola Família Agrícola
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXTENSÃO AMAZÔNIA: Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia
FAEPA: Federação dos Agricultores do Estado do Pará
FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATA: Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FCO: Fundo Constitucional de Financiamento da Região Centro Oeste
FECAP: Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Pará
FECAT: Federação das Cooperativas dos Agricultores Familiares do Sul e Sudeste do Pará
FERA: Fórum de Entidades pela Reforma Agrária
FETAGRI: Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Pará e Amapá
FNE: Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste
FNO: Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte
FVPP: Fundação Viver Produzir e Preservar
GR: Assessoria e Planejamento de Projetos Agropecuários

GT: Grupo de Trabalho
HJ: HJ – Projetos e Topografias
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITOG: Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão
JVA: JVA Planejamento Agropecuário
LASAT: Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN: Ministério da Integração Nacional
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEAF: Núcleo de Estudos Integrado Sobre Agriculturas Familiares
OAN: Ouvidoria Agrária Nacional
OGU: Orçamento Geral da União
ONG: Organização Não Governamental
PA: Projeto de Assentamento
PDA: Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDH: Projeto de Desenvolvimento Humano
PDSA: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento
PMP: Prefeitura Municipal de Parauapebas
PNATER: Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO: Programação Orçamentária
PROCAMPO: Agência de Desenvolvimento Agropecuário
PROCERA: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA: Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
PRORURAL: Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada
RIT: Relação de Índice Técnico
SAF: Secretaria de Agricultura Familiar
SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SEDUC: Secretaria de Educação
SIPRA: Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)
SIR: Sistema de Informação Rural
SPDDH: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SRA: Secretaria de Reordenamento Agrário
UFPA: Universidade Federal do Pará
UNIAGRO: Cooperativa de Trabalho dos Engenheiros Agrônomos do Pará - Ltda.
UREF: Unidade de Referência
UTA: Unidade Técnica de Articulação
ZEE: Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO: O CRÉDITO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO ESTUDADA.....	11
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 PERGUNTAS DE PESQUISA	15
1.4 METODOLOGIA.....	15
1.4.1 Reflexão sobre o papel do pesquisador	15
1.4.2 Métodos utilizados.....	16
1.5 CONTEXTO.....	17
2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	21
2.1 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA ATER NO ÂMBITO REGIONAL.....	24
2.1 A NOVA FASE DE GESTÃO DA ATER.....	35
2.2 SOBREPOSIÇÃO OU COMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATER E DO PROGRAMA DE ATES?.....	40
3. CRÉDITO RURAL.....	46
3.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	48
3.2 MUDANÇAS OCORRIDAS NO PROCERA E NO PRONAF	55
4. AVALIAÇÃO DE ALGUNS ATORES REGIONAIS SOBRE A POLÍTICA DE CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	59
5. MUDANÇAS NOS PARÂMETROS TÉCNICOS ATRAVÉS DO DIÁLOGO	73
5.1 INFORMAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS PRODUTIVOS PARA ASSENTAMENTOS	73
5.2 DIÁLOGOS E MUDANÇAS DOS PARÂMETROS TÉCNICOS	76
5.2.1 Análise do Primeiro Seminário Técnico.....	78
5.2.2 Análise do Segundo Seminário Técnico	82
5.2.3 Análise das Reuniões ou Oficinas Técnicas durante o ano de 2003.....	83
5.2.4 Análise das Reuniões ou Oficinas Técnicas durante o Ano de 2004.....	85
5.3 PERÍODOS MARCANTE DE DISCUSSÃO DOS PARÂMETROS TÉCNICOS ..	87
6. CONCLUSÕES.....	96
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO: O CRÉDITO E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO ESTUDADA

O presente trabalho tem como cunho principal discutir a construção dos parâmetros técnicos na região Sudeste do Pará, tendo como ponto de partida o ano de 1994, que coincide com o maior envolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)¹ governamental, ou seja, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) junto à agricultura familiar, através da elaboração de projetos produtivos pelo Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO).

Os trabalhos da ATER antes de 1994 na Região Sudeste do Pará, não chegavam a ser impactante para os agricultores familiares. Isto pode ser aferido pelo número reduzido de técnicos disponíveis para atender as famílias, pela reduzida política de financiamento para este público, pela desorganização das associações para buscarem financiamento, pelo perfil dos profissionais e pela vinculação dos escritórios municipais às decisões da administração estadual. Esta última aferição refere-se à dependência dos escritórios municipais da ATER com as deliberações das prioridades discutidas estadualmente.

Neste contexto, os agricultores familiares eram pouco privilegiados pela política de crédito e de ATER. Isto desencadeou um processo de mobilização e de reivindicação dos movimentos sociais organizados, para inserir a categoria da agricultura familiar na política agrícola e agrária do país. O ano de 1995 marcou a Região Sudeste do Pará e outras regiões do estado, como sendo um ano de conquista dos agricultores familiares na política de crédito rural. A partir deste ano começaram a ser liberados mais intensivamente os projetos para assentamentos.

Apesar da conquista do financiamento para os agricultores familiares, os projetos de crédito financiados pela linha do FNO - Especial elaborados no ano de 1995 pela EMATER, foram avaliados negativamente (Tura & Costa, 2000, p. 309). Apesar das dificuldades encontradas pelos agricultores na realização das atividades previstas, como a adubação das culturas perenes ou manejar o rebanho bovino, serviu de reflexão para esta categoria repensar

¹ Neste trabalho, a ATER pode ser estatal ou não-estatal.

os futuros projetos de crédito rural, bem como, subsidiou-a na análise do papel do técnico para a agricultura familiar.

Através da criação das prestadoras de serviço a partir de 1997 com a implantação do Projeto Lumiar², fomentou ainda mais o aprofundamento sobre o modelo e o papel dos técnicos e dos créditos agrícolas para os agricultores familiares. Começou surgir uma modalidade de ATER onde os agricultores faziam parte da gestão e do monitoramento do serviço. As prestadoras de serviço são instituições (cooperativas, Organizações Não-governamentais - ONG'S) contratadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da indicação das organizações dos agricultores, para prestarem serviços de assistência técnica em projetos de assentamento³. Outros critérios são também utilizados para se estabelecer um convênio entre o INCRA e as prestadoras de serviço, como a capacidade operacional da prestadora, a experiência dos técnicos com a agricultura familiar, etc.

A partir da contratação das prestadoras de serviço para a execução dos serviços de ATER nos assentamentos, o número de técnicos na Região Sudeste do Pará aumentou significativamente. Começou a haver uma subdivisão de áreas de atuação entre a EMATER e as prestadoras de serviço. A primeira ficou responsável para desempenhar as funções de ATER com os agricultores não residentes nos assentamentos e a segunda foi contratada pelo INCRA para atender apenas aos agricultores familiares, residentes nos assentamentos conveniados.

A quantidade de técnicos por assentamento, desde o Projeto Lumiar, é vinculada à quantidade de famílias atendidas, ou seja, uma relação de um técnico para cada 100 famílias. No início do trabalho são desenvolvidos os Planos de Desenvolvimento Sustentáveis dos Assentamentos (PDSA's), hoje denominado de Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA's) e, no segundo momento, as instituições prestam os serviços de ATER. Nos locais onde já foram elaborados os PDA's, os convênios são concretizados apenas para os serviços de ATER.

² Foi um modelo de assistência técnica criada para atender os agricultores familiares nos assentamentos, conforme manual do Projeto Lumiar (INCRA, 1997)

³ Unidade Territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas. Aquisição direta. Doação, reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra

No decorrer do programa do Projeto Lumiar, foram propostas várias atividades para compor o sistema de produção com o objetivo de serem financiadas pelas instituições bancárias. Os arranjos de atividades esboçados nos PDSA's, na sua maioria, não eram aceitos pelas instituições financiadoras. Isto pode ser atribuído à falta de diálogo entre os técnicos dos bancos e das prestadoras de serviço que atuavam no Projeto Lumiar; por estas prestadoras de serviços não disporem da planilha de elaboração de projetos adotada pelo Banco (o que dificultava a elaboração dos projetos) ou por não haver índices técnicos⁴ das atividades agropecuárias apresentadas para financiamento.

De acordo com Halmenschlager (2003, p. 10), com a crescente demanda de projetos produtivos para os agricultores familiares residentes nos assentamentos através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o crédito para áreas de reforma agrária começa a ter destaque na política regional, em função do crescimento do volume de recursos a cada ano. Através deste aumento de recursos, outras instituições como o INCRA, a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, começaram a fazer parte das deliberações dos financiamentos, através da seleção dos assentamentos e dos agricultores a serem beneficiados, etc.

Através da presença dos técnicos das prestadoras de serviço e dos técnicos do Banco da Amazônia S.A. (BASA) no primeiro momento, e dos técnicos do Banco do Brasil e dos técnicos da EMATER no segundo momento, a construção dos parâmetros técnicos na Região Sudeste do Pará começou a ser modificada consideravelmente. É interessante frisar que no período observado a EMATER veio passando por mudanças significativas, quantitativas e qualitativas no seu quadro profissional, importantes para a construção conjunta com os técnicos das prestadoras de serviço de parâmetros técnicos regionais.

Entende-se neste trabalho como parâmetro técnico, qualquer informação técnica, referente a: produção, produtividade, incorporação de novas atividades, quando fornecidas a um projeto produtivo, visando melhorar os financiamentos para os agricultores familiares:

⁴ São indicadores utilizados durante a construção de um projeto técnico para se calcular a viabilidade econômica, como a produção, a produtividade, tempo de mínimo e máximo que a planta começa a produzir, taxa de descarte, o tamanho da área do plantio e o valor esperado da produção.

Foram escolhidos três indicadores para analisar as mudanças nos parâmetros técnicos na Região Sudeste do Estado do Pará.

I – Incorporação de novas atividades: criação de galinha caipira para abate e para postura; criação de caprinos e ovinos; criação de peixes; plantio de maracujá, plantio de açaí e cupuaçu através de sementes;

II – Mudanças nas atividades financiáveis: aumento, diminuição e incorporação de modelos de instalações, como criação de suínos e caprinos, e;

III – Alteração de índices técnicos, que influenciaram diretamente na mudança das atividades financiadas: o valor dos animais, presença de adubo orgânico e inseticida natural, produtividade.

O Banco do Brasil se insere de fato nas discussões do crédito rural produtivo para assentamentos a partir de 2000 na Região Sudeste do Pará. Com isso, a política de crédito foi bastante dinamizada nos últimos 10 anos. Tem como marco inicial de elaboração e liberação de projetos para a agricultura familiar os anos de 1994/1995 e, um segundo marco a partir de 1999/2000 com a participação mais direta da sociedade civil nas discussões do crédito. Os intervalos entre o primeiro e o segundo marco e, após o segundo, são denominados neste trabalho como período, sendo que o segundo me dedico a maior parte das abordagens e análises.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem o objetivo principal de compreender a construção dos parâmetros técnicos no Sudeste do Pará, durante o período compreendido entre 1994 a 2004, com enfoque na ATER e no crédito para os projetos de assentamentos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as mudanças ocorridas nos parâmetros técnicos no período de estudo; analisar em que medida estas mudanças se deram no sentido de uma maior adaptação às

condições ecológicas, técnicas e sócio-econômicas dos estabelecimentos agrícolas dos agricultores familiares da região, como por exemplo, a diversificação e a consideração do conjunto do estabelecimento agrícola;

- Caracterizar o processo de discussão que levou às mudanças acima: analisar a participação de técnicos e agricultores no mesmo; discutir a sustentabilidade dos espaços de discussão criados; discutir a possibilidade de “adaptação regional” de uma política pública nacional.

1.3 PERGUNTAS DE PESQUISA

- Como mudaram a partir de 1995 os parâmetros técnicos utilizados na elaboração dos projetos de financiamento para agricultores familiares no sudeste do Pará?
- Esta mudança se deu no sentido de uma maior adaptação dos ditos projetos às condições ecológicas, técnicas e sócio-econômicas dos estabelecimentos agrícolas familiares da região?
- O que levou a esta mudança? Qual a participação dos agricultores e dos técnicos neste processo?

1.4 METODOLOGIA

1.4.1 Reflexão sobre o papel do pesquisador

Faz parte da reflexão dos eventos minha vivência na região desde o ano de 1997, como componente de uma prestadora de serviço, bem como, assessor do movimento sindical. Do final de 2003 ao ano de 2004, participei de todos os eventos relacionados ao crédito rural para assentamentos e assistência técnica no Sudeste do Pará, constituindo desta forma, uma observação participativa. Neste sentido, o presente trabalho não tem o caráter de uma pesquisa participante onde “afinal o pesquisador-pesquisado são sujeitos de um mesmo trabalho comum...” (Brandão, 1991, p. 11).

Meu contato com as instituições envolvidas na política de ATER e do crédito rural na Região Sudeste do Pará, permitiu complementar as fontes secundárias de estudo. Ao mesmo tempo, as entrevistas feitas com os principais atores envolvidas com o crédito, além de servir de ferramenta pedagógica, foi um mecanismo para manter o máximo de distanciamento. A análise dos relatórios da câmara técnica dos seminários e das reuniões técnicas para

compreender as mudanças nos parâmetros técnicos, também proporcionou-me um grande afastamento da conjuntura regional.

Especificamente sobre o crédito agrícola, tive o primeiro contato direto através da pesquisa realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) na região Sudeste do Pará durante o ano de 1997, quando fui um dos entrevistadores da pesquisa que resultou no livro *Campesinato e Estado na Amazônia* (Tura & Costa, 2000).

Esse contato mais direto nas discussões do crédito rural e da assistência técnica na região, pode acometer na dificuldade de uma análise mais apurada. Contudo, fica sempre a interrogação entre o desconhecido e o familiar. Ambos correm o risco de desvio na interpretação.

O presente trabalho tem como enfoque teórico o estudo da assistência técnica e do crédito rural individual PROCERA e do PRONAF “A” no Sudeste do Pará, especificamente o segundo, através também da análise das cédulas rurais⁵ que complementaram as fontes secundárias.

1.4.2 Métodos utilizados

Outros indicadores como o número de módulos financiados, alteração nos preços de insumos e materiais, etc, não foram mencionados por não influenciarem decisivamente na mudança dos parâmetros. De uma maneira geral não são decisivos na viabilidade econômica de um projeto, com exceção dos insumos para as culturas perenes.

As entrevistas foram realizadas com roteiros semi-estruturados ou perguntas abertas, para estimular a livre expressão das pessoas, suas sugestões e impressões, etc. A escolha deste tipo de entrevista deu-se em função do meu contato com este roteiro durante os PDA's. Este tipo de roteiro permite que outras questões relevantes não mencionadas nos questionários possam ser expressadas pelos entrevistados.

⁵ São os contratos estabelecidos entre o banco e o proponente. Nela tem o valor do financiamento e as parcelas a serem liberadas e a serem pagas, e as normas de financiamento (juros, multas, rebatse e período de carência).

As entrevistas foram centradas nos atores regionais. Fizeram parte das entrevistas os técnicos das agências bancárias de Marabá do BASA e do Banco do Brasil; dois representantes dos agricultores que ao longo dos anos estavam mais presentes nas discussões sobre os créditos do PROCERA e do PRONAF “A” (FETAGRI e MST); três prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA que participaram dos fóruns de discussão técnica e/ou que influenciaram nas mudanças nos parâmetros técnicos regionais: a Cooperativa de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS), a Cooperativa Mista dos Agricultores da Região Sudeste do Pará (COOMARSP) e a Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável Atiorô (COPATIORÔ).

Para escolher os entrevistados e suas respectivas instituições, usei também como critério seus envolvimento na seleção dos agricultores; no monitoramento dos projetos; na representatividade dos agricultores familiares; na elaboração, no acompanhamento, na análise e na contratação dos projetos.

Parte das fitas foi transcrita literalmente, e citada em alguns momentos durante a construção deste trabalho. Os nomes utilizados dos entrevistados são fictícios em função de não ter solicitado a autorização dos entrevistados, bem como, para protegê-los de especulações.

1.5 CONTEXTO

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mesorregião Sudeste do Pará abrange as regiões popularmente conhecidas como Tucuruí, Sul e Sudeste, abrangendo 39 municípios. Dependendo da instituição, pode haver área de abrangência diferente para denominar esta região. Eu me refiro a região sudeste delimitada pela FETAGRI que integra os municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, Abel Figueiredo, Bom Jesus, Rondon do Pará, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Eldorado do Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Esta região de Marabá, de acordo com a Classificação de Köppen, é do tipo AWI, ou seja, tropical úmido, caracterizada por uma estação seca e outra úmida, com umidade relativa mensal de 83,7% e uma temperatura média de 26° (Reynal et al., 1996, p. 15).

A região teve um processo de migração muito forte durante o século XX, que teve seu início no final do século XIX. As hidrovias eram as principais vias de acesso dos migrantes em busca de pedras preciosas, exploração do gado, exploração da castanha-do-brasil (mais conhecida como castanha-do-pará). Neste período, a atividade da agricultura era realizada apenas para subsistência, em função da importância comercial das outras atividades.

A partir dos anos 70, o processo de migração se intensificou. Ocorreu migração dirigida apoiada pelo Governo Federal com o Plano de Integração Nacional (PIN), onde muitas famílias receberam 21 alqueires de terra (aproximadamente 105 hectares) nas margens da Rodovia Transamazônica, e também as migrações espontâneas ou frente de expansão, constituídas por homens pouco ambiciosos, preocupado principalmente com a própria sobrevivência e de sua família, que veio para 'amansar' a terra, em busca de emprego na construção da barragem de Tucuruí, na construção da PA 150, na mina e na ferrovia de Carajás, na Serra Pelada, etc. Depois veio a frente pioneira com pessoas de visão empreendedora, dotadas de recursos e de iniciativas, (Reynal, 1996, p. 2).

Para ilustrar este processo de migração, a cidade de Marabá em 1970 tinha em torno de 10.000 habitantes, hoje está por volta de 200.000 habitantes. De acordo com o Censo de 2000 do IBGE, Marabá tinha 168.000 habitantes. Consideram Marabá como sendo a sede das instituições públicas e privadas da Região Sudeste, no plano administrativo, financeiro e industrial, onde localiza a Superintendência do INCRA SR/27⁶, o Ministério Público, as Delegacias Regionais do Trabalho e do INSS, seis batalhões do exército, etc. Especulam que Marabá é uma forte candidata a ser a futura capital do Estado de Carajás.

Outro fator relevante externado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2003) aponta esta região como sendo a mais violenta e onde mais ocorreram assassinatos no campo do país, com a marca histórica de 621 mortes de agricultores familiares, bem como, onde mais predomina o trabalho escravo.

Este processo de migração, de trabalho escravo e de violência no campo, forçou o Governo Federal a criar uma Superintendência do INCRA SR/27 em 1996 em Marabá para atender as Regiões de Tucuruí, Sul e Sudeste do Pará. Atualmente o Pará é o único estado do

⁶ Responsável pelas áreas de reforma agrária do Sul e Sudeste do Pará, abrangendo 39 municípios.

país a possuir três Superintendências do INCRA: a primeira criada em Belém (SR/01); a segunda criada em Marabá (SR/27) e a terceira criada em Santarém (SR/30). Em função da pressão social, o INCRA intensificou o processo de regularização fundiária e a criação de assentamentos no Sudeste do Pará (Quadro 1).

Quadro 1: Número de Projetos de Assentamentos criados

ANO	Nº de PA's Criados	Crescimento acumulado
87 – 89	23	62
90 – 95	39	
96-2004/05	337	337
TOTAL	399	

Fonte: Superintendência do INCRA SR/27, Marabá – PA.

Apesar da pesquisa se reservar ao Sudeste do Pará, boa parte das deliberações tomadas nesta região estende-se para toda Região Sul e a área de abrangência da unidade avançada do INCRA de Tucuruí, abrangendo um total de 39 municípios. Algumas deliberações são: a destinação e/ou distribuição do volume de recursos para a ATER, a destinação e/ou distribuição do volume de recursos para o crédito PRONAF “A”, a destinação e/ou distribuição do volume de recursos para elaboração dos PDA's (antigos PDSA's), a deliberação das áreas a serem desapropriadas e a destinação e/ou distribuição do volume dos recursos para a construção e a recuperação de estrada, eletrificação rural, pontes, etc.

As deliberações relacionadas ao crédito para assentamentos perpassam pela discussão da Câmara Técnica coordenada pelo INCRA, vinculada diretamente ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). É o único *fórum* de discussão técnica ou espaço de diálogo que agrega as diferentes instituições estatais e não-estatais, envolvidas com a discussão do crédito para os assentamentos no cenário regional.

Este *fórum* de discussão apresenta como ponto de pauta principal a aplicação do PRONAF “A”. Caso houvesse outros espaços específicos de reflexão conjunta sobre os serviços de ATER para agricultura familiar, isso permitiria fazer uma discussão mais crítica do papel do técnico para a agricultura familiar, bem como, aprofundar qual o tipo de desenvolvimento que se deseja para a Região. Apesar de existir uma estrutura de monitoramento, de capacitação e de fiscalização dos técnicos do programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) do INCRA, não existe na região um *fórum* que envolva

também os técnicos cadastrados na câmara técnica só para elaborarem os projetos produtivos. O programa de ATES será abordado no Capítulo 2.

Mesmo sendo as normas definidas nacionalmente, o crédito sofre um processo de modificação regional para se adaptar à diversidade existente. A orientação nacional do crédito, a adaptabilidade do mesmo para a realidade regional e a aplicabilidade do crédito pelos agricultores, são as principais referências que propiciam uma mudança expressiva no crédito para áreas de reforma agrária. Exemplo (Quadro 2).

Quadro 2: Diferentes níveis de discussão das políticas

REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO	DESCRIÇÃO
PRIMEIRA	Política Nacional	Deliberação das normas nacionais (política agrícola: crédito, PDA, etc; política agrária, etc).
SEGUNDA	Política Regional e/ou Estadual	Adaptabilidade da política nacional para a Região e/ou Estado (política agrícola, agrária, etc)
TERCEIRA	Aplicação da política	Apropriação da política pelos beneficiários: No caso do PRONAF, a aplicação do PRONAF, PDA.

Fonte: Autoria própria

No que tange a temática estudada neste trabalho, ela se insere especificamente na 2ª referência, fase de transição para apropriação pelos beneficiários do PRONAF “A”. Sendo assim, as possíveis alterações técnicas no crédito, perpassariam pelas discussões desta referência.

Esta referência é a mais propícia para qualificar as normativas definidas nacionalmente, que na maioria das vezes, não condizem com a realidade regional e/ou estadual. Para adaptar-se às condições solicitadas pelos agricultores familiares, os seminários e as reuniões técnicas são os *fóruns* técnicos mais apropriados para as alterações, quando necessárias, dos parâmetros técnicos dos créditos para os assentamentos.

Todas as causas, efeitos e mudanças do crédito para assentamentos analisados neste trabalho, encontram-se na adaptação regional da política definida nacionalmente. Apesar dos agricultores serem os principais alvos desta política, este trabalho não tratará do impacto do crédito nos estabelecimentos agrícolas.

Quadro 3: Redução de 22,4% do nº de extensionistas da EMATER-PA no período de 1994 a 1998

CATEGORIA	Servidor 1994			Servidor 1998			Crescimento/ Redução (%)	
	Efeti	Cetid	Total	Efeti	Cetid	Total	Efeti	Cetid
Servidores Nível Super.	267	55	322	174	62	236	- 32,6	14,5
Servidores Nível Médio	213	19	232	162	23	185	- 26,8	21,0
Servidores Administrativo	340	20	360	269	12	287	- 20,9	- 40,0
TOTAL	820	94	914	611	98	709	-	-

Fonte: Tura & Costa (2000, p. 307).

Efeti = Efetivo

Cetid = Cedido (Refere-se ao quadro de funcionários cedidos para outras atividades)

Com o surgimento da ATER terceirizada através da criação do Projeto Lumiar em 1997, que contemplou vinte e nove assentamentos na área de abrangência do INCRA SR/27 (Assis et al., 1997, p. 1), o Estado e os Municípios deixaram de ser os únicos a trabalharem com serviços de assistência técnica no Sudeste do Pará. O INCRA, órgão do Governo Federal responsável pelas áreas de reforma agrária, tornou-se na região, a instituição mais viável para contratação de técnicos, seja por consequência da decadência financeira da EMATER ou por incentivo Governamental no nível Federal em priorizar a terceirização destes serviços para assentamentos. Em seguida distinguimos os modelos de gestão da ATER, para melhorar a compreensão da relação entre as instituições que influenciam diretamente no planejamento das ações.

Segundo Echenique (1998, p. 8 - 9), há três modelos de gestão da ATER.

I – Modelos de gestão terceirizados:

“A instituição pública de extensão deixa de prestar em forma direta serviços técnicos aos agricultores, entrega esta função a organismos privados, e se concentra basicamente num trabalho de financiamento e supervisão”.

II – Modelos de gestão desconcentrados:

“O núcleo de diretivo da instituição de extensão delega poderes a equipes públicas locais para que em forma mais autônoma prestem serviços aos agricultores. Isto se refere à delegação de poderes dentro da mesma organização”.

III – Modelos de gestão descentralizados:

“A instituição pública de extensão transpassa a atribuição de fazer assistência técnica a outros organismos jurídicos de caráter público”, por exemplo, os municípios.

De uma maneira geral, a desconcentração se adscrive à esfera administrativa, e a descentralização se enquadra no âmbito estritamente político.

No decorrer do texto, terão os mesmos significados: nova ATER, novo modelo de gestão de ATER, gestão terceirizada da ATER e ATER terceirizada. Estas terminologias estarão expressando que os serviços de ATER, apesar de pago com recursos da união através do INCRA, os técnicos não são funcionários do Governo e sim de uma instituição contratada para estes serviços, denominada de prestadora de serviço. Este serviço de ATER faz parte de um programa governamental de assistência técnica para os agricultores familiares assentados. As prestadoras de serviço estarão subordinadas as normas do programa, da contratação ao descredenciamento do serviço, se necessário.

A busca de uma nova gestão para os serviços de ATER, foi fomentada tanto pelas organizações dos agricultores familiares no estado do Pará por conseqüência dos projetos mal sucedidos do FNO - Especial elaborados pela EMATER em 1995, quanto no contexto nacional, pela repercussão do Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de Abril de 1996, que culminou numa maior reivindicação do MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), para criação de um programa de assistência técnica diferenciado:

“O Projeto Lumiar é fruto de pressão dos movimentos sociais e do reconhecimento do Governo Federal quanto à insuficiência das suas ações no componente de assistência técnica nas áreas de reforma agrária, especialmente diante do perigo de que os investimentos nos outros componentes como acesso à terra, infra-estrutura e crédito fossem comprometidos. Surgiu como um programa emergencial em que o INCRA é o principal provedor de recursos e responsável pela supervisão, mesmo que este órgão não tenha entre as suas atribuições programas de fomento e assistência técnica. (Schmitz, 2003, P. 2)”.

2.1 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA ATER NO ÂMBITO REGIONAL

Para compreender o crédito rural e a atuação vigente da Assistência técnica na elaboração de projetos produtivos, onde fazem parte os técnicos das instituições estatal (EMATER) e não estatal (Prestadoras de serviço), será necessária relembrar as mudanças ocorridas nos últimos cinquenta anos com os serviços de ATER. Através do conceito de desenvolvimento baseado no processo acelerado de industrialização a partir da segunda guerra mundial em 1945, a agricultura deveria passar por transformações para assegurar o desenvolvimento do setor primário. Para dar continuidade a esta política de desenvolvimento da agricultura, foi criada em 1948 no Estado de Minas Gerais a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR/MG (Sprakel, 1995, p. 1 - 2).

A partir da fundação da ACAR/MG em 1948, a assistência técnica no Brasil passou por seis etapas, às quais muitas vezes se sobrepõem ou acontecem simultaneamente, segundo Schmitz (2003, p. 63).

- O modelo clássico (1948-1956);
- O modelo difusionista-inovador (1956-1967);
- O modelo de transferência de tecnologia (1968-1978);
- O repensar da extensão rural (1979-1991);
- O desmantelamento do serviço (1991 até hoje) e;
- A fase de discussão e experimentação (de 1996 até hoje).

Na Região Sudeste do Pará, algumas entidades tiveram papéis fundamentais no desenvolvimento de metodologia de trabalho de campo, como formação de Grupos de Interesse Local (GIL) para produção de mudas, para gerenciamento de máquina de arroz, etc, visitas de intercâmbio, etc, que foram fundamentais para o movimento social refletir sobre qual o modelo de ATER seria o mais apropriado para a realidade regional.

Algumas destas entidades foram a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), o Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins (LASAT), a FASE e a Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT), que recentemente transformou-se na Federação das Cooperativas dos Agricultores Familiares do Sul do Pará (FECAT).

Parte dos técnicos que fizeram parte da história destas entidades e por sua vez das principais mudanças da política agrícola e agrária na região, seja na conquista de novos assentamentos, no combate a violência, na melhoria da ATER para os agricultores familiares, etc, encontram-se hoje nas prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA, os quais trouxeram uma nova perspectiva de se construir uma metodologia de trabalho que envolvesse a participação mais direta dos agricultores na gestão do crédito produtivo. Uma participação de fato genuína, no sentido de divisão de responsabilidade e de poder nas definições dos trabalhos, como expressa Thiollent (1998, p. 9).

Não só os técnicos buscavam a aproximação com os agricultores, também a equipe de pesquisadores do LASAT em 1994, refletiu a dificuldade de implementar uma ação mais conjunta com os agricultores (Muchagata et. al., 1994). O desafio dos técnicos era conseguir a confiança dos agricultores familiares que há décadas buscavam a regularização de suas terras. Muitos foram mortos em conflitos com pistoleiros, e por precaução sentiam-se desconfiados com a presença de pessoas exógenos ou estranhas as comunidades.

A EMATER - PA, que foi alvo de duras críticas pelos agricultores, em função dos projetos do FNO-Especial elaborados durante o calendário agrícola 1994/1995, era vista pelo movimento social como qualquer outro aparelho do Estado, porque não detinha um poder próprio, razão pela qual se movimentam, ou são movidas, ao sabor das modas, dos projetos, dos programas de interesse do Estado capitalista e das frações detentoras do poder, segundo Caporal (citado por Sprakel, 1995, p. 7). Em função da dificuldade financeira que a EMATER – PA enfrentou, dificilmente, mesmo com os bons profissionais, proporcionaria mudanças significativas nos créditos rurais. Esta fase de pesquisa-ação é fundamental a presença constante de técnicos nos estabelecimentos agrícolas, o que requer o aumento do número de profissionais e de infra-estrutura necessária.

Com isso, a busca por mudanças na melhoria dos serviços de ATER, levou os movimentos sociais rurais de acordo com Assis et al. (1998, p. 1), a fazerem pressões para a “...modificação da política agrícola e agrária do Governo Federal, que desencadearam num processo de surgimento de políticas públicas no sentido de redirecionar a extensão rural e a assistência técnica no Brasil”.

O Projeto Lumiar foi criado em 1997, com o intuito de proporcionar aos agricultores familiares as ferramentas necessárias para viabilizarem a auto-sustentação econômica e social, que de acordo com Albaladejo & Veiga (2002, p. 85), entendia que o Estado apenas insistia na criação de mais um programa, que implementaria serviços técnicos e a participação dos agricultores nas instâncias de representação política. A falta de clareza sobre a continuidade do serviço de ATER, também compreendida pelo movimento social, levou a desconfiar do futuro desta política e o que ela implicaria após o seu término para os agricultores, principalmente sobre o acompanhamento dos futuros projetos produtivos que poderiam elaborar.

Antes da implantação do Projeto Lumiar, o movimento social achava que a política de terceirização de ATER do Governo Federal era apenas mais uma política compensatória para atender as reivindicações da sociedade civil, que segundo Pinto (1997) só reforçaria a política agrícola neoliberal do Governo. As críticas que eram feitas às ações da EMATER equiparavam-se às críticas feitas por algumas instituições sobre este novo modelo de Assistência técnica. Mas, através da percepção das entidades de que apesar das definições das normas de ATER serem definidas nacionalmente, o direcionamento desta política no campo das ações técnicas, se dava na arena de discussão regional onde participava a sociedade civil, apesar de que, o Workshop Nacional, 1997 (citado por Schmitz, 2003, p.71) já enfatizasse a participação de organizações governamentais e não-governamentais na execução da política de ATER.

Muitos técnicos não se adaptaram aos trabalhos de forma interdisciplinar, reproduzindo vícios de assistência técnica estatal como as posturas assistencialistas e clientelistas. Mesmo assim, o serviço de ATER terceirizado surgiu como uma ferramenta de mudança do paradigma de atuação anterior da ATER para os agricultores familiares, que trazia na sua essência uma visão de desenvolvimento baseado na revolução verde. Só pelo fato dos agricultores familiares serem também gestores da ATER terceirizada, os técnicos das prestadoras de serviço se policiavam nos trabalhos.

No decorrer do Projeto Lumiar, identificava-se três tipos de serviços de ATER: a EMATER mais estabelecida na região; as entidades parceiras da FETAGRI que atuavam em poucas comunidades e as prestadoras de serviço contratadas com recursos do Governo Federal pelo INCRA. Ao longo dos anos, as entidades parceiras da FETAGRI, através de um

reordenamento do papel de cada uma delas, deixam de atuar como ATER. A FATA se dedicou a educação/formação, através de realização de cursos para agricultores e apoio a formação de alunos na Escola Família Agrícola (EFA) de Marabá; o CEPASP (que antes era prestadora de serviço) definiu sua ação na área agroambiental e comunicação/divulgação das ações do movimento sindical⁷; a COOCAT e a Cooperativa dos Camponeses de Nova Ipixuna (CORRENTÃO – que antes era prestadora de serviço) aprimoraram na transformação e comercialização da produção de polpas de frutas.

O movimento sindical cria em 1998 a COPSERVIÇOS que tinha como cooperados os técnicos da CPT, da FATA, do CEPASP, da FETAGRI Regional Sudeste, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da COOCAT, da FASE, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), com o apoio do LASAT, para ser a instituição técnica que iria trabalhar em assentamentos de base organizativa da FETAGRI. Muitas vezes os técnicos da COPSERVIÇOS eram conhecidos como os técnicos da FETAGRI, por trabalharem em áreas que a FETAGRI atua. Para alguns técnicos, perpassa uma grande indefinição sobre o papel de ser o assessor direto da FETAGRI e o papel de ser a ATER dos assentados.

Esta indefinição de papéis pode direcionar os trabalhos dos técnicos para assessorar diretamente os coordenadores da FETAGRI. É prejudicial se esta função de assessor não contribuir diretamente com a melhoria da ATER nos assentamentos ou se há uma demanda crescente de profissionais para compor esta função.

As demais prestadoras de serviço que não faziam parte desta rede de discussão em torno da FETAGRI, se articularam com outras instituições regionais. A Extensão Amazônia pelo fato de ter sido criada pelos técnicos da EMATER e possuir um vínculo de discussão com a mesma, se aproximou diretamente dela. A COOMARSP foi criada pelo MST e por sua vez seus dirigentes são também agricultores familiares e lideranças no movimento. A Agência Regional de Desenvolvimento para a Região Amazônica (ARDEMA) foi criada através de articulações de ex-dirigentes da FETAGRI, com apoio da Central das Associações afiliada a Federação das Centrais e Uniões de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Pará (FECAP). De acordo o Senhor Francisco Carvalho, Presidente da FECAP, o que fomentou a

⁷ É conjunto de instituições que apóiam diretamente os agricultores familiares vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

criação desta instituição foi a divergência interna na FETAGRI, a qual fez parte da diretoria. Ele não intitula a FECAP como concorrente da FETAGRI e do MST.

O impasse metodológico de atuação da ATER, principalmente na concepção do trabalho de assistência técnica, tornava-se bastante visível durante o diálogo entre os técnicos da EMATER e da maioria das prestadoras de serviço. O que distinguia as ações da EMATER e das prestadoras de serviço, era o envolvimento ou a proximidade delas com os agricultores familiares, que determinaria se a comunicação era linear ou não-linear (Schmitz, 2003). Pode ser mencionado o Projeto Lumiar como exemplo de comunicação não-linear, visto que, desde a elaboração dos PDA's ao planejamento das ações técnicas se dava de forma participativa entre os técnicos e os agricultores.

O Contato mais direto dos técnicos das prestadoras de serviço com os agricultores familiares é um dos principais diferenciais deste serviço de ATER. O contato com os agricultores desperta a sensibilidade dos técnicos e coloca em cheque as premissas de intervenção aprendidas na sua formação voltadas a visão produtivista (Halmenschlager, 2003, p. 66), que foi incapaz de melhorar os níveis de vida das famílias rurais, e que em função de um modelo de desenvolvimento excludente e autoritário, a grande massa da população rural foi excluída, Bergamasco (citado por Schmitz, 2002, p. 6).

Desta maneira, os créditos rurais elaborados pelas prestadoras de serviço, traziam consigo uma nova concepção de elaboração de projetos, tendo por um lado o convívio e a pressão dos agricultores em serem beneficiados com os produtos que lhes interessavam, e por outro, o histórico negativo dos créditos elaborados anteriormente, mas, em muitos casos, os agricultores se beneficiaram mesmo assim. Através da pressão dos agricultores, fruto do envolvimento direto na política oficial de crédito e da ATER, os trabalhos dos técnicos tiveram que ser o mais participativo possível.

Com isso, a construção dos parâmetros técnicos foi se moldando em volta desta diversidade de referenciais técnicos e de metodologias de trabalho diferenciadas de acordo com a participação e a inserção dos técnicos no meio envolvente. Ressalta-se que durante o Projeto Lumiar nas Regiões Sul e Sudeste do Pará, tinham 11 tipos de profissionais com formações diferentes, que trabalhavam diretamente com os serviços de ATER (Quadros 4 e 5).

Quadro – 4: Total de Técnicos das Regiões Sul e Sudeste do Pará

Profissões	Quantidade
Engenheiro(a) Agrônomo (a)	18
Assistente Social	7
Pedagoga(o)	2
Engenheiro (a) Florestal	2
Geógrafo (a)	2
Letras	1
Licenciatura Ciências Agrárias	1
Administrador de Empresas	1
Sociólogo	1
Zootecnista	1
Técnico Agropecuário	44
Total	80

Fonte: Pesquisa própria em várias instituições

Tabela – 5: Quantidade de Técnicos por prestadoras de serviço

Prestadoras da Região Sudeste		Prestadoras da Região Sul	
CEPASP	17	COPATIORÔ	11
COOMARSP	8	COPVAG	12
CORRENTÃO	4	UNIAGRO	20
EXTENSÃO AMAZÔNIA	8	-	-

Fonte: Pesquisa própria em várias instituições

Algumas instituições compreendiam que a fixação das famílias no estabelecimento agrícola passava por melhoria na parte produtiva, outras, porém, entendiam que a organização social era a base primordial para chegar a uma produção estável e sustentável. Neste sentido, foi que surgiram os seminários e as reuniões ou oficinas técnicas, como espaços de embates políticos e técnicos, e de socialização de informações entre os atores regionais responsáveis diretamente pela aplicação do crédito, como os bancos, agricultores e técnicos.

Estes espaços de diálogo não podem ser simplificados como apenas uma interação entre instituições prestadoras de serviço, agentes bancários, técnicos de instituições públicas, representantes dos agricultores e de entidades de apoio. Cada instituição presente tem interesse individual e/ou coletivo, dependendo da interação existente entre os diversos atores. Há prestadoras de serviço mais próximas e mais distantes das organizações dos agricultores, mais comprometida e também menos comprometida com a agricultura familiar, que podem ser separadas em quatro tipos (Echenique, 1998, p. 23 - 24):

I – Prestadoras de Serviço que eram ONG's ou grupo de profissionais privados que já existiam antes do Projeto Lumiar, e que portanto tem as características de equipe no que se refere a interdisciplinaridade e o respeito mútuo entre os técnicos;

II – Prestadoras de Serviço constituídas por Cooperativas de Trabalho conformadas por movimentos sociais (antes ou depois do início do Projeto Lumiar) e que, portanto têm um interesse real pela agricultura e pela Reforma Agrária;

III – Prestadoras de Serviço constituídas por Cooperativas de Trabalho que existiam antes do Projeto Lumiar, e que não têm nenhum vínculo, nem interesse real pela agricultura e pela Reforma Agrária;

IV – Prestadoras de Serviço constituídas por organismos públicos como as EMATER's".

No caso específico das Regiões Sul e Sudeste do Pará, não se fazia presente entre as prestadoras de serviços mencionadas, as instituições relacionadas no item III. Mas a corrida de técnicos para a região desde a criação do Projeto Lumiar (Assis, et al., 1998), pode ter fomentado a criação de mais dois tipos de prestadoras de serviço diferentes.

a) Prestadora com pouco vínculo com as questões da reforma agrária, que se constituíram através da junção de grupos de técnicos, e;

b) Prestadoras mais comprometidas com as questões da reforma agrária, que vêm ao longo dos últimos três anos se aproximando das instituições representativas dos agricultores familiares e das prestadoras de serviço mais antigas nos serviços de ATER;

Das quatro instituições presentes durante o Projeto Lumiar no Sudeste do Pará, sendo elas o CEPASP, o CORRENTÃO, a COOMARSP e a Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural para Agricultura Familiar na Amazônia (Extensão Amazônia), apenas a COOMARSP e a Extensão Amazônia continuam como prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA. O CEPASP e o CORRENTÃO parceiros do movimento sindical, durante a redefinição dos papéis das instituições, cederam os assentamentos para a atuação da COPSERVIÇOS.

Das três instituições presentes durante o Projeto Lumiar no Sul do Pará, a COPATIORÔ, a Cooperativa de Trabalho dos Engenheiros Agrônomos do Pará – Ltda (UNIAGRO) e a COPVAG, apenas a última instituição atua como prestadora de serviço conveniada com o INCRA. A COPATIORÔ deixou de ser conveniada com o INCRA em 2004 e a UNIAGRO desde o ano de 1999.

Atualmente, são dois “tipos” de instituições que trabalham com o PRONAF “A” na Região Sudeste do Pará:

I – As prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA, que recebem recursos do Governo Federal para desempenharem serviços de ATER em áreas de assentamentos:

- 1 – Extensão Amazônia;
- 2 – COPSERVIÇOS;
- 3 – COOMARSP;
- 4 – Agência de Desenvolvimento Agroecológico dos Ecossistemas da Amazônia (Amazon Rural).

II – Instituições⁸ que são cadastradas pela Câmara Técnica só para elaboração do PRONAF “A”:

- 1 – Prefeitura Municipal de Parauapebas (PMP);
- 2 – Escritórios municipais da EMATER;
- 3 – JVA – Planejamento agropecuário;

Tanto as prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA, como aquelas credenciadas pela Câmara Técnica só para elaboração e acompanhamento do PRONAF “A”, são fundamentais para a alteração dos parâmetros técnicos Regional.

⁸ Neste caso específico, as instituições são as cooperativas, as entidades, etc. que trabalham na ATER através da elaboração e do acompanhamento do PRONAF. Trabalham apenas com as famílias que receberam os projetos. Este serviço é pago pelo beneficiário do crédito, ou seja, no caso do PRONAF “A” é destinado 10% do valor total do projeto para a ATER acompanhar as atividades financiadas, sendo este valor distribuído em oito parcelas semestrais, equivalente ao trabalho de quatro anos.

Com este relativo crescimento de prestadoras de serviço conveniadas e credenciadas pelo INCRA desde o Projeto Lumiar, a expectativa é de que este número de instituições possa aumentar ou que o número de técnicos por instituição aumente consideravelmente. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003) através do Presidente do INCRA Rolf Hackbart, anunciou que o INCRA vai quadruplicar o número de famílias atendidas pela ATER nos assentamentos durante o ano de 2004. Com a perspectiva do Governo em atender 100% das famílias assentadas no Brasil, o número de técnicos pode quadruplicar até o final de 2006.

Os recursos de 2004 da Superintendência do INCRA em Marabá, que abrange as Regiões Sul e Sudeste do Pará, aumentaram de 35 milhões para 158 milhões de reais, ou seja, um aumento de quase 152% ou de 123 milhões de reais. Numa relação proporcional, quanto maior o volume de recursos para a Superintendência, maior também o volume de recursos destinados a ATER.

Através da democratização das discussões dos serviços de ATER terceirizados e do crédito rural para os assentamentos, que envolve a EMATER e as prestadoras de serviço entre outras instituições que fazem parte da câmara técnica, vem se construindo num mesmo espaço de diálogo participativo, as ferramentas políticas e técnicas para melhorar a aplicação deste crédito, que antes se restringiam às instituições públicas de pesquisa, de assistência técnica, e dos agentes financeiros. Neste sentido, vem diminuindo a construção de projetos produtivos baseados nos pacotes tecnológicos, com grande quantidade de agrotóxicos e de adubos químicos. Muitos projetos estão potencializando e privilegiando o potencial endógeno dos agricultores, sendo um dos princípios da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) (Martins et al., 2004, p. 5). De acordo com Martins et al. (2004) enfocando a permanência da ATER estatal e não estatal, reforça a permanência da ATER terceirizada e dos espaços conjuntos de discussão em torno do crédito rural para assentamentos, como fundamentais para a construção de um novo “paradigma” deste serviço.

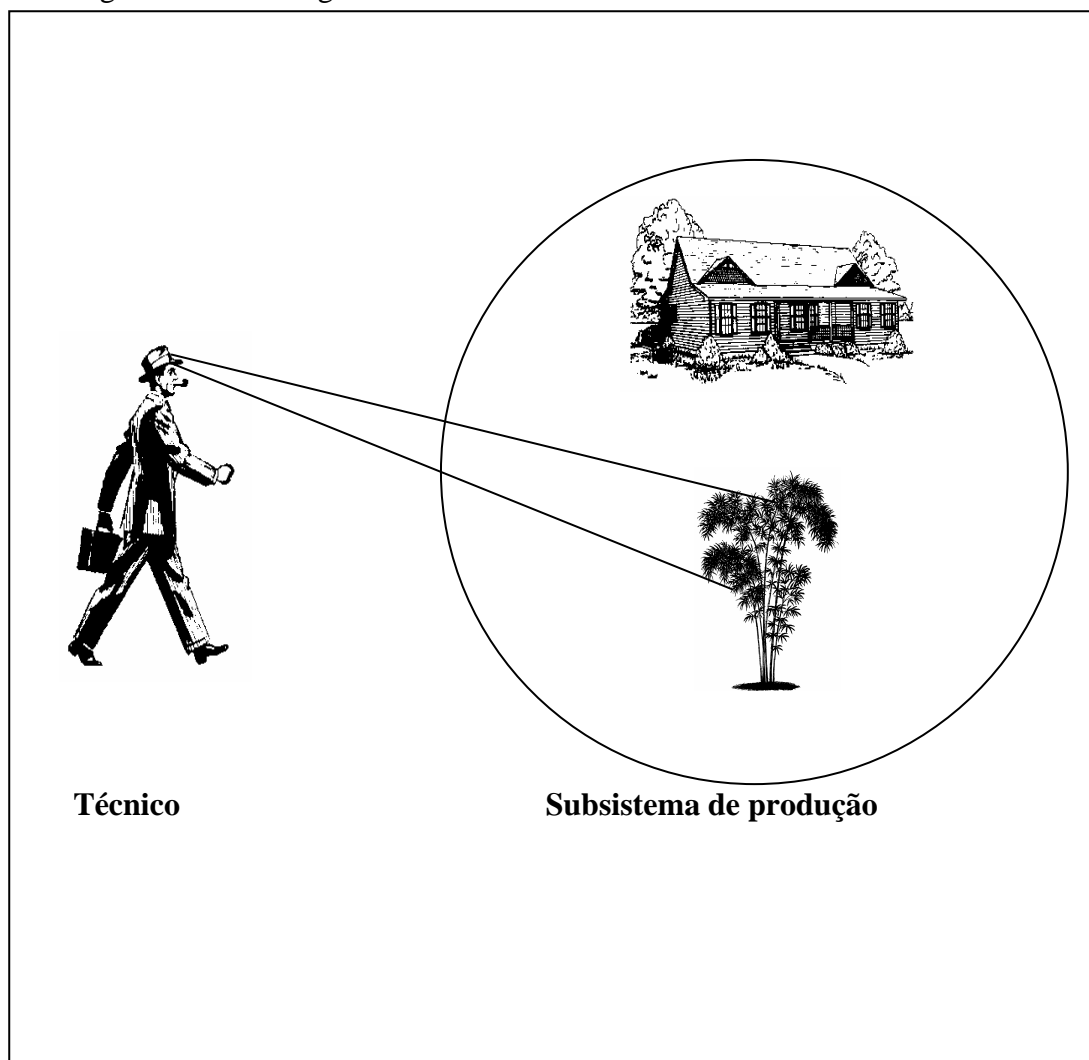
Segundo Guanziroli et al. (2003, p. 7), “a presença da assistência técnica torna-se necessária em dois momentos cruciais do processo: na elaboração dos projetos técnicos a serem submetidos à avaliação dos agentes financeiros e, mais adiante, quando o projeto é aprovado e contratado, no acompanhamento dos mesmos, garantindo orientação e apoio aos agricultores assentados”. Por sua vez, pode influir no curso dos recursos, que ainda, de acordo

com Guanziroli et al. (2003, p. 7), se dá pela “...falta de pessoal, acúmulo de serviços, excesso de exigências burocráticas, dificuldades para firmar convênios e parcerias etc”. Atualmente, no Sudeste Pará, a falta de pessoal para elaboração dos projetos e a dificuldade de formar parcerias, não está influenciando no curso de aplicação de recursos dos créditos para assentamentos. Tanto as prestadoras de serviço, como a EMATER e as instituições cadastradas pela câmara técnica para elaboração do PRONAF, tem profissionais suficientes para atender as demandas regionais.

Das questões explicitadas que dificultam a elaboração e a contratação dos projetos, o acúmulo dos serviços dos técnicos pode colocar em risco a reflexão sobre os projetos a serem elaborados, podendo apresentar baixa qualidade e não levar em consideração as unidades produtivas. A discussão do desenvolvimento sustentável para agricultura familiar baseada no enfoque sistêmico, que surgiu em resposta as crescentes crises aos projetos reducionistas (Pinheiro, 2000, p. 27) desde o início da implantação da ATER terceirizada, pode ser desacelerada ou perder seu significado, na medida que reduz a participação dos agricultores durante a elaboração dos projetos, e disciplina os técnicos a compreenderem o estabelecimento agrícola a partir dos projetos a serem elaborados e não o sistema de produção existente.

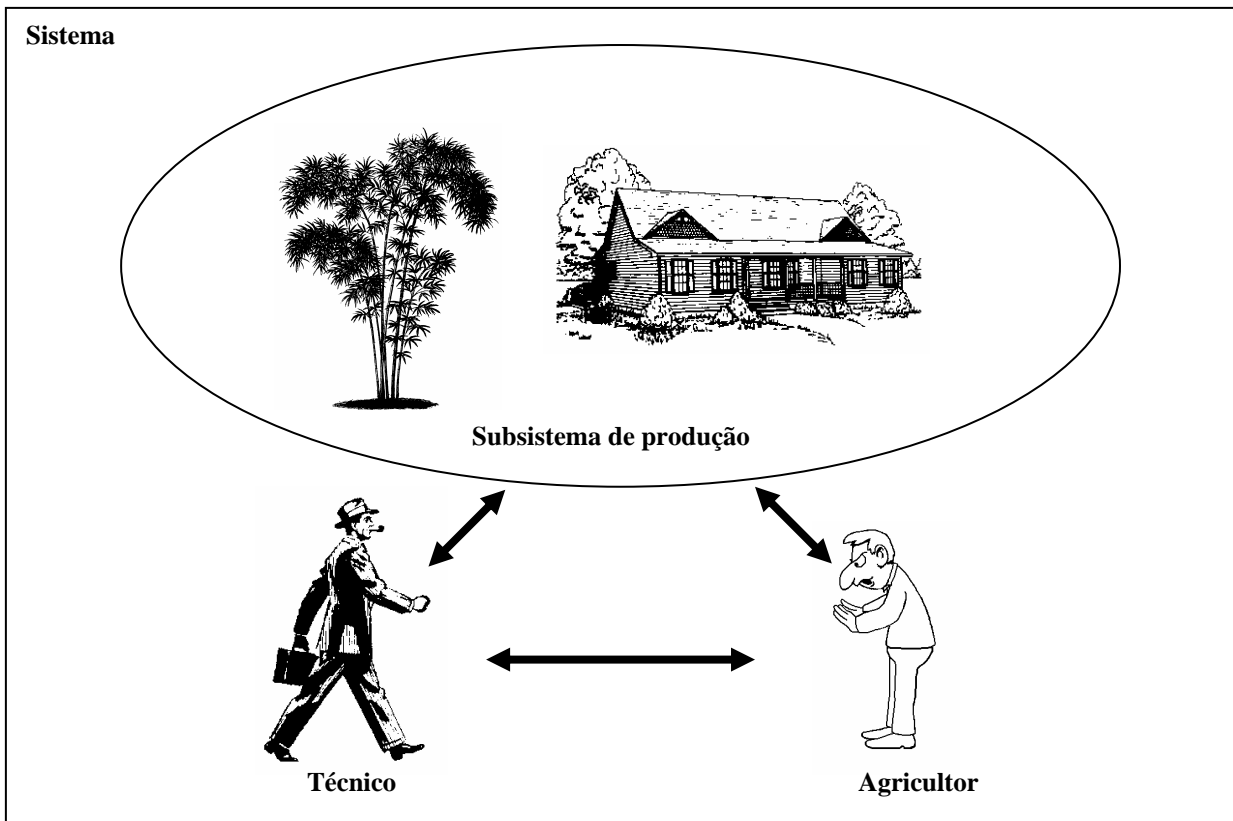
Foi tentando compreender o estabelecimento agrícola e as atividades desenvolvidas pelos agricultores, que se obteve a mudança dos parâmetros técnicos na Região Sudeste do Pará. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho estudar ou comparar a capacitação fornecida aos técnicos, bem como se esta influenciou ou não nas propostas técnicas, é fundamental mencionar as duas abordagens. A reducionista, onde o técnico durante seu trabalho percebe apenas os subsistemas, por exemplo, a cultura do cupuaçu, o gado, etc, e a sistêmica, onde o técnico durante seu trabalho percebe o estabelecimento agrícola e o meio envolvente junto com o agricultor, para compreender melhor o leque de ação dos trabalhos técnicos. O entendimento sobre a agricultura familiar poderá influenciar significativamente no direcionamento da mudança nos parâmetros técnicos. Exemplificamos as duas abordagens de acordo com Pinheiro (2000. p. 30 – 32) (Ver figuras 1 e 2).

Figura – 1: Abordagem reducionista



Fonte: Pinheiro (1998, p.30)

Figura – 2: Abordagem Sistêmica



Fonte: Pinheiro (1998, p. 32)

2.1 A NOVA FASE DE GESTÃO DA ATER

Com o surgimento de várias prestadoras de serviço a partir do Projeto Lumiar, houve uma maior diversidade na elaboração de projetos produtivos. Além do envolvimento dos técnicos e das suas prestadoras de serviço, os agricultores passaram a ser fundamentais na realização dos trabalhos técnicos.

Com isto, são vários fatores que levaram à construção dos parâmetros técnicos, visto que, este processo de construção vem desde a criação dos primeiros serviços de assistência técnica, em função das inúmeras instituições que vinham trabalhando com ATER. Neste sentido, a ação da ATER pode ser diferenciada tanto pelo maior ou menor comprometimento da instituição com a agricultura familiar, como também pela interdisciplinaridade entre os profissionais. O referencial técnico de cada profissional e da linha de atuação de cada instituição é à base de construção destes parâmetros.

Entende-se como referencial técnico as aprendizagens que cada profissional adquiriu, bem como o tempo de trabalho gasto em determinada atividade, a função que desempenhava na instituição, o sistema de trabalho da instituição que fazia parte, as parcerias construídas, a formação do profissional. Além disso, o tipo de ensinamento e o conteúdo fornecido pela escola que estudou, são as principais fontes do referencial técnico. Ele é relevante na medida em que influencia na decisão de implantação de projetos ou na construção de políticas públicas.

Através de uma melhor aproximação dos técnicos das Equipes do Projeto Lumiar aos agricultores, outras interpretações da realidade rural começaram a ser construídas, visto que, um dos objetivos do Programa visava um maior acompanhamento das famílias assentadas pelos técnicos. Para integrar os técnicos do Projeto Lumiar aos agricultores no campo e trabalhar os conceitos de agricultura familiar, havia um período de dez dias de capacitação, fase preparatória para discutir a metodologia para a elaboração dos PDSA's e para o acompanhamento técnico.

Como o presidente da associação do assentamento, onde os técnicos trabalhavam, era também o responsável em comprovar junto ao INCRA que as prestadoras de serviço estavam desempenhando bem seu papel, por meio de sua assinatura autorizando o pagamento dos técnicos, as prestadoras tinham uma política de aproximar o máximo possível os técnicos dos agricultores, permanecendo esses mais tempo no assentamento.

Uma parte das equipes técnicas na Região Sudeste do Pará durante o Projeto Lumiar foi capacitada pela metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a outra parte capacitada pela metodologia do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), que vinha se aperfeiçoando em conjunto com os participantes das oficinas.

A primeira metodologia tinha o enfoque centrado no Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão – I.T.O.G., que visava o aumento da renda em detrimento do contexto sócio-cultural e organizacional da comunidade, e a segunda metodologia centrava na abordagem sistêmica do estabelecimento agrícola, com a visão voltada aos aspectos produtivos, sócio-culturais e organizacionais do meio-ambiente. O que intrigava os técnicos

com a primeira metodologia era a não priorização dos aspectos relacionados a educação, a saúde, a estrada, a habitação, etc.

Neste sentido, começaram, porém as primeiras divergências metodológicas entre os técnicos na forma de atuação com as famílias, que refletiu na maneira de elaborar os PDSA's, como também numa maior ou menor aproximação entre técnicos e agricultores, por consequência do aumento ou diminuição dos laços políticos entre as prestadoras e as organizações do agricultores.

É importante frisar que a EMATER continuava com suas ações de ATER de maneira restrita, por fatores já expostos, em comunidades não assentadas.

Desde a implantação do programa de terceirização da ATER que continua até hoje, mesmo com o término do Projeto Lumiar em 16/06/2000 sem uma explicação convincente, vem aumentando incessantemente a cada ano, a migração de técnicos para a região em busca de emprego nas prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA (Assis et al., 1998), aumentando ainda mais os referencias técnicos que culminaram na aceleração das mudanças nos parâmetros técnicos. Outro fator relevante é a mudança bastante visível de técnicos entre as prestadoras.

Outra questão a se analisar é o aumento de instituições que estão sendo constituídas, com o intuito de fazer parte do programa de terceirização da ATER, na medida que a cada Programação Orçamentária (P.O.) do INCRA, o volume de recursos para assistência técnica é aumentado. A P.O. é a distribuição do orçamento do INCRA feita anualmente, que envolve recursos para a construção e recuperação de estradas, para a construção de pontes, para a eletrificação rural, para a construção de casas, para a ATER, para a elaboração do PDA, etc.

Este novo modelo de gestão da ATER, conforme manual do Projeto Lumiar e da atuação vigente das prestadoras de serviços conveniadas com o INCRA, que também é coordenada e monitorada pelo instituto desde seu credenciamento, propicia aos agricultores uma melhor participação dos processos decisórios da política regional da ATER, através de

suas representações pela FETAGRI - Regional Sudeste⁹, pelo MST e, mais recentemente a partir de 2002, pela FECAP.

Em função destes aglomerados de instituições na Região Sudeste do Pará, quer seja de representação dos agricultores ou de prestadoras de serviço, ressalta-se que vêm ocorrendo mudanças significativas nos parâmetros técnicos, em função da diversidade dos referenciais técnicos acumulados por cada instituição. Salienta-se que antes deste período de maior participação das instituições nas discussões do crédito rural, os projetos elaborados pela EMATER e liberados via as agências do BASA e do Banco do Brasil, baseavam-se nos resultados de experimentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que muitas vezes não foram desenvolvidos para as condições amazônicas. A grande maioria das pesquisas desenvolvidas na região foi realizada em campos experimentais e não em meio real, o que pode ter dificultado sua adaptação para a agricultura familiar.

A presença de vários profissionais formados em diferentes escolas, como: (a Escola Agrotécnica de Araguatins – TO; a Escola Agrotécnica Federal do Crato – CE; a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – PA; da Faculdade de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – RN; da Universidade de São Paulo – SP, etc), é um reflexo de experiências diferentes que influenciaram e influenciam na construção de projetos e na atuação junto aos agricultores.

A presença também de profissionais que tiveram participação no movimento estudantil (geralmente são grupos que se contrapõem à visão da agricultura baseada na revolução verde e que visam uma agricultura alternativa baseada numa produção de alimentos saudáveis), etc, é um forte indicador da aceleração das mudanças nos parâmetros técnicos. Estas mudanças, por sua vez, deverão ser melhor analisadas, visto que, o aumento de atividades financiadas não significa uma melhor adaptação para os agricultores familiares, mas, contudo, propicia o aumento do leque de escolha do beneficiário.

De uma maneira geral, se antes a atuação técnica dependia estritamente dos escritórios locais da EMATER ou da vontade das secretarias municipais de agricultura, com o surgimento desta nova gestão da ATER, ela passa a ser contratada, monitorada e avaliada pelo INCRA, através de estruturas internas orientadas para esta finalidade.

⁹ Uma das nove regionais da FETAGRI Estadual que abrange 17 municípios, com sede em Marabá - PA.

Mesmo com a política de incentivo a ATER terceirizada, a falta de monitoramento e capacitação dos técnicos, o tempo estabelecido no contrato para a prestação de serviço e o tempo para a renovação do mesmo é um dos principais impedimentos do sucesso deste modelo de gestão da ATER. Esta problemática se mostra nos contratos que findaram durante o mês de abril de 2004. Esses contratos tiveram sete meses de duração e os recursos disponíveis no INCRA SR (27) viabilizavam apenas três meses de contrato, até que uma ação no mês de abril do corrente ano realizada pela FETAGRI, pelo MST e pela FECAP, quase que quintuplicou os recursos para a reforma agrária na região. A SR (27) tinha R\$ 35 milhões e com as reivindicações este valor foi para R\$ 158 milhões. Mas, em função de problemas administrativos, uma grande quantidade destes recursos não foi aplicada, para construção e recuperação de estradas, fomento, material de construção, etc.

O movimento social espera que os recursos disponíveis possam viabilizar, no mínimo, um ano de contrato de ATER com as prestadoras de serviço. Por outro lado, não se pode afirmar que a Superintendência do INCRA em Marabá priorizará as etapas de monitoramento, avaliação e capacitação dos técnicos, que, de acordo com um representante do MST, o INCRA não priorizou durante o ano de 2003. Porém, a partir do segundo semestre de 2004, os contratos de assistência técnica entre o INCRA e as prestadoras de serviço alongaram-se por três anos, o que renovou as esperanças das instituições regionais envolvidas diretamente com ATER.

Por sua vez, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) elaborada pelo o MDA, através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e coordenada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), apresenta princípios, diretrizes e gestão do serviço no plano federal, estadual ou da câmara técnica municipal de ATER (ou similar) (Martins et. al., 2004, p. 9 – 12), que na sua essência diminui a participação dos agricultores no monitoramento e na avaliação deste serviço.

Por outro lado, o programa nacional do INCRA de ATER terceirizada, órgão também vinculado ao MDA, lança também seu programa específico para áreas de reforma agrária denominado de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Para compreender melhor a política e o programa nacional lançados pela SAF e pelo INCRA, ATER e ATES

respectivamente, suas convergências e possíveis divergências, serão melhores aprofundadas no Capítulo 2.

Não se pretende neste trabalho comparar a política da SAF com o programa do INCRA, como também, discutir qual o melhor modelo de gestão da ATER ou apontar o mais apropriado para a região Sudeste do Pará, apesar de que alguns autores como Halmenschlager (2004, p. 88 - 89), comente que “...As prestadoras de serviços têm uma configuração interna mais horizontal do que os serviços de ATER estatal”, podendo “apesar dos limites e da dinâmica da Região Sudeste, surgir um cenário favorável para construção de uma ATER para agricultura familiar”. Este fator pode ser remetido principalmente pela vinculação direta com os agricultores, visto que, a maioria das prestadoras de serviço tem um vínculo direto com as diferentes representações dos agricultores familiares.

2.2 SOBREPOSIÇÃO OU COMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATER E DO PROGRAMA DE ATES?

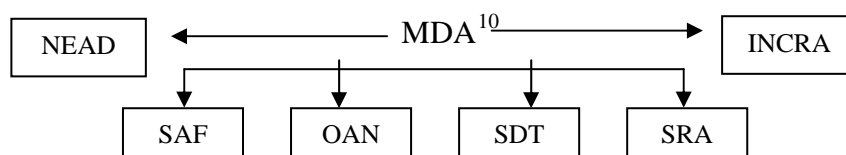
Apesar de saber que a política de ATER elaborada pela SAF é única, o programa de ATES elaborado pelo INCRA, que não contraria as orientações nacionais da PNATER, tem sua discussão e execução independentes, priorizando as instituições terceirizadas e a participação direta dos agricultores na gestão e no acompanhamento deste serviço. No decorrer dos trabalhos da SAF e do INCRA percebe-se a distinção de enfoques, não apenas pela a SAF incluir todas as modalidades dos agricultores familiares (extrativistas, ribeirinho, indígenas, quilombolas, etc) e o INCRA atender diretamente os beneficiários de reforma agrária, mas, pelo prioridade de ATER de ambas.

Tornam-se evidente os esforços da SAF em potencializar as estruturas estatais do serviço de ATER, tendo como referência a EMATER do Sul do país. O INCRA, por sua vez, continua priorizando a terceirização do serviço de ATER, através dos convênios com as prestadoras de serviço, que inclui na sua gestão a participação dos agricultores e outras instituições governamentais, como por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). De acordo com o Delegado do MDA no Estado, o Senhor Guedes de Guedes, o ano de 2005 a EMATER – PA recebeu da SAF o valor de dois milhões de reais para o serviço de ATER. O repasse destes recursos não é discutido na

região e não é aberta licitação para as outras instituições concorrerem. De uma maneira geral, as instituições regionais, inclusive o INCRA, desconhecem esta forma de parceria entre a SAF e a EMATER, no que tange, a forma de repasse de recursos; como o valor é determinado; porque a sociedade civil não participa desta deliberação se um dos princípios do PNATER é a participação, etc.

Quando se indaga a algum representante do INCRA ou da SAF sobre o programa de ATES e a política de ATER respectivamente, ambos respondem que são complementares, com um tratamento especial aos clientes de reforma agrária, ou seja, a ATER é uma política coordenada pela SAF/DATER (PNATER) para todos os agricultores familiares do país, sendo que, a ATES é um programa coordenado pelo INCRA com enfoque para os agricultores dos assentamentos, com destaque para as questões sociais e ambientais. Em suma, nos seus documentos, o programa de ATES não contradiz os princípios e as diretrizes do PNATER.

Para compreender melhor o organograma funcional do MDA e entender melhor a política deste Ministério, exemplificaremos. Apesar das secretarias e das autarquias comporem o mesmo Ministério, não me permite analisá-las como ações complementares. Muitas vezes, há ações que dificultam o entendimento do público alvo da política. Como exemplo, o curso de especialização do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao INCRA, e o curso de especialização da SAF.



Algumas destas secretarias e autarquias não serão mencionadas neste trabalho por não estarem relacionadas diretamente com a temática.

I – O INCRA tem o objetivo principal de realizar a Reforma Agrária, manter e atualizar o cadastramento nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. O Brasil tem 30 Superintendências. A Superintendência do INCRA SR/30 foi criada recentemente em Santarém em função do agravamento dos conflitos fundiários.

¹⁰ Para maiores informações das políticas do MDA, acessar a página www.mda.gov.br.

Outra tarefa importante é o “equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infra-estrutura e o desenvolvimento sustentável das famílias em assentamentos existentes no país”.

II – A SAF visa consolidar o conjunto de política para a agricultura familiar. Tem como principal programa a execução do PRONAF, para busca da “valorização e divulgação do conceito da agricultura familiar, como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural; geração de ocupações produtivas...”. Também é a secretaria responsável PNATER, através de parcerias estatais e não-estatais.

Apesar de convergente nas suas diretrizes, princípios e no enfoque agroecológico, entre a PNATER e o Programa de ATES, algumas ações em separada são bastante visíveis. As discussões de encaminhamento da política de ATER e do programa de ATES continuam desarticuladas, percebida pelos atores e instituições envolvidas diretamente com os serviços técnicos. Tanto a SAF como o INCRA não confluem para implementação dos serviços técnicos.

Como exemplo, mencionarei dois acontecimentos que vislumbram a “incompatibilidade” ou a múltipla ação dos serviços técnicos:

I – Seminário Regional sobre ATES realizado na Presidência do INCRA em Brasília – DF, durante o período de 20 a 21 de Julho de 2004.

Participaram do seminário as Superintendências do INCRA e várias instituições públicas e privadas das regiões Norte e Centro-Oeste. Durante os dois dias de discussão sobre a ATES não se fez referência ao PNATER. Dos palestrantes convidados para discernir sobre os pontos de pauta, nenhum representante da SAF estava presente.

II – Oficina Técnica de Nivelamento Conceitual de ATER realizado em Belém – PA, durante o período de 09 a 13 de Agosto de 2004.

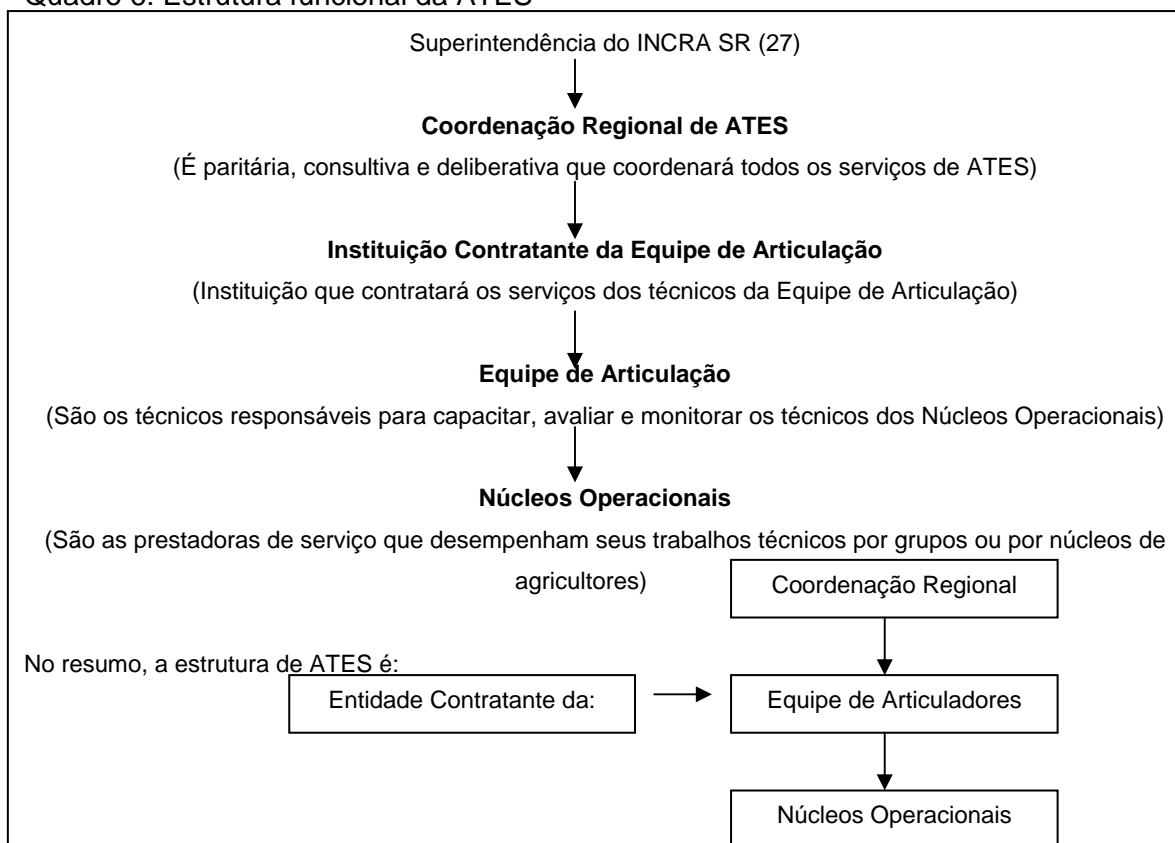
Participaram da oficina, representantes de instituições estatais e não-estatais dos Estados do Pará, Tocantins e Amapá. Mais especificamente sobre o Estado do Pará,

participaram as seguintes instituições estatais: a EMATER e o Núcleo de Estudos Integrado Sobre Agricultura Familiar – NEAF da Universidade Federal do Pará – UFPA; e as seguintes instituições não-estatais: a Copserviços, o Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas (CEFT-BAN), a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), a FASE e a Colônia de Pescadores Z-16.

Apenas um representante do INCRA do Estado do Amapá estava presente nesta oficina. Isto por si só não explica muita coisa, logo, a escolha dos candidatos foi feita mediante uma pré-seleção junto a SAF, que priorizou os atores e as instituições com maior perfil e com uma maior abrangência de trabalho como os agricultores familiares. Mas neste evento, a SAF não se referiu ao programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs adotado pelo INCRA.

Para esclarecimento, mencionarei a estrutura de funcionamento do Programa Nacional de ATEs, segundo as Diretrizes e Manual Operacional de ATEs do MDA/INCRA, fazendo referência de como está organizado na área de abrangência da Superintendência do INCRA SR/27 (ver Quadro 6 e 7):

Quadro 6: Estrutura funcional da ATEs



Fonte: Autoria própria

Quadro 7: Estrutura funcional da coordenação regional da ATES - Superintendência do INCRA SR/27

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ATES	
Discriminação	Instituições Estatais e Não-estatais
INCRA	Estatais
UFPA	
Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (AMAT)	
EMATER	
IBAMA	
FETAGRI	
MST	Não-estatais
FECAP	
FASE	
CPT	

Fonte: LASAT

I – Entidade contratante da Equipe de Articulação

- LASAT

II – Equipe de Articulação

O cálculo do número de articuladores a ser contratado é baseado na proporção de 1 articulador para 16 a 24 técnicos dos núcleos operacionais, de acordo com as diretrizes e o manual operacional da ATES.

Para atender a demanda da Superintendência do INCRA SR/27 foram contratados 11 articuladores.

III – Núcleos Operacionais

São compostos pelas prestadoras de serviço, na relação de um técnico de nível médio ou superior da área de ciências agrárias para cada 100 famílias. E um técnico da área de ciências humanas para cada 500 famílias.

Analisando os Quadros 9 e 10, percebe-se a participação da sociedade civil organizada, tanto no nível federal como regional, na gestão deste programa. Esta participação

na gestão dos serviços de ATER, sempre foi na região, um anseio das representações dos agricultores.

Na abrangência da SR/27, foram conveniadas em 2005 dez prestadoras de serviço, perfazendo um total de 311 técnicos de nível médio e superior de diversas áreas do conhecimento, para acompanhar 311.110 famílias, distribuídas em 280 projetos de assentamento, em 36 municípios.

Para facilitar a compreensão do leitor, continuarei utilizando o termo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), mesmo sabendo que as prestadoras de serviço são contratadas pelo INCRA dentro do programa de ATES. A opção de escolher a terminologia ATER, se dá pelo fato de ser a mais conhecida.

A ATES é uma terminologia nova, interessante, por enfatizar as questões sociais e ambientais, e privilegiar e focar o conceito de assessoria e desqualificar o termo assistência, na visão assistencialista. Mesmo assim, para sua utilização, será preciso uma fase de implementação, de incorporação da terminologia pela sociedade e principalmente pelos agricultores, bem como um tempo para consolidação deste programa.

3. CRÉDITO RURAL

Algumas modalidades de crédito na Região Sudeste do Pará eram destinadas para os agricultores familiares em assentamentos, sem uma definição específica deste termo, segundo depoimento de funcionário do BASA, agência de Marabá. Desde 1992 na Região Sudeste do Pará, registram-se financiamentos através do PROCERA e do FNO. Nos arquivos do BASA de Marabá em um caso encontrado, a identificação dos agricultores beneficiados pelo município, apareciam sem identificação de qual assentamento era.

O início de maior discussão sobre o crédito rural para a agricultura familiar na região se deu com a elaboração do FNO – Especial durante o calendário agrícola 1994/1995 pela EMATER. Lembro, porém, que até o ano de 1999 não tinha uma política clara de crédito rural específica para assentamentos e nem ocorria a participação das organizações rurais nas discussões oficiais sobre o financiamento no Sudeste do Pará, ou seja, os agricultores não participavam das discussões e das deliberações sobre os tipos de projetos que poderiam ser financiados.

Em função dos procedimentos adotados para elaboração dos projetos, uma das principais críticas foi a forma como eles foram elaborados. As combinações de atividades para financiamentos, denominadas de módulos, definição também mencionada por Assis & Silva (2003, p. 28) como sendo “uma combinação de elementos financiáveis agrupados de maneira a respeitar alguns critérios estabelecidos pela instituição financeira e as normas do PRONAF enquanto programa (ex: limite de financiamento)”, reduziu bastante a escolha das atividades pelo agricultor, principalmente pelo número reduzido de módulos que foram apresentados. Quanto menor o número de atividades financiáveis, menor a quantidade de módulos que podem ser propostos.

Neste sentido, analisando o processo de decisão sobre o tipo de atividade financiada e a forma como os projetos foram elaborados pela EMATER - PA, teve pouca probabilidade de sucesso. Isto se reflete no grande índice de inadimplência e na proibição dos beneficiários em adquirirem outros financiamentos, visto que, o agricultor não pode estar devendo o FNO ou com parcela atrasada ou inadimplente com o banco. A partir deste problema, durante o ano de 1997, os agricultores beneficiados com o FNO foram orientados pelas suas instituições a renegociarem suas dívidas, na esperança que o Governo Federal se responsabilizasse também

por parte das parcelas a serem pagas, como uma contrapartida referente aos projetos mal sucedidos.

Os projetos do FNO-Especial foram liberados pelo BASA sem identificação do público alvo, por não realizarem visitas prévias em todos os estabelecimentos agrícolas. Isto dificultou uma análise sobre a viabilidade econômica dos mesmos. O BASA ou qualquer outra agência bancária, como agente financiador, tem o papel de realizar visitas antes e depois da liberação dos projetos.

O que marcou a atuação do BASA durante este período foi a imposição junto às famílias, através de critérios técnicos utilizados pela agência, dos potenciais fornecedores de mudas, de gado e de insumos. Por sua vez, os beneficiários não tiveram autonomia para escolherem o lugar de aquisição de seus produtos, e nem os demais fornecedores conseguiram se cadastrar junto ao banco. De acordo com os agricultores, foram três as justificativas principais apresentadas pelos técnicos do banco para escolha do estabelecimento de compra.

- 1 – Eram os locais onde se obtinham os melhores produtos da região;
- 2 – Esses estabelecimentos possuíam grandes estoques o que aumentava a chance de escolher um melhor produto, e;
- 3 – Os fornecedores apresentados eram os únicos que possuíam cadastro junto ao Banco, indispensável para o fornecimento do produto.

Mas com o aumento da participação direta dos agricultores na escolha e na indicação das prestadoras de serviço, assim como, na destinação dos recursos do crédito rural, o movimento social começa a pressionar as instituições financeiras, em especial a agência regional do BASA em Marabá, que era quase hegemônica no financiamento para agricultores familiares não organizados pelo MST, em melhorar a forma como os projetos eram conduzidos, no que se refere à transparência do volume de recursos e ao período de liberação dos projetos.

O MST, por sua vez, trabalhava com projetos de crédito rural via Banco do Brasil, agência financiadora presente em todo território nacional, ficando mais fácil a negociação da

liberação dos projetos, da negociação de dívidas, etc. Muitas negociações sobre os créditos, entre os representantes do MST e os representantes dos bancos são diretamente realizadas em Brasília – DF, o que diminui os esforços para os coordenadores regionais e estaduais do MST a desempenharem este papel.

Em maio de 2000, os agricultores organizados pela FETAGRI ocuparam a agência regional do BASA – Marabá, com a finalidade de rediscutir o crédito do PRONAF “A”, visto que, muitos projetos elaborados durante o ano de 1999 não foram liberados. Os principais pontos de pauta¹¹ foram:

- a) Definir o calendário agrícola¹² para a região Sul e Sudeste do Pará;
- b) Garantir a data de liberação dos projetos e a transparência do volume de recursos disponíveis para o ano, e;
- c) Discutir e aprovar as atividades a serem financiadas e os índices técnicos mais propícios para a região.

O repasse para as prestadoras de serviço da planilha utilizada pelo BASA para a elaboração dos projetos, foi feito através de pagamento ao projetista do banco.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Independentemente da forma com que os técnicos e os bancos trabalhavam os projetos produtivos para assentamentos eles deram contribuição fundamental para alavancar a atividade produtiva dos agricultores familiares.

Mesmo com o índice alto de inadimplência, refiro-me aos projetos financiados pelo FNO – Especial durante o calendário agrícola de 1994/1995, muitos agricultores permaneceram na terra. Os problemas ocorridos foram de ordem técnica na elaboração, na

¹¹ Informações fornecidas pelo presidente da FETAGRI em julho de 2004.

¹² Refere-se ao período de: disponibilizar a relação de PA's selecionados; definição do suporte técnico; indicação nominal dos agricultores familiares selecionados; cadastramento das associações; elaboração de cadastro bancário; diagnósticos das propriedades, elaboração e encaminhamento dos projetos; emissão de declaração de aptidão; análise de projetos; assinatura dos contratos, liberação das parcelas do projeto (referente ao período de preparo de área, plantio, tratamentos culturais, como capina, roço, etc.).

implantação e na falta de diálogo entre técnicos e agricultores e na falta de mercado consumidor. Através da melhoria das condições atuais das normas do crédito (taxas de juros, rebate no ato de pagamento e/ou falta dele, etc) com relação aos anos anteriores, os projetos produtivos estão sendo melhor aceitos pelos agricultores familiares. Mas, o tipo de insumo e o tempo inadequado de liberação do financiamento ainda são fatores importantes para o fracasso de um projeto.

Outro fator de relevância que promoverá ou não o desenvolvimento de um projeto, é a presença de infra-estruturas básicas. A construção e/ou a recuperação de estradas muitas vezes são apontadas no PDA como a principal reivindicação dos agricultores familiares. Entre as infra-estruturas básicas essenciais para fomentar o sucesso dos projetos e evitar o êxodo rural, estão a escola, a eletrificação rural, as estruturas de armazenamento/comercialização, etc.

Superando estas barreiras, os projetos para os agricultores familiares vigentes no país têm grandes chances de serem viáveis.

Exemplificamos, a seguir, as modificações das normas dos projetos para agricultores familiares desde 1994 a 2004. Levo em consideração que, para o mesmo tipo de crédito as normas se alteram significativamente e muitas vezes durante o mesmo calendário agrícola (Tabela 1).

TABELA 1: MODALIDADES DE PROJETOS FINANCIADOS PARA AGRICULTORES FAMILIARES DE 1994 A 2004

CRÉDITOS DESTINADOS A AGRICULTORES FAMILIARES PARA PA's													
Nº	Município	PA's* Financiados	Ano do projeto	Tipo do projeto	Limite máximo do projeto (R\$)	Juros %	Encargos básicos	Atualização do valor do crédito	Redução dos encargos, dos juros e do capital principal	Inadimplimento	Período de carência (anos)		% recurso (R\$) para ATER
											custeio	Investimento	
1	São Domingos e São João do Ar.	de São Domingos e São João do Ar.	1994	PROCERA	-	4% a.a	50% da TR a.m.	UREF	-	100% da TR + 12,5% a.a	-	3	0
2	São Domingos	São Benedito e Paulo Fonteles	1995	PROCERA	9.500,00	4% a.a	Utilizaç. da TJLP a.m	-	50% da TJLP	100% da TJLP + 12,5% a.a	-	3	0
3	São Geraldo do Araguaia	Grotão do Cabloco e Novo Paraíso	1996	FNO - Especial	9.500,00	4% a.a	Utilizaç. da TJLP a.m	-	55% da TJLP	100% da TJLP + 12,5% a.a	2	3	1
4	São Geraldo do Araguaia	Lagoa Bonita e independência	1997	PROCERA	9.500,00	12 ou 11,38% a.a	-	-	50% do principal(parcelas) e 50% do juro(p/parcela)	12% ou 11,38% a.a + 1% a.m	-	3	0
5	Nova Ipixuna	Jacaré	1998	PRODEX	9.500,00	6% a.a	Utilizaç. da TJLP a.m	-	50% dos juros e 75% da TJLP	100% TJLP + 12,5% a.a + 1% do montant. atualizad.	1	3	1
6	Marabá	Vila São Raimundo	1999	PROCERA	9.500,00	8% a.a	Utilizaç. do IGP-DI a.m	-	60% do juro	100% do IGP-DI + 12,5% a.a + 1% do montan. atualiz.	1	3	
7	Itupiranga	Benfica	2000	PROCERA	9.500,00	6,5% a.a	50% da TJLP a.m	-	50% do juro e 40% do principal(por parcela)	6,5% + TJLP + 1% a.a	1	3	1,5% do valor financiado

Nº	Município	PA's* Financiados	Ano do projeto	Tipo do projeto	Limite máximo do projeto (R\$)	Juros %	Encargos básicos	Atualização do valor do crédito	Redução dos encargos, dos juros e do capital principal	Inadimplimento	Período de carência (anos)		% recurso (R\$)
8	Itupiranga	Benfica	2000	PRONAF "A"	9.500,00	1,15 % a.a	-	-	40% sobre o principal	1,15% a.a + 1% a.a	1	3	3% do valor financiado
9	São João do Araguaia	Ubá	2001	PRONAF "A"	9.500,00	1,15 % a.a	-	-	40% sobre o principal	1,15% a.a + 1% a.a	1	3	3% do valor financiado
10	Marabá	Jurunas e Mangueiras	2002	PRONAF "A"	12.000,00	1,15 % a.a	-	-	40% sobre o principal	1,15% a.a + 1% a.a	1	3	3% do valor financiado
11	Marabá	Escada Alta	2003	PRONAF "A"	12.000,00	1,15 % a.a	-	-	45% sobre o principal	1,15% a.a + 1% a.a	1	3	8,3333% do valor financiado
12	Marabá	Laranjeira	2003	PRONAF "A"	15.000,00	1,15 % a.a	-	-	45% sobre o principal	1,15% a.a + 1% a.a	1	3	8,3333% do valor financiado
13	Eldorado do Carajás	Belo Mirar	2004	PRONAF "A"	15.000,00	1,15 % a.a	-	-	46% sobre o principal	1,15% a.a + 1% a.a	1	Até 5 anos	10% do valor financiado.

* Denominação utilizada pelo banco. Muitos não são projetos de assentamento de acordo com o INCRA

Abreviaturas utilizadas: TR - Taxas Referenciais; UREF - Unidade de Referência Rural e Agro-industrial; IGP-DI - Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna rurais; TRD: Taxas Referenciais Diárias

OBS: Quando o proponente torna-se inadimplente, perde a redução dos juros e do bônus do capital principal.

Fonte: BASA – Agência de Marabá (amostra de cédulas)

Como podemos perceber as normas dos créditos eram praticamente interpretáveis, o que dificultava ainda mais o repasse das informações dos técnicos para os agricultores. Tornava-se ainda mais difícil quando um agricultor ficava inadimplente com alguma parcela do financiamento. Aplicava-se sobre os financiamentos juros variáveis de acordo com a inflação, que precisava de conhecimento de economia ou de matemática financeira, que nem sempre era de conhecimento dos próprios funcionários dos agentes financeiros.

Quando se aplicavam os encargos financeiros sobre os recursos recebidos pelo agricultor, que alteravam de ano para o ano em função de fatores como a inflação, não se podia fazer previsão de qual valor seria a parcela vindoura. Isso dificultava a previsão orçamentária dos agricultores e o trabalho de assessoria dos técnicos, visto que, o valor de cada parcela era calculado no ato do pagamento.

Na falta de clareza das normas dos financiamentos e do valor a ser pago em cada parcela, percebeu-se que os créditos para os agricultores familiares comparavam-se aos dos agricultores mais capitalizados. O reconhecimento da política de crédito para assentamentos, como sendo áreas especiais do Governo Federal, no que tange a geração de trabalho e renda, etc, deu-se praticamente com a criação do PRONAF em 1997.

A dificuldade de compreensão sobre as taxas de juros altos, juntando às péssimas condições de infra-estruturas básicas nos assentamentos, como as estradas, dificilmente os projetos produtivos se tornavam viáveis. Acresce também aos fatores de inviabilidade dos projetos, a falta de um acompanhamento dos profissionais da assistência técnica.

Quando os juros foram reduzidos e tornaram-se fixos, e quando houve acréscimo nas normas dos financiamentos, do rebate das parcelas para os agricultores adimplentes, diminuíram consideravelmente os riscos da instabilidade dos projetos. Considera-se, porém, que ainda não estão superadas as dificuldades de acesso às propriedades (essencial para o escoamento da produção) e nem os serviços básicos como educação e saúde, cuja falta, inviabiliza qualquer projeto produtivo por mais que tenha melhorado a forma de financiamento.

Listamos a seguir os principais créditos para os agricultores familiares trabalhados no Brasil (Tabela 2):

TABELA 2: ALGUMAS MODALIDADES DE CRÉDITO DO PRONAF INDIVIDUAL VIGENTE NO PA'S

Grupo	Carência	Teto (R\$)		Encargos Financeiros		Rebate		Prazo	
		Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio	Investimento
A	Até 5 anos	Até 5.000,00	5.000,00 a 13.500,00*	1,15% a. a.	1,15% a. a.	40% a 46%	40% a 46%*	- Agrícola até 2 anos - Pecuária até 01ano	Até 10 anos
B	Até 1 ano	-	1.000,00	-	1% a. a.	-	25% sobre o saldo devedor	-	Até 2 anos
A/C	-	500,00 a 2.500,00	-	2% a. a.	-	R\$ 200,00	-	Até 2 anos	-
C	Até 5 anos	500,00 a 2.500,00	1.500,00 a 5.000,00	4% a. a.	4% a. a.	R\$ 200,00	R\$700,00	Até 2 anos	Até 8 anos
D	Até 5 anos	6.000,00	18.000,00	4% a. a.	4% a. a.	-	25% sobre encargos	Até 2 anos	Até 8 anos

Fonte: Autoria própria

a.a. = ao ano

* Pode ir até R\$ 15.000,00 reais quanto inclui o pagamento da ATER. O valor do rebate de sobre de 40 % para 46%.

Com a efetivação do PRONAF “A” na região a partir de 2000, ficaram mais ou menos interpretáveis para os técnicos e os agricultores as normas de financiamento, principalmente pela fixação dos juros, que anteriormente alteravam de acordo com a inflação e/ou taxas internas bancárias, considerando o valor de referência do crédito como, por exemplo, a UREF.

Com o valor fixo dos juros, os técnicos das prestadoras de serviço podem estimar melhor o valor de cada parcela a ser paga. Inserindo-se o rebate (desconto) em cada uma delas, no ato do pagamento, fica claro para os agricultores a facilidade para o pagamento do projeto, quando o mesmo é feito no prazo. Esta mudança está contribuindo para o aumento crescente do volume de recursos do PRONAF “A” na região.

Através da melhor clareza nas normas de financiamento, os técnicos e os agricultores começaram a trabalhar mais projetos produtivos. Os agricultores começaram a se organizar e apresentar demandas à câmara técnica para solicitação de recursos ao Governo Federal. Deve-se levar em consideração o aumento do número de técnicos das prestadoras de serviço contratadas pelo INCRA. Estima-se que em 2005 as Regiões Sul e Sudeste do Pará registrarão mais de 300 técnicos trabalhando, que demandaria um aumento significativo de recursos para a área de abrangência da Superintendência da SR (27).

Exemplos de recursos aplicados nas Regiões de Tucuruí, Sul e Sudeste do Pará
(Quadro 8):

Quadro 8: Recursos disponibilizados para o PRONAF “A” para Tucuruí, Sul e Sudeste do Pará – 2002 a 2004.

ANOS	RECURSOS DISPONIBILIZADOS (R\$)
2002	42.000.000,00
2003	60.000.000,00
2004	76.000.000,00
TOTAL	178.000.000,00

Fonte: Presidenta da Câmara Técnica do Sudeste do Pará

É importante frisar que nem sempre os recursos disponibilizados são aplicados totalmente, principalmente em função de: irregularidade na documentação pessoal dos proponentes relacionada ao cadastramento do cônjuge do assentado no Sistema de Informação Rural (SIR); demora na emissão da Carta de Aptidão do INCRA; repasse dos recursos do

Governo Federal em duas parcelas fora do calendário agrícola regional, etc. Por outro lado, pode ocorrer uma aplicação maior de recursos do que havia sido disponibilizado, a exemplo do ano de 2003, em que foram aplicados R\$ 79.973.764,00, superando em R\$ 19.973.764,00 os recursos disponibilizados. Foram deslocados recursos de outros Estados da Amazônia para suprir a demanda de projetos apresentados.

3.2 MUDANÇAS OCORRIDAS NO PROCERA E NO PRONAF

O PROCERA foi a primeira linha de crédito criado para os assentados de reforma agrária, sendo incorporado posteriormente ao PRONAF, com o objetivo de unificar numa mesma linha de financiamento os diferentes tipos de agricultores familiares, de acordo com a classificação de sua renda.

Para melhorar a compreensão das mudanças e dos debates que envolvem o crédito do PROCERA, hoje denominado de PRONAF “A”, e das principais políticas agrícolas que envolvem diretamente o crédito para as áreas de assentamento, é de fundamental importância abordar as principais linhas de crédito:

I - Crédito do PROCERA: Foi um programa de crédito produtivo coordenado pelo Ministério da Reforma Agrária para atender as famílias assentadas. Uma parte dos recursos era destinada ao custeio (até 35% do valor do projeto), e a outra parte para investimento, tendo seu teto máximo de R\$ 7.000,00. Teve seus projetos formalizados até 08 de agosto de 2001 quando se deram as últimas liberações feitas nesta linha de financiamento.

II – Primeira fase do PRONAF “A”: Foi um programa criado em 2000 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em substituição ao PROCERA. O PRONAF que envolve outras linhas como a B, a C, a A/C, a D, a E e etc, foi criado em 1996. Os juros reduziram de 3,5% para 1,15% ao ano e o teto máximo do projeto subiu de R\$ 7.000,00 para R\$ 9.500,00. Teve seus projetos formalizados até 08 de agosto de 2001.

III – Segunda fase do PRONAF “A”: Não alterou significativamente o Programa. Esta segunda fase elevou o valor máximo do financiamento de R\$ 9.500,00 para R\$ 12.000,00, alterando o valor a ser pago para investimento e para custeio. Teve seus projetos formalizados de 09 de agosto de 2001 à 24 de julho de 2002.

IV – Terceira fase do PRONAF “A”: Com relação à segunda fase, o valor máximo do projeto subiu de R\$ 12.000,00 para R\$ 13.000,00. Teve seus projetos formalizados de 25 de julho de 2002 a 25 de junho de 2003.

V – Quarta fase do PRONAF “A”: Com relação à terceira fase o valor máximo do projeto subiu para R\$ 13.500,00, podendo chegar a R\$ 15.000,00 quando incluído o valor da assistência técnica. O rebate do crédito, ou seja, o valor que será descontado no ato do pagamento de cada parcela, pode subir de 40% para 46% quando incluído a ATER.

De um modo geral, os créditos individuais para os agricultores familiares são todos da linha do PRONAF, exemplo o PRONAF Florestal, o jovem, o mulher, o “A”, o agroecologia, o A/C, o B, o C e o D, e do FNO-Especial. Apenas o PRONAF “A” é específico para assentamentos. O agricultor poderá, dentro da linha de crédito do PRONAF, receber mais de um projeto, referente a outras linhas, mediante sua adimplência.

As normas básicas de algumas modalidades do PRONAF estão apresentadas na Tabela 2.

VI – PDSA/PDA: É um programa do MDA para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento para o Assentamento. Até 2002 era chamado de PDSA, hoje denomina-se de PDA. Os Planos de Desenvolvimento para os Assentamentos são elaborados pelas prestadoras de serviço conveniadas com o INCRA. De acordo com o INCRA/MDA, as prestadoras de serviço terão um prazo de um ano para elaboração dos mesmos.

Os planos de desenvolvimento têm a finalidade de discutir e propor propostas sócio-econômico-ambiental para os agricultores familiares nos assentamentos, seja no âmbito individual (para os estabelecimentos agrícolas), seja no âmbito coletivo (como a construção, recuperação e reestruturação de postos de saúde, de escolas, de estradas, de rede elétrica rural; a viabilização econômica e social de infra-estruturas construídas como casas de farinhas, etc), que venham melhorar a qualidade de vida das famílias assentadas.

A elaboração dos planos deveria ser o primeiro trabalho técnico num assentamento recém criado, com pessoas recém chegadas na área. Mas, de uma maneira geral, os planos de desenvolvimento são feitos em assentamentos, que na região de estudo, na sua grande

maioria, têm mais de quatro anos de ocupação, o que dificulta trabalhos ambientais como o manejo da mata, a preservação das margens dos rios, a organização da produção, o debate cooperativista e associativista, a organização sindical, etc.

O valor pago pelo INCRA às prestadoras de serviço para a elaboração do PDA em 2004/2005, é calculado da seguinte maneira:

São R\$ 200,00 pagos por família, ou seja, se num assentamento residirem 50 famílias cadastradas pelo INCRA, a prestadora receberá R\$ 10.000,00.

VII – Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA):

Tem na sua essência o mesmo objetivo do PDA, sendo que o PRA é uma nova modalidade de planejamento dos assentamentos, que precisam tornar-se viáveis economicamente, promovendo uma organização sócio-organizacional, com vistas à sua consolidação, em duas situações distintas.

1º - Elaboração dos PRA's nos assentamentos nos quais foram feitos os PDA's antes de 1999;

2º - Elaboração dos PRA's nos assentamentos nos quais nunca foram elaborados os PDA's antes de 1999.

O valor a ser pago pelo INCRA às prestadoras de serviço para elaboração do PRA em 2004/2005, é calculado da seguinte maneira:

São R\$ 100,00 reais pagos por família, ou seja, se num assentamento residirem 50 famílias cadastradas pelo INCRA, a prestadora receberá R\$ 5.000,00.

VIII – Convênio da ATES

É o convênio celebrado entre o INCRA e as prestadoras de serviço para realizar as ações de assessoria nos assentamentos. O objetivo principal é discutir e implementar os Planos de Desenvolvimento anteriormente feitos por cada prestadora. Há várias situações nos quais os convênios de ATES são celebrados com outras prestadoras que não realizaram os

PDA's. Isto pode ocorrer quando os agricultores não desejarem mais que a prestadora que elaborou o PDA continue com as ações de assessoria técnica ou por denúncia de irregularidade no cumprimento do convênio com o INCRA.

Nos assentamentos onde o INCRA tem convênio com as prestadoras de serviço, nos PRONAF's elaborados por elas não são incluídas as parcelas para assistência técnica, ou melhor, a prestadora de serviço não será remunerada pela elaboração e nem pelo acompanhamento do PRONAF. Apesar de não poder ter duplicidade de financiamento Federal, existe denúncia de irregularidade cometida por prestadoras.

É importante frisar que, de acordo com o Programa de ATES (INCRA/MDA, 2004), haverá contratação de uma equipe de Equipe de Articulação. O valor a ser pago para manter esta equipe, sairá dos R\$ 400,00 que será pago por família/ano para contratação da ATES.

Neste sentido, será disponibilizado R\$ 25,00 dos R\$ 400,00 por família destinada para a contratação da ATES via prestadora, para viabilizar o convênio da Equipe de Articulação, ou seja, a ATES receberá R\$ 375,00 por família/ano e não R\$ 400,00 exposto anteriormente.

O volume de recursos aplicados para os projetos produtivos no Sudeste do Pará, vem aumentando gradativamente, principalmente, para os assentamentos de reforma agrária. Isto se dá em função do aumento generalizado de projetos de assentamentos, da cobrança mais constante por parte da representação de agricultores na solicitação e na gestão do crédito, do aumento de prestadoras de serviço na região com potencial para elaboração de projetos, e da aplicabilidade dos recursos pelas agências bancárias (os projetos estão sendo pagos), propiciando a credibilidade das instituições envolvidas com o crédito rural.

4. AVALIAÇÃO DE ALGUNS ATORES REGIONAIS SOBRE A POLÍTICA DE CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Como já mencionado na metodologia, os nomes utilizados são fictícios em função de não ter solicitado a autorização dos entrevistados, bem como, para protegê-los de especulações.

I – Representantes dos agricultores

A) FETAGRI

Para o José Raimundo, o marco da história do crédito para agricultura familiar na região foi a implantação do FNO – Especial durante o calendário agrícola de 1994/1995. Eram duas bandeiras de lutas neste período, reforma agrária e o crédito agrícola.

Neste primeiro período de liberação do crédito do FNO - Especial, os agricultores estavam desorganizados (não entendiam como funcionavam minimamente os financiamentos) e as associações não eram bases orgânicas¹³ dos STR's. Houve uma “febre de criação de associações na Região”. Esta fala do entrevistado, também é mencionada por Tura & Costa (2000, p. 280). Algumas associações, de acordo com ele, foram fundadas por políticos influentes em busca de recursos, o que dificultou ainda mais a organização associativista pela FETAGRI.

Expõe ainda o entrevistado que os projetos foram elaborados em forma de pacotes tecnológicos¹⁴ sem interferência das associações, principalmente daquelas que tinham influências de políticos regionais. A ATER não levou em consideração a cultura e a aptidão dos agricultores, e junto com os bancos monopolizaram a indicação dos fornecedores de animais e de insumos que os agricultores tinham que adquirir, prejudicando ainda mais o

¹³ De acordo com o entrevistado, as associações são bases orgânicas dos STR's quando elas se articulam politicamente, ou seja, quando representam o sindicato nas comunidades. Em algumas comunidades os sindicatos são ainda representados pelos delegados sindicais. Os delegados sindicais mencionados pelo entrevistado, eram os representantes dos STR's nas comunidades.

¹⁴ Denominação dada por técnicos e agricultores na região, para os projetos produtivos elaborados sem levar em consideração a solicitação dos agricultores, o estabelecimento agrícola, baseados nos princípios da revolução verde, com alto índice de agrotóxico e de adubo químico.

resultado final dos projetos. A indicação dos fornecedores dificultou que os agricultores procurassem produtos mais baratos em outros locais.

Comenta que os agricultores vêm buscando a participação de fato na discussão do crédito, mesmo antes das primeiras liberações do FNO em 1995. Mas, após este ano e por reivindicação também dos agricultores, Tura & Costa (2000) aprofundaram os acontecimentos dos projetos do FNO no Estado, que subsidiou numa melhor reflexão dos impactos que os projetos poderiam causar para a agricultura familiar.

Lembrou que a participação formal dos agricultores na política de crédito e de ATER, foi a partir da criação da Comissão do Proceira/Lumiar (CEPRO), passando pela Unidade Técnica de Articulação (UTA) e chegando a Câmara Técnica. Estes foram os primeiros avanços da participação dos agricultores na política de ATER e do crédito para assentamentos na região, que permitiram uma melhor intervenção e um melhor entendimento da política agrícola nacional. Antes, porém, as reivindicações por projetos produtivos e de assistência técnica mais presente nos estabelecimentos eram diretamente com a EMATER. Esta foi bastante criticada pelos projetos elaborados para o FNO – Especial, durante o calendário agrícola de 1994/1995.

Comenta ainda que o Projeto Lumiar trouxe outras perspectivas de melhoria do crédito para assentamentos. Os agricultores começaram a pensar o que era realmente um projeto produtivo e passaram a compreender melhor sobre sistema de produção, associativismo, cooperativismo, etc. A capacidade de reivindicação das organizações elevou-se consideravelmente, em função do estreitamento do diálogo entre técnicos e agricultores.

Segundo o entrevistado, com o entendimento mais macro da política agrícola, em especial o crédito para assentamento, subsidiado tanto pelos técnicos do Lumiar, como pela pesquisa sobre o impacto do FNO no Pará (Tura & Costa, 2000), os agricultores e suas organizações começaram a cobrar, com melhor qualidade, a melhoria do crédito rural.

De acordo com ele, havia distorção entre o que era financiado e o que realmente as famílias reivindicavam. Em maio de 2000 os agricultores convocados pela FETAGRI, fizeram uma mobilização na agência do BASA de Marabá para forçá-la a mudar a concepção dos créditos para agricultura familiar. Antes deste primeiro seminário técnico, que será abordado

adiante, os bancos não financiavam a criação de pequenos e médios animais, os quais justificavam que eram atividades de corte, não sendo contempladas no PRONAF “A”.

Os fóruns de discussão técnica (os seminários e as reuniões técnicas) são considerados pelo entrevistado como uma evolução, onde a grande lição é que os agricultores estão acreditando nos projetos e na diversificação dos estabelecimentos agrícolas. Apesar do volume de recursos ser inferior às demandas apresentadas anualmente, os projetos estão conseguindo atender a expectativa da categoria. Acredita que os créditos estão mais próximos da realidade dos agricultores, mas que os técnicos e os agricultores deveriam focar mais a organização da produção, o que vender, o que comprar, etc., para não colocar em risco a viabilidade do projeto.

Com as conquistas que os agricultores e a sociedade civil tiveram através da discussão do crédito para assentamento, exclusivamente o PRONAF “A”, seria fundamental que as outras modalidades do PRONAF e as outras linhas de crédito, percorressem o mesmo caminho que o PRONAF “A”, ou seja, que fossem discutidas na câmara técnica. Para ele, ficaria mais fácil discutir o que realmente se quer para a região, reforçando que “as outras linhas do PRONAF podem ser igual ou mais impactante do que foi o FNO”.

Na sua avaliação, para discutir de fato uma proposta de crédito para a Região será preciso aprofundar as outras linhas de financiamento do BASA e do Banco do Brasil. Como elas poderão se articular com o PROAMBIENTE, como se integrarão aos financiamentos do Ministério da Integração Nacional (MIN)?. Os projetos deveriam enfatizar a diversificação da produção para se contraporem aos financiamentos de pecuária bovina de corte:

“Para comer ovo frito o agricultor tem que comprar ovo de granja na cidade. O agricultor fica tão preocupado com o gado, que requer muita mão de obra, que não desenvolve outras atividades. Muito agricultor que estava só com o gado de corte no sistema extensivo, ou foi para a cidade, ou para outro local onde tem mata ou comprou lote dos vizinhos para poder se manter”.

Percebo na argumentação anterior, que o entrevistado está preocupado com a especialização da criação extensiva de gado bovino pela agricultura familiar. Esta atividade

pode colocar em risco a diversificação do estabelecimento agrícola, que requer uma área relativamente grande para sua exploração.

Esclarece também, que a ATER deveria ser pública e não-estatal, ao contrário das propostas dos representantes do Governo Federal que estão preconizando estatização deste serviço. Comenta que o contato mais próximo dos técnicos das prestadoras de serviço com os agricultores foi a base para melhorar as condições da agricultura familiar. Ainda afirma que o Governo deveria ter uma política de manutenção deste serviço de ATER terceirizado em pelo menos cinco anos sem interrupções nos contratos e nos pagamentos. Isto permitiria discutir e refletir sobre os projetos liberados.

Em suma, para a melhoria do crédito e da ATER, os representantes do Governo deveriam criar um espaço comum para discutir a agricultura familiar. “Agora que a câmara técnica na região está discutindo o PRONAF infra-estrutura da SDT/MDA?”. Ela poderia ser um fórum mais importante, agregando além das discussões em torno do crédito e da ATER, assuntos como pesquisa, capacitação, organização da produção, comercialização, etc.

B) MST

Para o Pedro Cavalcante, dirigente regional do MST, o propósito da liberação em massa de projetos para assentamentos durante o Governo de FHC, tinha uma intenção negativa ou “uma pintada de pegadinha..”: “não tivemos a capacidade de compreender a armadilha”. Pegaram os projetos que foram possíveis como laticínio, casa de farinha, etc. Indaga que muitas vezes, estas instalações foram construídas em comunidades que não tinham energia elétrica e muitas vezes não tinham produção. “Com os créditos produtivos coletivos não tivemos bons sucessos”. “A nossa tática agora é fazer projetos individuais”.

Uma das causas dos problemas do crédito na região levantada por Pedro Cavalcante foi a desarticulação entre os movimentos. O crédito foi liberado sem uma maior articulação política do movimento social e sem uma proposta técnica clara do que realmente queriam com os financiamentos. A autonomia dos bancos prevaleceu, estendendo-se até os dias atuais, no entanto, com menos força.

Considera o Projeto Lumiar como importante na mudança de filosofia dos trabalhos dos técnicos, mas quase o ignora ante seu término repentino sem uma explicação convincente, visto que, coincidiu com a fase crítica no acompanhamento da maioria dos projetos elaborados. A fase de interrupção do programa foi o início dos problemas dos projetos financiados.

Para o Pedro Cavalcante, o Lumiar serviu de reflexão para se melhor trabalhar esta nova proposta de ATES do INCRA. Lembra também que esta conquista de uma nova ATER é fruto do embate político dos movimentos sociais com as propostas dos governantes. Declara ainda que tanto o MST como a FETAGRI, mesmo cada um no seu caminho, marcham juntos para mudar a concepção dos trabalhos técnicos para agricultura familiar e o conteúdo dos projetos produtivos. Cita como exemplo o curso de Agronomia do MST, o curso de ensino médio e fundamental da EFA coordenado pela FETAGRI, que abordam metodologias participativas e priorizam agricultores e filhos de agricultores na formação. Ele ainda comenta: “Vamos ter mais técnicos apaixonados pela terra”. “Importar técnicos não é uma boa idéia”. “São poucos os que chegam de fora e se identificam”.

Para ele, quando a ATER se aproximou mais das famílias assentadas, o crédito para assentamento se tornou mais próximo do agricultor, apesar das exigências bancárias. Analisa os seminários e as reuniões técnicas que discutem e aprovam os projetos produtivos, como um grande avanço nas propostas técnicas. “A mais simples reunião que aconteceu já é um grande avanço”. “...o diálogo já é um grande avanço”. O contato entre as prestadoras de serviço permite entender como cada uma está trabalhando, sua dificuldade, o avanço, etc.

Reforça também a integração entre as políticas, como a do PROAMBIENTE, a do PRONAF e a do FNO, etc. Lembra que só através desta articulação entre as demais políticas agrícolas, é que poderia regionalizar e melhorar o crédito rural, em consonância com as outras temáticas como a educação, a saúde, o acesso ao assentamento e ao estabelecimento agrícola, etc.

Mesmo faltando desafios a serem superados, explana que os créditos estão melhorando significativamente a vida das famílias por estarem mais próximos da realidade dos agricultores, se referindo que muitas atividades estão melhores adaptadas às condições sócio-econômicas das famílias. “Só o fato deles estarem se alimentando já é um progresso”. “Não

podemos esquecer que muitos que estão na terra são ex-garimpeiros, trabalhadores da construção civil da barragem de Tucuruí, trabalhadores das estradas, sendo mais difícil trabalhar”.

Critica veementemente algumas prestadoras que não são compromissadas com os agricultores familiares e que não se orientam pelas discussões dos *fóruns* técnicos. Acha que o movimento social e o INCRA deveriam selecionar melhor as prestadoras de serviço que trabalham nos assentamentos, como a principal ferramenta de controle de ATER descompromissada com a realidade local.

Na minha opinião, de acordo com o parágrafo acima, o entrevistado está se referindo às prestadoras de serviço que não participam das discussões do movimento social, no que se refere, principalmente, à construção coletiva de propostas regionais para a agricultura familiar, como uma maneira de se contrapor aos grandes projetos instalados na região, por exemplo, a criação extensiva de gado de corte, os laticínios, os curtumes, a produção de carvão vegetal, etc.

Segundo o entrevistado, os movimentos sociais, mesmo com suas particularidades, deveriam discutir uma proposta de desenvolvimento sustentável para a Região Sudeste do Pará. Exemplifica como forma de articulação regional, os acordos entre os grandes produtores com os representantes do poder público Estadual, para fomentar, como por exemplo: a construção de fábricas para o beneficiamento de couro ou curtumes; a produção de carvão vegetal para o pólo industrial de Marabá; a construção de abatedouros, etc.

II – Representantes das Prestadoras de Serviço

A) COOMARSP

Para o Francisco Pedro, os técnicos da cooperativa, fundada em 1997, vêm aprimorando consideravelmente a elaboração e o acompanhamento dos projetos para os assentamentos. Começaram a trabalhar com os projetos coletivos no período do PROCERA, como ocorreram problemas técnicos e políticos (como exemplo a má seleção dos beneficiários pela associação), estão elaborando projetos do PRONAF “A” individualmente.

Atribui parte dos erros dos projetos coletivos elaborados, à falta de conhecimento dos técnicos sobre as normas do crédito, os quais aceitaram fielmente as propostas colocadas pelo BASA.

Para o entrevistado, a má seleção dos beneficiários pela associação, refere-se a escolha de agricultores que não tinham postura para a execução de trabalhos coletivos ou associativistas.

Os primeiros projetos que a cooperativa trabalhou tiveram como modelo os estilos de agricultura baseados na região Sul do país. “Pensávamos que ia dar certo”. Para ele, era uma proposta de enfrentamento com os grandes produtores, por isto, que investiram nas grandes construções como as casas de farinhas, as suinoculturas, etc.

De acordo com ele, para a construção dos projetos produtivos foi utilizado referencial técnico aprendido basicamente nas escolas agrotécnicas e nas faculdades de agronomia. Através dos erros dos projetos elaborados, da melhoria do relacionamento entre técnicos e agricultores, acha que as propostas técnicas incorporadas nos projetos se aproximaram mais da realidade das famílias.

Expõe que os seminários e as reuniões técnicas têm papéis importantes para a universalização das propostas técnicas, como o indicativo dos preços dos produtos, a produtividade, o tamanho da área financiada, etc. Isto evitou que os técnicos da cooperativa discutissem isoladamente com os técnicos dos bancos, que era uma das principais dificuldades para se liberar um projeto produtivo.

Acredita que os fóruns de discussão técnica permitiram que os técnicos da COOMARSP repensassem algumas atividades coletivas financiadas e mal sucedidas, como por exemplo, a suinocultura. É um espaço de troca de experiência e de informação entre as prestadoras, apesar de que, os técnicos da cooperativa se relacionam apenas com os técnicos da Copserviços. Ainda na sua avaliação, os *fóruns* técnicos, proporcionaram também melhoria no relacionamento entre os técnicos da cooperativa e os agricultores, entre os agricultores e os técnicos do banco e, entre os técnicos da cooperativa e os técnicos do banco (enfocou especificamente o gerente do Banco do Brasil de Marabá).

Segundo o Francisco Pedro, mesmo com as discussões da câmara técnica, há uma busca incessante dos agricultores em financiarem a atividade de pecuária bovina. Para ele, está faltando um melhor entendimento dos agricultores sobre a importância e a viabilidade econômica dos projetos extra gado. Na sua avaliação, deveria ser retirado o rebate dos projetos para a atividade de pecuária bovina, como uma forma de desarticular esta cadeia produtiva.

Ratifica que os projetos só terão êxitos, se a política de contratação dos técnicos perdurar pelo menos cinco anos. O tempo maior de garantia dos serviços da ATER proporcionaria a cada prestadora de serviço, uma melhor oportunidade de elaboração de metodologia de trabalho que viesse superar as demandas crescentes por crédito, bem como, alavancaria as questões sociais e organizacionais de cada comunidade.

B) COPSERVIÇOS

Para Joaquim Cruz, a elaboração e o acompanhamento dos projetos vêm melhorando significativamente ao longo dos anos, através da interação entre os técnicos e os agricultores. Explana também que melhorou o relacionamento entre os técnicos da cooperativa e os técnicos dos bancos e, entre os agricultores e os técnicos dos bancos. Para ele, aumentou o respeito mútuo entre estes atores, que diminuiu o conflito e agilizou a liberação dos projetos, apesar de reconhecer que entre os técnicos dos bancos e os agricultores “existem muitos problemas, mas muita coisa foi mudada”.

Mesmo admitindo que os fóruns técnicos foram importantes “...só teve avanço, como exemplo a piscicultura”, algumas prestadoras de serviço não estão respeitando o que foi deliberado. O entrevistado se referiu as deliberações da reunião técnica realizada dia 23 de abril de 2004, que nem todas as prestadoras de serviço elaboraram os projetos tendo como referência os indicativos aprovados. Isto pode colocar em evidência a credibilidade do fórum técnico.

Para ele, outra dificuldade encontrada nos fóruns técnicos, é o descumprimento na íntegra dos acordos políticos firmados entre as instituições que discutem a ATER e o crédito. A dificuldade de execução dos papéis pelas instituições dificulta o cumprimento do calendário

agrícola regional. Frisou como prerrogativa o calendário agrícola de 2003 que foi cumprido integralmente.

Segundo o entrevistado, os seminários e as reuniões técnicas fomentaram a proximidade entre as prestadoras de serviço. Admite que os técnicos da Copserviços relacionam basicamente com os técnicos da COOPATIORÔ e, informalmente com os técnicos da COOMARSP e da Extensão Amazônia. Completa Joaquim Cruz, “nós somos todos colegas de profissão”. Além do intercâmbio entre estas prestadoras, o entrevistado comenta que muitas informações técnicas por ele aprendidas, foram obtidas através de visitas de intercâmbio, como por exemplo: a realizada no Município de Cametá, de Conceição do Araguaia e de Jacundá.

Coloca ainda, que os técnicos da cooperativa elaboraram uma ficha de acompanhamento das atividades produtivas, como forma de catalogar o máximo de informações com os agricultores, no intuito de formar Grupos de Interesses Locais (GIL) entre as famílias. Os dados coletados servirão para os técnicos refletirem sobre as futuras ações, principalmente sobre os projetos produtivos. De acordo com ele, os Grupos de Interesses Locais ou GIL, são formados através da vontade dos agricultores em se inserirem em grupos de discussão, por exemplo: o GIL do gado, da criação de peixes, etc.

Interpreta que os projetos elaborados e seu acompanhamento, poderiam ser melhores se as prestadoras de serviço não executassem funções que são atribuídas aos bancos e aos movimentos sociais. Fiscalizar se a cerca está pronta é papel dos técnicos dos bancos; mobilizar os agricultores é função das associações, argumenta Joaquim Cruz.

Atribui que a diminuição dos índices de inadimplência, está relacionada diretamente a adaptabilidade dos projetos aos anseios dos agricultores. “Os projetos estão melhorando a vida dos agricultores”. “Muitos agricultores não pagam o crédito porque não quer, esperando uma renegociação da dívida como ocorreu com o PROCERA”. Enfoca também que outro problema da inadimplência se dá em função da venda lote, onde o comprador se responsabiliza, como parte da dívida, liquidar o financiamento com o banco. “Na maioria das vezes o comprador não paga a dívida”.

C) COPATIORÔ

Na avaliação do Paulo Antônio, a mudança na elaboração e no acompanhamento dos projetos, proporcionou que os agricultores familiares se adaptassem melhor aos financiamentos. No início, os projetos eram elaborados com base nas reuniões com os agricultores. Comenta que, na atualidade, apesar dos técnicos fazerem reuniões para explicarem as normas do financiamento, as propostas técnicas definitivas são concretizadas nas visitas em cada estabelecimento agrícola. O processo de monitoramento dos projetos é realizado através de visitas de três em três meses em todos os estabelecimentos agrícolas.

Para o entrevistado, os projetos para os assentamentos só estão tendo bons êxitos em função do acontecimento do primeiro seminário técnico. “O primeiro seminário foi o pontapé para abrir as portas para as pequenas criações e outras propostas que os bancos não financiavam...”. “Depois de acertado nos seminários e nas reuniões técnicas, os bancos não têm o que reclamarem”. “Seguimos o que foi discutido nas reuniões técnicas, por isto, não se tem muito problema”, cita como exemplo o preço do gado bovino.

Mesmo com a argumentação acima mencionada, o entrevistado coloca que os técnicos dos bancos são morosos e analisam por últimos os projetos mais diversificados. Frisa ainda que quanto mais diversificado é um projeto, mais difícil à análise. Lembra das atividades aprovadas nos seminários e nas reuniões técnicas, que apenas o plantio de Sistemas Agro-florestais (SAF's) foi liberado com dificuldade, apesar de vários projetos apresentados.

Muitas propostas técnicas dos projetos apresentadas pelos técnicos da COPATIORÔ nos seminários e nas reuniões técnicas, foram frutos do intercâmbio com os técnicos da Copserviços, única prestadora que mantém diálogo. Ainda explica que a parceria entre as duas prestadoras de serviço é resultado do envolvimento de ambas com o movimento social.

De acordo ainda com Paulo Antônio, a melhoria nas propostas das atividades incorporadas nos projetos teve como referencial técnico inicial as atividades desempenhadas pela CPT e pelo Projeto de Desenvolvimento Humano (PDH) ligado a Diocese de Conceição do Araguaia, que trabalhavam com projetos de criação de abelhas, de bananas passas, de pequenas criações, etc. Desde os primeiros projetos elaborados em 1998, os técnicos da COPATIORÔ têm como principal referencial técnico as experiências vivenciadas

cotidianamente nos estabelecimentos agrícolas. Essas informações são levadas para discussão nos *fóruns* de discussão técnica da câmara técnica. Através do contato mais próximo entre os técnicos da cooperativa e os agricultores, estimulou a elaboração de projetos diversificados, que por sua vez, era uma maneira de barrar o avanço da pecuarização na região. Relaciona os projetos financiados de gado bovino ao aumento do desmatamento nas Regiões Sul e Sudeste do Pará. Para isto, reforça que o convênio da ATER terceirizada deveria ter prazo indeterminado.

III – Representantes das agências bancárias do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil de Marabá

A) BANCO DO BRASIL

De acordo com João Batista, que trabalha com o crédito agrícola na região desde 1999, a política bancária não distingue e não prioriza nenhuma categoria de agricultores para receber financiamento produtivo. Até 2004, a agência de Marabá não tinha estrutura física e nem quadro técnico suficiente para atender a demanda da agricultura familiar. Hoje, de acordo com ele, no Município de Marabá, o Banco do Brasil vem operando um volume de recursos para agricultura familiar superior ao do BASA. Apesar desta afirmação, o entrevistado coloca que “tem muita coisa a melhorar, mas muita coisa avançou”.

Parte da melhoria na qualidade de aplicação dos projetos do PRONAF “A”, ele atribui às prestadoras de serviço que em parceria com o banco entraram no processo de contratação dos projetos. Coloca ainda que através desta parceria entre os técnicos dos bancos e das prestadoras de serviço, os projetos são liberados com maior rapidez.

Remete a melhoria da qualidade técnica dos projetos à realização dos seminários e das reuniões técnicas, fóruns que ao longo dos anos vêm qualificando os projetos para a agricultura familiar. Apesar de avaliar positivamente os fóruns técnicos, comenta “Está faltando conteúdo”. “Teríamos que ir para uma segunda fase”. O seu anseio é discutir nos fóruns técnicos, outras questões como: avaliar o andamento dos projetos; analisar os tipos de solo da região; compreender a expansão da pecuarização, etc. Não permitiria que algumas pessoas, que ele denomina de “iluminados”, criticassem propostas técnicas sem terem argumentações fundamentadas.

O João Batista listou alguns avanços resultados dos seminários e das reuniões técnicas:

- “Todo mundo” é co-responsável pelos projetos;
- A comunicação melhorou bastante entre os técnicos dos bancos e os agricultores; entre os técnicos dos bancos e as lideranças e; entre os técnicos dos bancos e das prestadoras de serviço.
- As discussões técnicas saíram da individualidade entre os técnicos dos bancos e das prestadoras de serviço.

O entrevistado tem como referencial técnico os dados de instituições de pesquisa, principalmente os da EMBRAPA, apesar de concordar em parte com as informações colocadas pelos técnicos das prestadoras de serviço, que na sua opinião, “a maioria delas tem muito barulho e pouco resultado”. Para ele, a região precisa urgentemente de instituições de pesquisa, sendo que já é “um grande avanço os técnicos da região buscarem mais informações, estudando a região”. Isto permitiria melhorar a reflexão dos projetos elaborados.

De acordo com o entrevistado, só será possível avançar na construção de proposta técnica e na melhoria do acompanhamento dos projetos, quando a ATER terceirizada tiver seu contrato formalizado em pelo menos dez anos, e quando descentralizar para as micro-regiões as discussões técnicas, envolvendo diretamente os agricultores familiares locais.

B) BASA

Para Francisca Bruno, o crédito para assentamento está melhorando a vida da maioria dos agricultores familiares, com enfoque para aqueles que à classificam de empreendedores, ou seja, os que melhores inter-relacionam as atividades do sistema de produção e os que gerem melhor os recursos do projeto.

Apesar de achar o papel da associação fundamental na mobilização social, na informação dos assuntos de interesse da categoria, na organização da documentação pessoal dos associados, na ficha cadastral dos agricultores para os projetos bancários, etc, tarefas essenciais para uma boa gestão da instituição, o entrevistado enfatiza que algumas delas se organizam fomentando exclusivamente a gestão dos recursos dos créditos. Frisa também que

o fracasso de um projeto pode ser atribuído principalmente a má seleção dos agricultores pela associação, ao atraso na liberação dos projetos, etc., do que a inviabilidade técnica dos mesmos. Lembra também que pela importância que é o PRONAF para os agricultores familiares, o não registro do proponente do projeto no SIR e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), não poderia ser obstáculo para o financiamento.

Na sua opinião, o crédito para a agricultura familiar vem aumentando sua importância na região. Lembra que só na época do Collor o crédito para a agricultura familiar não teve destaque. “Eu não lembro de financiamento na época do Collor”. De acordo com ela, a EMATER que é a empresa oficial de ATER, não vem cumprindo seu papel em função da falta de prioridade dos governantes estaduais, deixando a elaboração e o acompanhamento dos projetos para os agricultores familiares a cargo das prestadoras de serviço. Ainda comenta que a melhoria nos financiamentos para a agricultura familiar, está diretamente relacionada ao aperfeiçoamento da infra-estrutura das instituições e, da qualificação e do aumento do número de profissionais envolvidos diretamente com o crédito. Coloca que os diretores do BASA estão readequando as infra-estruturas das agências municipais, bem como, aumentando e profissionalizando os técnicos de acordo com o aumento da demanda.

De acordo com a entrevistada, a partir do primeiro seminário técnico, jamais a ATER apresentará uma proposta de atividade para financiamento não conhecida na região, por exemplo, o morango. Os técnicos do banco analisam os projetos de acordo com o que foi discutido e aprovado nos seminários e nas reuniões técnicas. Declara ainda, que as visitas de intercâmbio com os agricultores estão sendo fundamentais para os técnicos do banco avaliarem qualitativamente as atividades financiadas. “O trabalho nosso do dia a dia faz com que a gente esqueça o que aprendemos na faculdade”. A frase anterior foi mencionada quando a entrevistada comentou as visitas que está realizando nas áreas dos pescadores artesanais e, as aprendizagens com este público.

Para ela, os seminários e as reuniões técnicas não só melhoraram a divisão e o cumprimento dos papéis entre as instituições, mas proporcionaram a melhoria no relacionamento entre os técnicos dos bancos e os agricultores e, entre os técnicos dos bancos e os técnicos das prestadoras de serviço. Comenta que esta aproximação entre os atores, está evitando alguns problemas que ocorreram no passado. “Antes os projetos eram em forma de

pacote, só quem ganhava eram os comerciantes”. “Já era colocado nos projetos o financiamento de agrotóxico mesmo antes de saber se iria dá praga ou não”.

A entrevistada tem expectativa que os fóruns de discussão técnica aprofundem outras temáticas como: agricultura ecológica; quais os tipos de solos da região e quais as culturas mais apropriadas para o cultivo; quais os produtos mais comercializáveis, etc. Em função disto, acredita que para o avanço destas temáticas será necessário a regionalização de instituição de pesquisa, como por exemplo, a EMBRAPA, para potencializar as atividades existentes.

5. MUDANÇAS NOS PARÂMETROS TÉCNICOS ATRAVÉS DO DIÁLOGO

5.1 INFORMAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS PRODUTIVOS PARA ASSENTAMENTOS

Enfocando o crédito rural, que ao longo da história sempre foi vinculado à presença da ATER para elaboração dos projetos, tanto o PROCERA, constituído com recursos provindo do FNO¹⁵, como o PRONAF “A”, constituído com recursos do FNO, do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), são vinculados à quantidade de técnicos disponíveis e aptos a trabalharem os créditos rurais. O PROCERA limitava que um técnico poderia elaborar e acompanhar 125 projetos e o PRONAF “A” comenta que um técnico pode elaborar e acompanhar 150 projetos, que equivale respectivamente ao atendimento a 125 e 150 famílias.

A proporcionalidade entre técnicos e agricultores deveria ser relativa dependendo da metodologia de trabalho que o técnico utiliza, da distância entre a comunidade e a cidade mais próxima ou ao centro consumidor, do acesso ao PA, do nível educacional das famílias, etc. Dependendo do contexto onde as famílias estão inseridas, esta proporcionalidade pode aumentar a criatividade do trabalho do técnico, e conseqüentemente elevar a probabilidade de se construir em conjunto com as famílias, indicadores técnicos que possam contribuir para a melhoria do crédito rural para as áreas de assentamento.

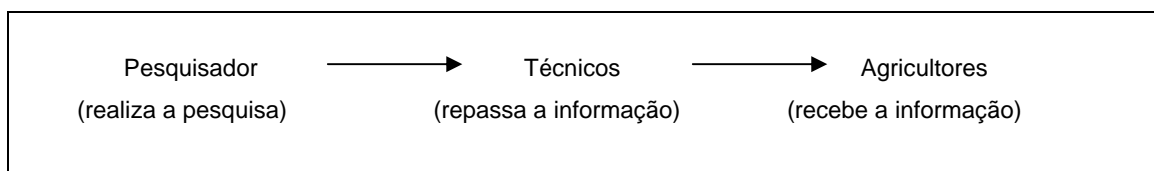
Os projetos de crédito rural adotados pelas agências bancárias sempre tiveram como indicadores de resultados econômicos os índices técnicos desenvolvidos principalmente pelas instituições de pesquisa oficial, como a EMBRAPA, que, de uma maneira geral, era de difícil adaptação e aceitação pelos agricultores. Como exemplo, o tamanho da abertura da cova para o plantio e o cronograma de adubação das culturas perenes (EMBRAPA, 2003, p. 26 e 33) independentemente das condições físico-químicas do solo e da capacidade de mão-de-obra familiar. Os projetos eram realizados num sistema vertical de informação onde o agricultor, apesar de ser o mais interessado neste processo, participava apenas como receptor das informações fornecidas pela ATER ou de acordo com Thiollent (1998, p. 34) “...o usuário não participava do processo, já recebendo as informações ‘prontas’ do comunicador”.

¹⁵ Criado junto com os Fundos Constitucionais de Financiamento para a Região Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), pela Constituição Federal, no art. 159, 1, c, que determinou que 3% das receitas da União seja para estes fundos (Tura & Costa, 2000, p. 29).

A cadeia de informação em torno do crédito seguia os seguintes passos: as pesquisas técnicas eram desenvolvidas pelas instituições de pesquisa; a ATER absorvia as informações e repassava para os agricultores e os agricultores implantavam os projetos. Quase que inexistia o diálogo entre pesquisadores de instituições oficiais, técnicos e agricultores sobre o crédito rural, em particular a Região Sudeste do Pará, onde não há, por exemplo, escritórios da EMBRAPA e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Muitas pesquisas desenvolvidas partiram da iniciativa dos próprios pesquisadores e não da demanda dos agricultores familiares. Desta maneira, os projetos elaborados sempre tiveram uma realidade, na sua maioria, distante da realidade dos agricultores familiares, onde a lógica de financiamento se equiparava a lógica produtivista ou voltada exclusivamente ao mercado externo. (Costa & Tura, 2000, p. 33).

Apesar deste trabalho não ter também o caráter exploratório de abordar a forma de comunicação entre os pesquisadores, os técnicos e os agricultores, mesmo assim exemplificarei de maneira sucinta como era feito o repasse de informação, decisivo desde a elaboração do projeto ao acompanhamento técnico. Salienta-se que este tipo de comunicação ainda não esteja totalmente superado, mas para propormos ações concretas de mudanças no crédito rural, é necessária uma reestruturação no repasse de informação (Quadro 9).

Quadro 9: Repasse de informações verticais



Fonte: Autoria própria

Além do agricultor familiar não participar da decisão sobre o tipo de pesquisa realizada, a construção dos projetos de crédito rural também limitou a participação dos agricultores. As organizações dos agricultores familiares até a criação do Projeto Lumiar participavam do crédito rural apenas na apresentação dos nomes dos agricultores a serem financiados. Nem os financiamentos dos créditos rurais e nem as ações da ATER que elaboravam e acompanhavam os projetos, passavam por um debate coletivo com os atores envolvidos nas discussões da reforma agrária.

Através da democratização da discussão dos créditos a nível regional, no que se refere às decisões das atividades financiáveis e na distribuição dos recursos, tanto as instituições públicas e privadas de ATER que fazem projetos para os assentamentos, começaram a utilizar metodologias mais participativas, desde as reuniões nas comunidades para discutir as normas dos financiamentos, às visitas *in loco* nos estabelecimentos agrícolas para o trabalho da viabilidade econômica das atividades solicitadas pelos agricultores. Isto pode ser reflexo da maior fiscalização e acompanhamento das instituições que fazem parte dos fóruns de discussão técnica.

Em função da ampliação do debate sobre os créditos rurais para assentamentos, até os módulos que eram criticamente contestados pelas organizações dos agricultores e por boa parte das prestadoras de serviço regional, começaram a ser discutidos como uma das ferramentas necessárias para tornar viáveis os projetos, ou seja, quanto maior o número de agricultores solicitassem as mesmas atividades, maior o poder de negociação na compra de insumos e animais, e maior a probabilidade do aumento da produção, que favorecerá o processo de comercialização. O que se percebe, por sua vez, é que o processo de aceitação dos módulos pelas prestadoras de serviço e pelas organizações dos agricultores, estava relacionado diretamente ao número de atividades financiadas, logo, quanto maior o número de atividades financiadas, maior a chance do número de módulos ser construído.

Para melhorar a compreensão sobre os módulos, exemplifico (Quadro 10).

Quadro 10: Exemplos de tipos de módulos

O procedimento mais usado pela ATER para elaboração dos projetos é apresentar para os agricultores as combinações de atividades ou os módulos que podem ser financiadas em função da viabilidade econômica. Apesar da planilha do Excel ter suas limitações em analisar os projetos com várias atividades, ela é uma ferramenta essencial para os projetistas e para os analistas dos projetos:

- Módulo – 1: gado, cerca, ovino e cupuaçu;
- Módulo – 2: gado, cerca, cupuaçu e roça;
- Módulo – 3: galinha caipira, caprino e açai;
- Módulo – 4: suíno, cupuaçu, piscicultura, etc.

Fonte: Autoria própria

Os módulos são utilizados para a elaboração dos projetos na Região Sudeste do Pará para os agricultores familiares, desde os primeiros financiamentos do PROCERA em 1992 pelo BASA.

Só a partir da criação do PRONAF em 1996 (que apenas em 1997 tomou proporção de um programa nacional) é que as organizações rurais a partir de 2000 vêm discutindo efetivamente na região Sudeste do Pará o crédito rural para os assentamentos (Assis & Santos, p. 22), e questionando a utilização dos módulos e a quantidade de atividades financiadas.

Através também do aumento do volume de recursos do PRONAF de R\$ 463 milhões referente à safra de 2003/2004, que comparando-se a safra de 2002/2003 aumentou 40% dos recursos liberados e 23% no número de famílias beneficiadas (MDA, 2004), aumenta a responsabilidade da ATER e das demais instituições envolvidas na política de crédito em tornar viáveis os projetos elaborados. Sem a presença dos técnicos o aumento dos recursos para os créditos representará meros números, os quais também mal conduzidos e mal elaborados poderão tornar a vida dos agricultores ainda mais difícil.

5.2 DIÁLOGOS E MUDANÇAS DOS PARÂMETROS TÉCNICOS

Superada a fase do relacionamento direto entre os técnicos de instituições de ATER e os técnicos dos bancos para alterar os parâmetros técnicos dos projetos, todas as discussões e decisões regionais sobre o crédito para assentamento, perpassam por acordos estabelecidos coletivamente. Com isso, os representantes do MDA através do INCRA e do CEDRS, que em cada Superintendência do INCRA é representado pela Câmara Técnica, começa a ter um maior controle da aplicação do crédito rural para assentamentos.

A sociedade civil organizada que trabalha e/ou apóia os agricultores familiares, como por exemplo, o MST, a FETAGRI, a FECAP, a CPT e a FASE, também passam a exercerem um importante papel na fiscalização e na aplicação dos recursos, apesar de que ainda hoje, após a aplicação do mesmo, não se saiba corretamente a situação de todos os beneficiários, se eles pagaram parcelas do financiamento ou quantos desistiram dos projetos. A dificuldade do acesso a estas informações, também foi constatada por Guanziroli et al. (2003, p. 13) durante a coleta de dados sobre o crédito do PRONAF “A” nas regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste do Brasil.

Mas, é necessário comentar a dificuldade, em alguns momentos, de interação entre as instituições estatais e não-estatais (estão incluídas as representações dos agricultores familiares), quando se discute o financiamento de projetos produtivos na câmara técnica. Muitas vezes, os projetos de assentamentos prioritários pelos agricultores para receberem financiamentos, não correspondem aos assentamentos que o INCRA e a EMATER desejariam, por exemplo. Este impasse, se não resolvido, pode causar problema no relacionamento entre as instituições, gerando disputa política no seio da câmara técnica, em questões que poderiam ser resolvidas tecnicamente.

Mesmo assim, obteve-se um aprimoramento da discussão com o crédito entre o INCRA e os agricultores familiares, apesar de ter sido bastante lento e conflitante. O histórico dos agricultores familiares na Região Sudeste do Pará, as experiências de morte e impunidade, bloquearam e bloqueiam qualquer tipo de intervenção quando as decisões não ocorrem na horizontalidade.

Muitas instituições envolvidas diretamente com as áreas de assentamentos, quer sejam das áreas ambiental, social, infra-estrutura e crédito, que fazem parte dos fóruns de discussão técnica, não estão priorizando e/ou não perceberam a importância da participação na discussão do crédito para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Por falta de priorização de algumas instituições nestes fóruns e no cumprimento de suas funções, anualmente os projetos não seguem corretamente o calendário agrícola regional.

Através do aprimoramento da discussão sobre o crédito, tornou-se mais perceptível as dificuldades e as potencialidades para a aplicação dos recursos. Ficou mais claro onde adquirir as informações, mesmo que determinada instituição não esteja cumprindo corretamente com sua função.

Para melhor compreender as alterações nos parâmetros técnicos a partir dos fóruns de discussão técnica, é fundamental que compreendamos dois momentos importantes desta construção:

- 1 – O debate preparatório antes da realização do primeiro seminário técnico em 2000, e;
- 2 – As discussões dos seminários e reuniões ou oficinas técnicas

Para melhor vislumbrar as mudanças ocorridas nos fóruns de discussão técnica é primordial discuti-los separadamente para identificar as instituições presentes, as parcerias formadas, as divergências entre elas e as principais alterações nos parâmetros técnicos.

5.2.1 Análise do Primeiro Seminário Técnico

Em função da proximidade política e do envolvimento com os agricultores familiares, a COPSERVIÇOS e a COPATIORÔ, dois meses antes da realização deste seminário, reuniram-se duas vezes com o objetivo de socializar as atividades que ambas estavam desempenhando. Este intercâmbio se deu basicamente para o aprofundamento dos indicadores técnicos e na comparação técnica entre as diversas atividades, no que se refere ao valor das atividades, ao número de animais, ao tamanho das instalações, etc. A primeira reunião realizou-se em Conceição do Araguaia e a segunda em Xinguara, ambas no Sul do Pará.

As experiências acumuladas ao longo dos anos por cada uma das instituições, o conhecimento e a proximidade com a agricultura familiar fizeram com que as atividades já trabalhadas pelos agricultores – como a criação de galinha caipira, a criação de suínos, etc. – tivessem um lugar de destaque durante as discussões para adaptá-las aos projetos. Foi por intermédio desta iniciativa que se fomentou ainda mais a incorporação de diversas atividades financiadas pelo BASA, de maneira que era também uma bandeira de luta dos agricultores familiares.

A partir do contato entre estas prestadoras, foi criada uma rede de confiança entre os técnicos, que se refletiu na apresentação e na defesa conjunta de novas propostas técnicas durante este evento. Apesar da distância de 450 km entre elas, voltavam a se reunir dependendo das discussões em evidências, quer sejam relacionadas aos trabalhos das prestadoras de serviço ou a participação do movimento social nas discussões do crédito e da ATER.

De acordo com a análise da Carta Compromisso que discutiu o FNO Especial – PRONAF – Tipo “A” e o Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (PRORURAL) – fruto do Primeiro Seminário Técnico, foi o mais longo e o mais importante Seminário que fomentou o segundo e as reuniões ou oficinas técnicas. Também foi o mais

tenso, visto que, estava em disputa o conhecimento técnico entre as diversas instituições. Tanto os técnicos do BASA como os técnicos da EMATER em função dos problemas ocorridos durante os projetos do FNO em 1995 e pelo pouco contato com as representações dos agricultores familiares, eram vistos por muitos com desconfiança.

Participaram deste fórum de discussão técnica, representantes de nove agências do BASA e dois representantes da Superintendência e da Agência Central; as prestadoras de serviço que trabalhavam com projetos via BASA (COPSERVIÇOS, a Extensão Amazônia, ARDEMA, COPATIORÔ); vários técnicos de diferentes escritórios da EMATER; a FETAGRI Regional Sudeste; representantes de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e associações; a CPT; o LASAT e a FASE. Foi o primeiro espaço de discussão técnica e política na Região Sul e Sudeste do Pará, que fomentou a primeira mudança significativa nos parâmetros técnicos nos projetos produtivos destinados aos assentamentos.

Até a realização deste evento, as agências bancárias das Regiões Sul e Sudeste do Pará, nunca haviam trabalhado com pequenos e médios animais e SAF's para agricultura familiar. Começaram os primeiros impasses, pois, os conhecimentos sobre as novas atividades eram bastante restritos por não haver índices técnicos confiáveis pelo BASA, como os indicados pela EMBRAPA como afirma Assis & Silva (2003, p. 30), que veementemente eram contestados pela maioria dos técnicos do banco e da EMATER, em especial o primeiro, que usavam na íntegra as referências dos trabalhos científicos, sem fazer seu questionamento ou proposição de mudança quando necessário, “como a utilização de adubos químicos, de necessidade duvidosa, como itens financiáveis”, questionado por Assis & Silva (2003, p. 30).

De uma maneira geral, os técnicos das prestadoras de serviço defendiam a incrementação de novas atividades e a regionalização dos índices técnicos, mesmo que não existissem dados experimentais realizados por instituições competentes. Os técnicos dos bancos insistiam na utilização de bibliografia de instituições de pesquisa como a base para elaboração dos projetos. Os técnicos da EMATER, na sua minoria, compreendiam a importância de se trabalhar os projetos baseados em experiências dos agricultores e defendiam também a ampliação da discussão dos índices técnicos a nível regional, mas, a maioria, discordava desta posição. Neste sentido é necessário destacar as principais divergências. Ressalta-se que neste seminário apenas o BASA participou, visto que, o Banco do Brasil neste período não trabalhava com o PRONAF “A” (Quadro 11).

Quadro 11: Divergências sobre o crédito rural entre técnicos das instituições

DISCRIMINAÇÃO	Técnicos da EMATER	Técnicos das Prestadoras de Serviço	Técnicos do BASA
Retirada de adubo químico dos projetos	N/ apoiava	Apoiava	N/ apoiava
Retirada imediata de defensivo químico do projeto	Uma parte apoiava	Uma parte apoiava	Uma parte apoiava
Aumento do valor da mão de obra para o agricultor	Uma parte apoiava	Apoiava	Uma parte apoiava
Inclusão de novas atividades	Uma parte apoiava	Apoiava	Uma parte apoiava
Regionalizar os índices técnicos mesmo sem dados científicos	Uma parte apoiava	Apoiava	Uma parte apoiava
Trabalhar os projetos na planilha do Excel utilizada pelo BASA	Apoiava	Apoiava	Apoiava
Aprofundar as discussões técnicas anualmente	Apoiava	Apoiava	Apoiava

Fonte: Autoria própria – participação direta no Seminário.

Os agricultores familiares e suas organizações apoiaram as propostas técnicas apresentadas pelas prestadoras de serviço, visto que, as propostas de mudanças nas atividades eram de conhecimento dos agricultores familiares e das entidades de apoio. As discussões onde se deu uma maior participação da FETAGRI foram durante os encaminhamentos políticos, como a informação pelo banco sobre o andamento dos créditos, da necessidade de realizar eventos anualmente para discutir o crédito rural para assentamentos, da necessidade de descentralização das análises dos projetos (até o final de 2003 os projetos eram analisados no BASA em Belém – PA), da necessidade de regionalizar o calendário agrícola que era padrão para todo o Estado, etc.

Todas as atividades incorporadas nos projetos produtivos como a criação de caprinos, de suínos, de aves, de peixes e de SAF's, tiveram como base para calcular a viabilidade econômica dos projetos, o conhecimento e a criatividade dos técnicos e dos agricultores das experiências de atividades em andamento. Somaram-se a isto os indicadores técnicos como, produção e espaçamento, referidos na instituição de pesquisa oficial. Esta foi a principal forma de considerar as instituições de pesquisa e de valorizar as atividades propulsoras não catalogadas na região.

Uma das discussões de destaque se deu na quantidade máxima de módulos que poderiam ser incluídos nos projetos, em relação ao número de proponentes. Quanto menor a quantidade de módulos que poderão ser financiados, menor a probabilidade dos projetos se adequarem às propostas dos agricultores.

As atividades financiadas como o tamanho da cerca; o tamanho da área para plantio de culturas perenes e roça; o número de animais e a área para criação da atividade de suínos, caprinos e aves, foram padronizadas. O indicativo acordado foi para que o número de módulos não ultrapassasse em seis por comunidade ou assentamento, o que facilitaria a compra e o transporte de insumos e animais até a área, bem como, oportunizaria a comercialização da produção. Lembramos também que quanto menor o número de módulos, mais fácil é a elaboração e análise de um projeto.

Com isto, até hoje os agricultores são organizados por grupo de interesse de acordo com determinado módulo. Até o ano de 2001, as combinações de atividades permitiam a elaboração de 35 módulos diferentes (Assis & Silva, 2003, p. 30).

É interessante ressaltar que de acordo com as informações de técnicos da COPSERVIÇOS e da análise de algumas cédulas rurais do BASA, alguns projetos foram elaborados a partir de 2003 sem levar em consideração o número máximo de módulos.

Alguns depoimentos sobre a importância do primeiro seminário técnico:

- Para o José Raimundo da FETAGRI Regional Sudeste, o primeiro seminário levou os agricultores a acreditarem mais nos projetos diversificados.

- Para o técnico Francisco Pedro da COOMARSP, o seminário evitou que os técnicos das prestadoras de serviço negociassem diretamente os projetos com os técnicos dos bancos, evitando conflito direto e desgastando a relação. Propiciou também a reflexão sobre as atividades que não tiveram sucesso.

- Para os técnicos agrícolas Joaquim Cruz da COPSERVIÇOS e Paulo Antônio da COPATIORÔ, este seminário abriu espaço para o financiamento de pequenos e médios animais;

- Para a Francisca Bruna do BASA, este evento foi uma oportunidade de interação entre os técnicos.

5.2.2 Análise do Segundo Seminário Técnico

Realizou-se durante o período de 17 a 19 de abril de 2002, com o tema “Financiamento para agricultura familiar do Sul e Sudeste do Pará”, promovido pela FETAGRI e a câmara técnica. Participaram deste evento os técnicos do BASA, do INCRA, da CPT, da EMATER, do IBAMA, da Secretaria de Agricultura do Município de Parauapebas – PA e das prestadoras de serviço: COPSERVIÇOS, Extensão Amazônia, ARDEMA, COPATIORÔ, Agência de Desenvolvimento Agropecuário (PROCAMPO) e a COOMARSP. Teve como objetivo principal a redefinição e a alteração das propostas técnicas discutidas no primeiro seminário, do que superar divergências entre as instituições que discutem o crédito rural para assentamentos.

A “superação” das divergências deve-se ao fato da melhoria do diálogo entre as prestadoras de serviço e as instituições financeiras, de maneira que “...o diálogo se faz espontaneamente” (Assis & Silva, 2003, p. 33), mas com divergências na condução e no cumprimento dos papéis de cada uma delas. Como exemplo, as vistorias feitas pelos técnicos das prestadoras de serviço para liberação de parcela do crédito ou denunciar irregularidades no financiamento. Para alguns, este papel deveria ser atribuído aos técnicos dos bancos.

Em função da diminuição dos conflitos, a definição das raças bovinas com aptidão leiteira, valor dos produtos a serem comprados e vendidos e dos itens financiáveis, fluíram com maior facilidade. Fato é que o segundo seminário teve duração de três dias.

As discussões das propostas técnicas mais marcantes foram:

- A inclusão da criação de suínos ao ar livre: O Sistema de Criação ao Ar Livre (SISCAL), é um sistema onde os animais são criados sem separação por idade, por sexo e por função, como os reprodutores e as matrizes. Existia apenas o sistema de criação em galpão, que é constituído por compartimentos ou boxes que separam os animais por idade ou por função.

- A inclusão de sistema de criação de ovinos e caprinos (criação de ovelhas/carneiros e cabra/bode respectivamente) em aprisco no chão: Este sistema difere do tradicional aprisco suspenso, que geralmente fica a 1 metro de altura do chão que já tinha sido aprovado pelo banco. O aprisco é o lugar onde os animais se recolhem para suplementação alimentar, para o manejo e abrigo. Segundo Bueno (2003, p. 65), o aprisco pode ser chamado também de curral, toca, covil e redil.

Em função da presença do IBAMA, um dos pontos bastante relevante foi a discussão da Reserva Legal para a Amazônia e as área de preservação permanente. A reserva legal significa o percentual de área que o agricultor deverá preservar. Na Amazônia este percentual é de 80%, ou seja, cada agricultor deverá utilizar apenas 20% de sua área. Para compensar os assentamentos que não tinham a reserva legal, tirou-se como encaminhamento que a câmara técnica solicitasse para o MDA uma área de mata para compensar os assentamentos mais desmatados, ou seja, o MDA indicaria uma área de mata (como as Áreas de Proteção Ambiental – APA) dentro da mesma bacia hidrográfica, para que os projetos do PRONAF “A” pudessem ser liberados.

A mudança autoritária ou vertical utilizada pelos Governantes do Setor Ambiental que mudou a reserva legal de 50% para 80%, colocou em desconfiança se os projetos iriam ser liberados. A dificuldade de intercâmbio entre o INCRA e o IBAMA, mostrou a desarticulação entre as instituições do Governo e por sua vez a preocupação futura dos créditos rurais.

Mesmo assim, através do “estreitamento” político e técnico entre a grande maioria das instituições envolvidas com os créditos para assentamentos, transformaram os Seminários Técnicos em Reuniões Técnicas ou Oficinas Técnicas, com o objetivo principal de discutir a aplicação do PRONAF “A”.

5.2.3 Análise das Reuniões ou Oficinas Técnicas durante o ano de 2003.

Teve a finalidade de viabilizar o bom andamento dos projetos do PRONAF “A”, envolvendo as discussões desde a definição do calendário agrícola para a região, ao acerto político das definições dos papéis de cada instituição envolvida diretamente com os projetos. Em função do propósito das reuniões, elas se limitaram a um dia de debate.

As reuniões foram realizadas nos seguintes meses: a primeira em maio, a segunda em junho e a terceira em dezembro. O enfoque principal de cada uma delas, dependeu do período de maior preocupação com o cumprimento das etapas do calendário agrícola, ou seja, a primeira reunião tinha a preocupação voltada para o período de elaboração dos projetos, emissão de documentos, etc.

Na última reunião técnica de 2003 estavam presentes o BASA, o Banco do Brasil, a COPSERVIÇOS, o LASAT, a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF, a COOMARSP, a Cooperativa Mista dos Trabalhadores do Sul e Sudeste do Pará (COOMAFASP), a Extensão Amazônia, o INCRA e a Cooperativa do Vale do Araguaia (COOPVAG). Apesar da COOPVAG ter participado da reunião, ela faz parte das discussões da câmara técnica do Sul do Pará constituída em 2002, na cidade de Conceição do Araguaia.

Apesar de ser um espaço curto para a discussão, as reuniões ou oficinas são fóruns de decisão que podem incluir ou não novas atividades. Nesta última reunião técnica realizada foi apresentada pelos técnicos da COPSERVIÇOS a inclusão da cultura do maracujá como item financiável, não tendo contestação pelos participantes. De uma maneira geral, esta última reunião teve por volta de 50% do tempo de discussão destinado à atualização de preços e a inclusão da cultura de maracujá, e o outro tempo restante para a avaliação e a discussão do calendário agrícola. O que se percebe de fato é uma maior preocupação com a aplicação total dos recursos, do que analisar a correta aplicação e o impacto dos créditos rurais nos estabelecimentos agrícolas. Pode ter sido em função da aplicação dos recursos do PRONAF “A” dos calendários agrícolas de 2001/2002 e 2002/2003, onde foram aplicados, respectivamente, 76,2% e 90% dos recursos disponíveis na área de abrangência do INCRA SR/27.

A deficiência na aplicação dos recursos do PRONAF “A” também faz parte da realidade de alguns estados, como a Bahia e o Ceará que também não aplicaram 38,4% e 48% dos recursos do PRONAF “A”, respectivamente, apesar do problema ter sido atribuído à qualidade dos projetos (Guanziroli, 2003, p. 20). A situação que ocasionou a deficiência na qualidade dos projetos, que inviabilizou sua liberação nos estados mencionados, não pode ser atribuída para a Região Sudeste do Pará, visto que, todos são elaborados numa mesma planilha. Os problemas que ocorreram na aplicação dos recursos nesta região durante este

período, foram atribuídos principalmente à burocracia¹⁶ do banco, a falta de documentos básicos dos agricultores, da incapacidade de análise dos projetos pelo BASA e do atraso pelo INCRA em emitir a carta de aptidão.

5.2.4 Análise das Reuniões ou Oficinas Técnicas durante o Ano de 2004

Durante este ano, foram realizadas três reuniões técnicas, com as temáticas principais envolvendo o cumprimento do calendário agrícola e da reserva legal. Estavam presentes na última reunião as prestadoras COPSERVIÇOS, a COOMARSP, a COOMAFASP, a Amazon Rural, a Extensão Amazônia e a Assessoria e Planejamento Agropecuário (GR). Também estavam a EMATER, o INCRA, a CPT, o LASAT, o Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), o IBAMA, a FETAGRI, a FECAP e o MST.

De uma maneira geral, as reuniões técnicas realizadas durante este ano resumiram-se a discussão do calendário agrícola regional, com enfoque principal para o cumprimento dos papéis de cada instituição envolvida diretamente com o PRONAF “A”: Definição do período em que os representantes dos agricultores enviarão os nomes dos PA’s e dos futuros beneficiários dos projetos; cadastramento das associações e elaboração do cadastro bancário realizado pelos bancos; elaboração e encaminhamento dos projetos realizados pelas prestadoras de serviço, etc.

A insistência para o cumprimento do calendário agrícola teve como finalidade principal garantir a utilização total dos recursos demandados para a região, que de acordo com a representante da Câmara Técnica do Sudeste do Pará, “quando o recurso não é aplicado totalmente, pode dar a impressão de que não existe demanda na região”. Durante este ano uma parte dos recursos não foi aplicada, que, entre outros fatores, o descumprimento do calendário agrícola, principalmente pelo INCRA no envio da carta de aptidão aos bancos, foi preponderante para isto ocorrer.

Esclarecemos que, o cálculo da demanda dos recursos de crédito enviado pela câmara técnica anualmente ao PRONAF em Brasília, é feito com base no valor máximo¹⁷ de cada projeto do PRONAF “A”.

¹⁶ Os bancos passaram a exigirem os documentos dos filhos e dos cônjuges; o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) emitido pelo IBAMA, registrado em cartório, etc.

Em função do conhecimento tardio da câmara técnica em saber o volume de recursos que serão aplicados anualmente na região, pode-se gerar uma demanda de projetos não compatível com os recursos disponibilizados, ou seja, os bancos podem aprovar os projetos, mas os recursos são insuficientes para pagá-los. Ocorre principalmente com a fonte de recursos do FNO, que define seu orçamento no início do segundo semestre de cada ano.

Tanto os seminários como as reuniões ou oficinas técnicas foram fundamentais para repensar o novo paradigma de financiamento para os agricultores familiares. Este processo de democratização das informações técnicas foi o fator preponderante para melhorar a aplicação e a ampliação do volume de recursos dos projetos, e para facilitar a mudança nos parâmetros técnicos.

Desta forma, os participantes dos fóruns de discussão técnica, para facilitar a elaboração e a contratação dos projetos, tentaram homogeneizar algumas informações fundamentais para composição de um projeto produtivo como, por exemplo: a viabilidade econômica, a descrição das atividades, o período de liberação de cada parcela e o valor total do projeto.

a) A viabilidade econômica mostra a capacidade que o beneficiário tem em pagar o financiamento em tempo hábil. Mostra que o projeto proposto é capaz de gerar renda suficiente para o agricultor liquidar sua dívida de acordo com as datas previstas;

b) A descrição da atividade é composta pelos itens necessários para implantá-la, por exemplo: para a atividade de cupuaçu é preciso descrever o período de preparo da área, do plantio, da adubação (se necessária), da poda, etc;

c) O período de liberação de cada parcela refere-se aos recursos destinados pelo banco ao beneficiário, de acordo com a prática que ele irá desenvolver em cada atividade agropecuária, extrativista, etc. Exemplo de projetos em 2003: Na implantação de dois hectares de mandioca, a liberação da primeira parcela era para o preparo de área que custava R\$ 270,00. A segunda parcela refere-se ao plantio que custava R\$ 54,00;

¹⁷ Base de cálculo – o valor máximo do PRONAF “A” é de R\$ 15.000,00 (até o calendário agrícola 2004/2005). Se a demanda regional por crédito fosse para beneficiar 100 famílias, o valor solicitado seria: R\$ 15.000,00 x 100 famílias = R\$ 1.500.000,00.

Se o valor de cada parcela do projeto a ser pago for inferior, igual ou ligeiramente superior aos gastos que o agricultor terá para vir do assentamento para adquiri-la, o banco agrupa e libera várias parcelas de uma vez para evitar a liberação em dias diferentes, por exemplo:

As parcelas destinadas ao plantio e a primeira capina, serão liberadas juntas em função do valor estipulado para pagamento ao agricultor familiar ser muito baixo.

d) O valor total do projeto estabelece o teto máximo do financiamento de acordo com as normas. O PRONAF “A” (dados de 2004) tem um limite máximo de R\$ 15.000,00 quando incluído o pagamento da ATER.

A receita das atividades deverá custear os recursos liberados no projeto durante o período máximo de dez anos (quando se refere ao PRONAF “A”) e gerar receita para o agricultor. De acordo com os bancos, nesta linha de crédito o beneficiário deverá ter um retorno mínimo de meio a um salário mínimo mensal. Esta renda mensal que cada beneficiário terá que alcançar após o período de carência¹⁸ do projeto, sempre é contestada pela maioria dos participantes dos fóruns de discussão técnica por equiparar as situações urbanas com as rurais. Exemplo de projeto em anexo.

5.3 PERÍODOS MARCANTES DE DISCUSSÃO DOS PARÂMETROS TÉCNICOS

Percebe-se que entre os anos de 1995 a 2004, ocorreram mudanças significativas na forma de elaboração e contratação dos projetos produtivos para os assentamentos no sudeste do Pará. Durante estes anos, tiveram dois períodos importantes de trabalhos com os projetos produtivos.

O primeiro período inicia-se em 1994/1995, e estende-se até o calendário agrícola de 1998/1999, sendo caracterizado pela predominância da EMATER. O segundo período, a partir do calendário agrícola de 1999/2000, com a participação das prestadoras de serviço na elaboração dos projetos e a participação mais direta dos agricultores familiares na discussão do crédito e da ATER.

¹⁸ Período que o beneficiário não estará pagando parcelas do projeto, por exemplo, para o PRONAF “A” o período de carência varia de um ano para a atividade de custeio (agrícola e pecuária) e até cinco anos para a atividade de investimento, como o plantio de cupuaçu.

No primeiro período de predominância da EMATER na elaboração de projetos para assentamentos, não existia um fórum de discussão em torno do crédito. Ressalta-se que neste período, a grande maioria das prestadoras de serviço não era ainda constituída. A elaboração dos projetos se dava numa relação direta entre os técnicos da EMATER e os técnicos dos bancos. As possíveis alterações nos projetos antes da liberação eram superadas entre estas duas instituições, o que facilitava a contratação e liberação dos mesmos.

Por outro lado, como os projetos eram construídos com parâmetros técnicos de realidades edafoclimáticas diferentes, dificultou bastante à implantação e o sucesso das atividades.

Só a partir do primeiro seminário técnico as prestadoras de serviço e os agricultores compreenderam qual era a fonte de informação que os técnicos do BASA utilizavam para analisar os projetos. A Relação de Índice Técnico (RIT) era o balizador dos analistas dos projetos produtivos, que comprovaria a viabilidade econômica das atividades. Era à base de todas as discussões técnicas entre os técnicos dos bancos e das prestadoras de serviço. A RIT era atualizada pelos técnicos do BASA de três em três meses. Continha todas as informações necessárias para calcular a viabilidade econômica de um projeto produtivo.

A construção dos parâmetros técnicos durante este período se deu internamente entre os profissionais das agências bancárias. Pouca referência de construção dos parâmetros técnicos tem a seu respeito. Por não ter as principais mudanças ocorridas no crédito rural, dificulta analisar mais rigorosamente este período.

A partir do segundo período, com a celebração dos convênios entre o INCRA e as Prestadoras de serviço, cria-se um fórum de discussão técnica do crédito (seminários e reuniões ou oficinas técnicas), como também ações de monitoramento, capacitação e fiscalização dessa “nova” modalidade de ATER, hoje, denominada de ATES.

Através das demandas enviadas pelas prestadoras de serviço de projetos não relacionados na RIT, gerou grande impasse para a contratação dos projetos pelos bancos, visto que, na região não existia referenciais técnicos¹⁹ destas “novas” atividades propulsoras²⁰.

As novas atividades e as alterações propostas nos fóruns de discussão, quando consistentes, são aceitas pelas instituições presentes. Ressalvando casos deliberados pelas gerências estaduais dos bancos em suspender o financiamento de determinadas atividades, como aconteceu com a pimenta-do-reino durante o ano de 2001. O BASA usou como justificativa do não financiamento da pimenta-do-reino, a super-safra do produto no Pará, no Brasil e no exterior durante o ano de 2000.

No ano de 2003, o não cadastramento dos agricultores no Sistema de Informações dos Projetos de Assentamentos (SIPRA), hoje denominado de Sistema de Informação Rural (SIR), foi o fator preponderante para o retorno dos recursos.

Exemplos que colocam em risco a não aplicação total dos recursos:

- O INCRA atrasa na emissão da carta de aptidão aos bancos e;
- Os bancos custam a analisar os projetos, a fazer as vistorias iniciais²¹ antes de assinar a cédula rural e liberar os projetos;
- O não cadastramento dos agricultores no Sistema de Informações dos Projetos de Assentamentos (SIPRA), hoje denominado de Sistema de Informação Rural (SIR).

¹⁹ Até o ano 2004, ainda não existe na região um referencial técnico sistematizado das atividades que foram implantadas. Em determinados momentos, gera ainda discussão entre técnicos das prestadoras de serviço, técnicos dos bancos e agricultores.

²⁰ As atividades propulsoras estão definidas neste trabalho como aquelas que estão mais adaptadas a realidade do agricultor familiar, as quais se contrapõem ao plantio de monocultura, a criação de gado extensivo, etc, tendo um maior respeito a preservação do meio-ambiente.

²¹ São vistorias feitas por técnicos do BASA nos estabelecimentos agrícolas dos futuros beneficiários, a fim de confirmar ou comprovar os dados coletados pelas prestadoras de serviço, bem como, ter o primeiro contato com os agricultores familiares. Implica no tempo geralmente grande para cumprir esta etapa pelo número pequeno de técnicos das agências financeiras, que acarreta no atraso da liberação da primeira parcela do projeto. Para os técnicos que elaboram e acompanham os projetos, esta primeira vistoria é uma marca ainda presente da desconfiança dos bancos com as prestadoras de serviço.

As vistorias feitas em loco pelos técnicos do BASA foram realizadas até o calendário agrícola de 2003/2004. O Banco do Brasil nunca disponibilizou técnicos para esta atividade.

A seguir, exemplifico as principais diferenças entre os dois períodos de discussão técnica dos projetos produtivos para assentamentos (Quadro 12):

Quadro 12: Distinção no tratamento dos projetos produtivos para assentamentos

N°	DISCRIMINAÇÃO	Calendário agrícola 1994/1995 ao 1998/1999	Calendário agrícola 1999/2000 ao 2004/2005
01	Solicitações documentais para liberação dos projetos	Como predominava a EMATER, os projetos produtivos eram liberados com maior facilidade. As discussões técnicas resumiam-se no debate entre a EMATER e os bancos, para definir as datas de liberação das parcelas como exemplo.	Em função do aumento do volume de recursos, do número de instituições que começaram a trabalhar com projetos produtivos, do maior número de projetos diversificados e do aprofundamento sobre a sustentabilidade dos mesmos, outros documentos foram incluídos para liberação dos projetos: o IBAMA fornecia o TAC ²² , o INCRA fornece a carta de aptidão, etc. A morosidade no envio destes documentos atrasa a aprovação e liberação dos projetos.
02	Diálogo para a construção dos projetos	Não tinha um fórum de discussão para discutir os créditos para assentamentos. O diálogo resumia-se entre a instituição de ATER e os bancos.	Em maio de 2000, ocorreu o primeiro seminário técnico de discussão dos projetos produtivos para assentamentos (índice técnico, o que financiar, etc). A partir deste período outras instituições começaram a discutir este tipo de crédito como: o MST, a FETAGRI, a FECAP, a CPT, a FASE, o LASAT, o IBAMA, etc.
03	Diversificação e diversidade dos projetos	Projetos pouco diversificados e pouco diversos. Mas já tinha a presença de atividades como o plantio de cupuaçu, da mandioca, coleta e transporte de castanha e açaí nativo.	Maior abertura para financiamento de atividades agrícolas, por exemplo: o consórcio de arroz x milho x mandioca, o plantio de maracujá e o plantio de SAF's e pecuárias, principalmente a criação de suínos, de caprinos, de ovinos, de aves (de corte e postura), etc. Ampliam-se os projetos diversificados e as diversidades dos projetos.
04	Descrição detalhadas das atividades financiadas	Eram poucas as atividades que eram descritas em suas etapas, como por exemplo: o plantio de cupuaçu (preparo de área, plantio, primeira capina, segunda capina, poda, etc.). Geralmente só escrevia a implantação de 01 hectare de cupuaçu e seu valor.	Todas as atividades são descritas de acordo com a implantação de cada etapa. Proporcionou que os técnicos entendessem as etapas que deveriam acompanhar para implantação dos projetos.

²² O TAC significa o Termo de Ajustamento de Conduta, documento enviado pelos agricultores aos bancos e ao IBAMA (órgão solicitante do documento), se comprometendo a preservar e/ou a recuperar 80% do seu estabelecimento agrícola. O agricultor teria que desenhar seu estabelecimento agrícola mostrando a área preservada ou a recuperar, registrando uma via em cartório. Este documento não é mais exigido para os créditos do PRONAF "A".

N°	DISCRIMINAÇÃO	Calendário agrícola 1994/1995 ao 1998/1999	Calendário agrícola 1999/2000 ao 2004/2005
05	Período de liberação das atividades	Na maioria dos projetos agropecuários analisados, as liberações das parcelas foram na mesma data ou agrupadas em no máximo duas datas distintas. Tem como dificuldade para o técnico e o agricultor entenderem dentro do valor recebido, qual o valor que seria destinado para a capina, para o roço, etc. Quando se misturava a liberação dos recursos de atividades pecuárias e agrícolas, a gestão do financiamento tornava-se mais difícil.	As parcelas são liberadas de acordo com a descrição de cada atividade, como exemplo: a parcela do preparo de área, da capina, etc. Ocorre a liberação conjunta de várias parcelas quando: <ul style="list-style-type: none"> - O período de liberação entre as parcelas é muito próximo; - Torna-se inviável para o agricultor receber a parcela do financiamento no banco, e; - Quando há atraso na liberação da primeira parcela.
06	Clareza das informações nas cédulas rurais	Informações técnicas de linguagem bancária de má compreensão, principalmente para os agricultores. Durante este marco, as informações tinham uma maior complexidade na compreensão, em função da utilização de taxas referenciais (TR), de juro sobre juro, de taxa nominal, etc.	Informações técnicas de linguagem bancária de má compreensão, principalmente para os agricultores. Começa a melhorar a compreensão quando as taxas e os juros ficaram fixos, exemplo o PRONAF "A".
07	Informações técnicas para construção dos projetos	Tinha uma base de informações técnicas denominada de RIT que o BASA utilizava. Estes índices eram exclusivos dos técnicos dos bancos. Apenas a EMATER, instituição predominante neste período tinha estas informações para fazer os projetos.	Através da apropriação da RIT pelas prestadoras e agricultores, a incorporação e as alterações dos índices técnicos das atividades tornaram-se uma construção coletiva das instituições relacionadas diretamente com o crédito rural para os assentamentos.
08	A forma de elaboração dos projetos	Utilização da Planilha do Excel do BASA pela EMATER para elaboração dos projetos. As prestadoras de serviço elaboravam os projetos através de cálculos feitos "a mão" (produção, produtividade, descarte de animais, etc). Dificuldade das prestadoras em elaborar e aprovar os projetos.	Apropriação pelas prestadoras de serviço da planilha do Excel para elaboração dos projetos. Todos os projetos são elaborados utilizando-se a planilha do Excel elaborada pelo técnico do banco.
09	Distribuição dos recursos e escolha dos assentamentos que serão contemplados com os projetos do PRONAF "A"	Em função da pouca participação dos agricultores na discussão do crédito, a escolha dos assentamentos a serem contemplados com os créditos era quase que exclusiva da ATER.	Através da maior participação dos agricultores na discussão do crédito, a escolha dos assentamentos que serão contemplados com os projetos do PRONAF "A", ficou quase que exclusivamente a cargo das instituições de representação dos agricultores familiares.

N°	DISCRIMINAÇÃO	Calendário agrícola 1994/1995 ao 1998/1999	Calendário agrícola 1999/2000 ao 2004/2005
10	Caracterização do assentamento para liberação dos recursos	Não se tinha uma “obediência” da destinação dos recursos para os assentamentos. Muitos projetos foram liberados para comunidades não incluídas em áreas oficiais de reforma agrária. Exemplo: o PROCERA elaborado pela Caixa Agrícola de São Domingos do Araguaia durante o calendário agrícola de 1994/1995.	A partir da efetivação do PRONAF “A” no ano de 2000, os recursos dos projetos produtivos destinados para os assentamentos estão sendo comprometidos para estas áreas.
11	Projetos agropecuários	Já era preconizada nos projetos a compra de agrotóxicos e de adubos químicos. De certa maneira, induzia os agricultores a adquirirem estes insumos. Muitos adubos químicos não foram utilizados.	A não preconização de adubação química e de agrotóxicos nos projetos. Permitiu que o agricultor familiar não se induzisse a comprar tais produtos antecipadamente. Foi incorporada uma verba financeira em aberta, que, dependendo da necessidade do agricultor e da justificativa do técnico, seria liberada. Esta verba pode ser utilizada de várias maneiras, por exemplo, para a fabricação caseira de inseticida natural, etc.
12	Plantio de culturas perenes	Para o plantio de culturas perenes as mudas tinham que ser compradas em fornecedores credenciados. Aumentou significativamente o valor dos projetos, com isso, tiveram vários problemas: 1 – a entrega das mudas era bastante difícil e, 2 – as mudas chegavam para os agricultores em péssimas condições de plantio, etc.	Produção de mudas de açaí, cupuaçu e maracujá pelos próprios agricultores, com a assessoria dos técnicos. As mudas são conduzidas de maneira artesanal em locais à sombra, como em baixo de árvores, e transplantadas diretamente para o local definitivo. As mudas de maracujá são conduzidas num recipiente antes de serem levadas para o local definitivo
13	Base de informação técnica para construção dos projetos produtivos	Tinha como referência principal materiais bibliográficos de instituições de pesquisa, principalmente a EMBRAPA.	Tem como referência a junção das experiências propulsoras existentes em diferentes comunidades, com os dados bibliográficos de instituições de pesquisa.
14	Outras observações ²³ importantes	Foi observado em alguns projetos o financiamento de equipamentos e materiais, que possivelmente fazem parte de outra linha de financiamento da reforma agrária, como recursos para a recuperação de casa. Há também recursos para a compra de arreo, forno de ferro e rancho (alimentação).	Os itens financiados têm como característica as atividades produtivas ou seu relacionamento direto, como a construção de cerca que está dentro do projeto da pecuária; a construção de açude para fornecimento de água para animais e para a agricultura.

Fonte: Autoria Própria – 20 amostras de projetos produtivos para assentamentos do ano de 1995 a 2004, coletadas aleatoriamente no BASA de Marabá.

²³ São observações analisadas que fogem dos padrões atuais de construção de um projeto, que têm como enfoque principal fomentar as atividades produtivas.

“Superadas” as barreiras da comunicação e informação técnica entre técnicos dos bancos e das prestadoras de serviço, os projetos eram aprovados e liberados com maior rapidez. Percebe-se no primeiro período o baixo volume de recursos aplicados para a agricultura familiar, em especial para os assentados, o que facilitava também a análise e a liberação dos projetos.

Mesmo com a socialização da planilha para a elaboração dos projetos e a construção coletiva dos parâmetros técnicos, continua, a princípio, por alguns técnicos dos bancos a desconfiança em financiar determinadas atividades como, por exemplo, a criação de aves, por não terem profissionais habilitados em trabalhar com esta atividade ou por falta de índice técnico regional. Mesmo assim, isto não inviabiliza a aprovação dos projetos.

Através do crescimento de recursos e, por sua vez, do aumento do número de projetos para a região, o Banco do Brasil começa a ampliar sua atuação como agente financiador para agricultores familiares assentados durante o calendário agrícola de 2002/2003. De acordo com o técnico do banco, em 2004 a agência de Marabá superou em números de financiamento a agência do BASA. O Banco do Brasil começa a ser fundamental para atender a demanda crescente de projetos na região.

Antes deste período, apenas a COOMARSP demandava projetos (coletivos e para custeio agrícola) para o Banco do Brasil. A RIT e a planilha que o BASA utiliza são aceitas pelos técnicos do Banco do Brasil, o que despertou também o interesse dos técnicos e dos agricultores em trabalhar com este agente financeiro. Por sua vez, o Banco do Brasil se insere nos fóruns de discussão técnica.

Mesmo o BASA e o Banco do Brasil adotando as mesmas informações técnicas e a mesma planilha de elaboração e análise dos projetos, eles diferem nas exigências documentais, no cadastro dos agricultores, etc. De acordo com o representante da SAF, o Ministro Miguel Rosseto do MDA tem uma proposta de unificar a forma de cadastramento das prestadoras de serviço e as exigências bancárias dos agentes financeiros que trabalham com o PRONAF, para facilitar o acesso dos agricultores ao crédito.

Neste sentido, é que os parâmetros técnicos da Região Sudeste do Pará estão se construindo. Num primeiro momento com pouco envolvimento das instituições e num segundo momento com a maior participação de técnicos e agricultores. A presença maior do técnico no assentamento permite que os agricultores familiares tenham maior confiança na proposta técnica dos projetos. O inverso também é verdadeiro.

6. CONCLUSÕES

O mérito das mudanças ocorridas nos parâmetros técnicos pode ser atribuído no primeiro momento ao movimento sindical (instituições de apoio, como ONG's, cooperativas, etc.) que forçou o primeiro seminário técnico, e a algumas prestadoras de serviço, assim como, a alguns técnicos dos bancos, que em discussões acaloradas, se redimiram de alguns conceitos e pré-conceitos técnicos em relação à elaboração e a análise de projetos produtivos. Com isso, o esforço anual para melhorar a qualidade da aplicação dos recursos, vem mostrando a importância da permanência dos fóruns de discussão técnica.

Em função disto, os projetos produtivos tiveram mudanças significativas na sua composição, principalmente na incorporação de novas atividades, que permitiu que o agricultor pudesse ter uma maior possibilidade de escolha de atividades que mais lhe interessasse. A incorporação de novas atividades foi uma das principais conquistas dos fóruns de discussão, visto que, durante o período compreendido entre 1995 a 2000, poucas atividades poderiam ser financiadas.

A abertura da discussão da RIT permitiu que as informações técnicas pudessem ser compartilhadas, “nivelando e alinhando” o conhecimento dos técnicos das prestadoras de serviço, da EMATER e das agências bancárias. Quando a RIT era apenas de conhecimento do banco, indicava que as informações dos técnicos dos bancos eram mais confiáveis que a dos técnicos das prestadoras de serviço. Mostrava, de certa maneira, a superioridade das informações técnicas das agências bancárias.

Aprofundar os índices técnicos regional poderia ser uma bandeira de luta da câmara técnica e das instituições envolvidas com o programa de ATES, que seja a Coordenação Regional, a Equipe de Articulação ou elas em interação. Para acumular esta função, a câmara técnica deverá extrapolar as discussões sobre o PRONAF “A” e o calendário agrícola regional. Permitiria identificar em meio real os avanços das discussões dos parâmetros técnicos definidos nos fóruns de discussão técnica.

Percebe-se que ao longo dos anos o valor de cada atividade aumenta consideravelmente, tornando-se mais difícil propor a diversificação através do crédito, visto

que, o teto máximo das linhas de financiamento não se altera na mesma velocidade da alteração dos preços dos animais, dos insumos, etc. Sem as condições necessárias para investir na diversificação da produção, os projetos produtivos deixariam de ser uma ferramenta essencial para tal.

Por outro lado, a planilha do BASA utilizada pelas prestadoras para elaboração dos projetos, que anteriormente analisava economicamente os mesmos por atividade separada, em 2002 foi modificada para analisar o conjunto das atividades do projeto, considerando o patrimônio da família, como por exemplo, os animais existentes no estabelecimento agrícola. Os técnicos dos bancos começaram a analisar sistematicamente os projetos produtivos.

Como os projetos começaram a ser analisados em Marabá pelo BASA²⁴, alguns problemas técnicos percebidos pelos técnicos dos bancos puderam ser resolvidos localmente. Alguns ajustes nos parâmetros técnicos, de maneira que não descaracterize os fóruns de discussão técnica, são realizados em Marabá. Os projetos produtivos do Banco do Brasil de Marabá sempre foram analisados pelos técnicos da agência local.

Desta forma, houve uma valorização da experiência do agricultor, além de selecionar naturalmente as melhores sementes adaptáveis às condições do estabelecimento agrícola e/ou da região. Esta prática de plantio direto é a mais utilizada pelos agricultores familiares e, na região, a grande maioria da produção vem de pomares fruto desse processo produtivo.

O que vem se apontando através da análise das mudanças nos parâmetros técnicos é a superação de projetos convencionais (como a utilização de altas dosagens de adubos químicos, etc) pelas propostas de atividades mais orgânicas. Mesmo assim, não podemos afirmar que o agricultor está rigorosamente seguindo o que está exposto no projeto. Ele pode adquirir com recursos próprios agrotóxicos para utilizar na lavoura. Mas, a tendência dos projetos permite sentir os esforços dos técnicos e dos agricultores que participam dos fóruns de discussão técnica, em mudar a forma de elaborar e de acompanhar os projetos produtivos anteriormente baseados no modelo da revolução verde.

²⁴ Até o primeiro semestre de 2003 os projetos analisados pelo BASA eram feitos em Belém. Até o calendário agrícola 2003/2004 os projetos foram analisados em Marabá com a ajuda dos analistas de Belém.

Esta mudança de enfoque na elaboração dos projetos está sendo aprimorada nos *fóruns* de discussão técnica. Mas, de uma maneira geral, a participação dos agricultores está diminuindo abruptamente ao longo dos anos. Será preciso identificar os motivos que estão levando a diminuição desta participação e criar mecanismos viáveis que favoreçam uma presença maior dos agricultores nestes *fóruns*, melhorando a validação das atividades que estão sendo deliberadas.

Para melhorar ainda mais a eficiência dos projetos, os técnicos das prestadoras de serviço deverão se desvincular em comum acordo com os bancos, o INCRA e as representações dos agricultores, de trabalhos atribuídos não condizentes com sua função, como por exemplo, a verificação do CPF que é papel do banco. Isso proporcionaria que os técnicos disponibilizassem de um maior tempo para refletir sobre o andamento dos projetos, atribuindo às questões sociais e ambientais o papel de ferramentas primordiais para a sustentabilidade dos agricultores familiares. Para que o novo paradigma de desenvolvimento baseado na agroecologia possa ser efetivado, envolvendo efetivamente a participação dos agricultores familiares na produção de conhecimento e na gestão das ações, será necessário diminuir a vinculação das ações dos técnicos aos créditos produtivos.

Desta maneira, o técnico de ATER poderia também disponibilizar parte do seu tempo, para rever os parâmetros técnicos aprovados através de pesquisas nos estabelecimentos agrícolas que trabalham, apesar das mudanças expressivas, com também, assessorar as organizações dos agricultores, o que facilitaria o acompanhamento e a avaliação dos projetos produtivos.

Atualmente, os entraves da elaboração e da liberação dos projetos estão relacionados diretamente à forma de comunicação entre as instituições. Através do aprimoramento comunicativo, os projetos produtivos melhoraram qualitativamente. É preciso, porém, que os técnicos dos bancos, do INCRA, do IBAMA e das prestadoras de serviço, etc. cumpram corretamente suas funções.

É importante mencionar que apesar do crédito para assentamento sofrer adaptação no âmbito regional, o período de liberação dos recursos para elaboração dos projetos é definido nacionalmente. O calendário trabalhado pelo Banco Central para liberação dos recursos, não é

condizente com o calendário agrícola regional, comprometendo anualmente a elaboração e a análise dos projetos em função do repasse tardio.

A continuidade das mudanças expressivas na política agrícola para os agricultores familiares na região, deverá necessariamente perpassar por quatro dimensões:

- permanência do *fórum* de representação regional de discussão e de deliberação sobre a atuação da ATER e do impacto dos créditos produtivos. Pode ser realizada através de ferramentas de monitoramento e avaliação dos serviços de ATER, e da construção de um banco de dados dos itens financiados;
- ampliar o leque de discussão do *fórum* através da criação de Grupos de Trabalhos (GT's), para discutir além do crédito, assuntos que perpassam a agricultura familiar, como: a comercialização, a infra-estrutura produtiva, entre outros;
- sistematização de experiências inovadoras para servir de base para a construção de índices técnicos regionais, bem como, para proporcionar o intercâmbio de técnicos e de agricultores;
- garantia de uma ATER permanente como uma política pública nacional, considerando as diversidades regionais (dimensão geográfica, infra-estrutura viária, etc.) através da valorização das instituições estatais e não-estatais. Esta política deverá compor necessariamente instrumento de capacitação continuada sobre os desafios e as dimensões da agricultura familiar, como também por temáticas específicas, por exemplo: cooperativismo, associativismo, piscicultura, culturas perenes, etc.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBALADEJO, C; VEIGA, Iran (Orgs.) Agricultura Familiar, n. 3, v. 1. A construção local dos territórios da agricultura familiar: Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. UFPA/CA/NEAF. Belém, 2002. 107 p.

ASSIS, William Santos; ALVES, Ailce Margarida Negreiros; GOMES, Maria Suely Ferreira; MUCHAGATA, Valter; DINIZ, Joaquim Apolinar Nóbrega; LOPES, José Luis do Carmo; SOUZA, Carlos Henrique Lopes de; NAGATA, Gilberto Koji. Equipe de Supervisão do Projeto Lumiar. Relatório de Pesquisa para Monitoramento Sócio-Econômico de Projetos de Assentamentos no Sul e Sudeste do Pará. INCRA SR(27). Julho/97 a julho de 1998.

ASSIS, Willian Santos; SILVA, Luiz Mauro Santos. Pronaf e a Agricultura Familiar na Amazônia: Uma Questão de Rever Prioridades. In: SIMÕES, Aquiles (Org). Coleta Amazônica: Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém, 2003. 326 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. PESQUISA PARTICIPANTE: editora brasiliense, São Paulo – SP, 1991, 211 p.

COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços. Marabá, 2004.

COSTABEBER, José Antônio. Transição Agroecológica: Do produtivismo a Ecologização. Material didático agroecologia. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO. Brasília, julho de 2004.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. Marabá, 2004.

ECHENIQUE, Octávio Sotomayor. Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil: análise do projeto lumiar e das empresas de assistência técnica e extensão rural. FAO-INCRA. UTF/BRA/036/BRA. Brasília, fevereiro de 1998.

EMBRAPA – SPI. Coleção Plantar: Pimenta-do-Reino. Brasília-DF, 2003. 58 p.

FETAG's; MONAPE; COIAB. Proponentes do PROAMBIENTE. Proposta definitiva, Abril de 2003. 31 p.

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá – Regional do Sudeste. Terceiro Congresso da FETAGRI – Regional Sudeste. Marabá, 2004.

GUANZIROLI, Carlos E.; BRUNO, Regina. SOUZA; Inês Cabanilha. DIAS, Marcelo Miná. Assistência Técnica para Assentamentos Rurais. Relatório de Consultoria. Análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER). Rio de Janeiro/Brasília, setembro de 2003.

GUERRA, Armando Diniz. O posseiro da Fronteira. Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense, UFPA/NAEA: Belém, 2001.

HALMENSFLAGER, Fábio Leandro. O técnico da nova ATER. Uma identidade profissional em construção. O caso da mesorregião sudeste do Pará. UFPA/NEAF. Belém, 2003, 95 p.

MARTINS, Argileu; MUSSOI, Eros Marion; MAMEDE, Fani; CAPORAL, Francisco Roberto; STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald; SILVA, Hur Ben Corrêa da; GASPARIN, Inocência; THOMAS, Joaquim; MUCHAGATA, Márcia; SCHAUN, Nicolau; LANGE, Roberta Maçada; FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). MDA/SAF. Brasília, outubro de 2003.

MARTINS, Argileu; MUSSOI, Eros Marion; MAMEDE, Fani; CAPORAL, Francisco Roberto; STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald; SILVA, Hur Ben Corrêa da; GASPARIN, Inocência; THOMAS, Joaquim; MUCHAGATA, Márcia; SCHAUN, Nicolau; LANGE, Roberta Maçada; FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA/SAF. Brasília, maio de 2004.

MDA. Incra anuncia R\$ 123 milhões para a reforma agrária no Sul do Pará, uma das regiões com maior violência no campo no País. [on line]. Disponível na Internet via www.mda.gov.br. [30 de maio de 2004].

MDA. Incra vai quadruplicar assistência nos assentamentos. [on line]. Disponível na Internet via www.mda.gov.br. [13 de abril de 2004].

MDA. Manual Operacional do Programa de ATER [on line]. Disponível na Internet via www.incra.gov.br [23 de abril de 2004].

MDA. Página de apresentação. [on line]. Disponível na Internet via www.mda.gov.br. [26 de agosto de 2004].

MENEZES, Francisco; BURLANDY, Luciene; MALUF, Renato S.. Componentes de Segurança Alimentar e Nutricional em um Pano Nacional de Reforma Agrária. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA. Brasília, julho de 2004.

MINIDICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA escrito. Câmara brasileira do livro. São Paulo. 1996.

MUCHAGATA, M. et al.. A construção do diálogo entre pesquisadores e agricultores através das experiências do CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) em Marabá-PA, in: Symposium International Recherches-Systeme em Agriculture et Développement Rural, Montpellier, França, 1994.

PINHEIRO, Sérgio L. G. O Enfoque Sistêmico na Pesquisa e Extensão Rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento?. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. II, 1995, Londrina. *Anais*. Londrina: SBPS/IAPAR, 1995. p. 28 – 36.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Título original francês, Paris, 1988, 1ª Edição: Lisboa, outubro de 1992.

REYNAL, Vicent de; MUCHAGATA, Márcia G.; TOPALL, Olivier; HÉBETTE, Jean. Agricultores familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica. LASAT/UFPA/UAG/GRET, Belém, 1996.

ROY, Gérard. A Experiência do Centro Agro-Ambiental do Tocantins: o diagnóstico agro-sócio-econômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores. HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul da Silva (orgs.). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000.

SCHIMITZ, Heribert. Perspectiva de assistência técnica para agricultura familiar. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M. DA. Coletânea. UFS. EMBRAPA – CPATC.

SCHMITZ, Heribert. Assistência Técnica para agricultura Familiar. In: SIMÕES, Aquiles (Org). Coleta Amazônica: Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém, 2003; p. 1 - 71.

SOARES-PINTO, Rita Mendonça. Tendências atuais no campo institucional da ATER: situação na região de Marabá. Seminário Interestadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar na região amazônica, Belém, 05 a 08 de dezembro de 2000.

SPRAKEL, Hendrikus Johannes Maria. Extensão Rural e Desenvolvimento. Texto para o seminário “Agricultura familiar e desenvolvimento rural”. Porto Alegre – RS, 29 de Maio de 1993.

THIOLLENT, MICHEL. Extensão Universitária e Metodologia Participativa: II Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão. COPPE/UF RJ. Rio de Janeiro, 1998, 118p.

TURA, T.R.; COSTA, F. de ASSIS. Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará, FASE, Belém, 2000, 381 p.

WORKSHOP NACIONAL. Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar: proposta, 24 a 28 de novembro de 1997. Brasília, PNUD, 1997. 47 p.

Op.2 - N I H I L											
JUROS COBRADOS:	%aa.										
AMORTIZAÇÃO Op.3 - N I H I L											
JUROS COBRADOS:	%aa.										
AMORTIZAÇÃO											
9-FLUXO LIQUIDO (7-8)		5.505,32	4.663,95	5.473,82	4.189,24	4.765,39	5.315,59	6.728,66	6.728,66	6.728,66	6.728,19
OBS.: NIHIL											
A N Á L I S E C R Í T I C A											
PRAZOS DE INVERSÕES				Total	Carência						
- FIXAS	(até 10 anos.; carência: até 3 anos)			10	3						
- SEMIFIXAS	(até 10 anos; carência: até 3 anos)			10	3						
- CUSTEIO	(até 2 anos ou 1 ano (sem carência)										
PRONAF	PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO			INICIAL							
INVESTIMENTO / CUSTEIO ASSOCIADO			R\$ 12.000,00	SDC. OP. "EM SER": R\$							
LIMITES (MN-FNO 3.1)				VALOR DO PROJETO: R\$		10.494,50					
- I N V E S T I M E N T O:			R\$ 6.821,43	I N V E S T I M E N T O: R\$		10.494,50					
- CUSTEIO ASSOCIADO(até 35% do vr.do projeto).			R\$ 3.673,08	CUSTEIO ASSOCIADO: R\$							
P E R Í O D O S =>		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
-RELAÇÃO CUSTO/RECEITA(+/-50%)		11%	20%	18%	18%	18%	18%	16%	16%	16%	16%
-RELAÇÃO S.Div/Fluxo Bruto(+/-80%):					28%	25%	23%	19%	19%	19%	19%
-% DE REINVERSÃO DE LUCRO (Máx.60%) até 2 vezes:											
-RELAÇÃO REEMBOLSO / FINANC. (100%) =>			100%	PZ REEMBOLSO COMPATÍVEL C/Prazo Op?				SIM.			
Í N D I C E S P E C U Á R I O S											
- No. MATRIZES P/ESTABILIZAR REBANHO =>		19	19	19	19						
- ÍNDICE DE USO DO SUPORTE (Máx. 90%) =>		36%	39%	48%	54%	60%	68%	68%	68%	68%	68%
-VENDA DE NOVILHAS EXCEDENTES =>								1	1	1	1

QUADRO DE CUSTOS											
DISCRIMINAÇÃO	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	ANO VI	ANO VII	ANO VIII	ANO IX	ANO X	
1 - CUSTOS FIXOS				12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	
M.O.Familiar				12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	
2 - CUSTOS VARIÁVEIS	656,00	1.118,50	1.206,00	1.256,00	1.331,00	1.431,00	1.518,50	1.518,50	1.518,50	1.518,50	
Vac/Med/S.Min.(1)		462,50	550,00	600,00	675,00	775,00	862,50	862,50	862,50	862,50	
Cons.Pastagem (2)	96,00	96,00	96,00	96,00	96,00	96,00	96,00	96,00	96,00	96,00	
CUSTEIO DE OUTRAS CULTURAS (não financiadas)											
Peixe	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	
CUSTEIO DAS CULTURAS FINANCIADAS E/OU EXISTENTES (c/receitas incluídas no Sistema de Produção)											
0											
0											
0											
0											
3 - RESERVA TÉCNICA 3%/(1+2)	19,68	33,56	36,18	38,04	40,29	43,29	45,92	45,92	45,92	45,92	
4 - CUSTO .TOTAL(1+2+3)	675,68	1.152,06	1.242,18	1.306,04	1.383,29	1.486,29	1.576,42	1.576,42	1.576,42	1.576,42	
(1) - Na base de R\$	25,00	/cab aa.(Total do Estoque Médio Anual)				(2) - 20% Past. Artif.a.a.			20,00	/ha/a.a.	

Nascimentos						4	4	8						TOTAL	FORRA-	USO
Mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0					GERAL	GEIRO	DO SU-
Descarte	0	2							2					EM	EM	PORTE
Venda			0	0	0	0	4	0	4					UA	UA	(A)/(B)
ESTOQUE FINAL	1	8	0	4	0	4	0	4	21			0		(A)	(B)	X
ESTOQUE MÉD.CAB.	1	9	0	4	0	4	2	2	22			0				
ESTOQUE MÉD.U.A.	1	9	0	4	0	2	1	1	17			0	0	17	36	48
ANO IV																
Estoque Inicial	1	12	0	4	0	4			21			0		(a)+(b)	SUPOR-	%
Aquisição	0								0						TE	DE
Nascimentos						4	4	8						TOTAL	FORRA-	USO
Mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0					GERAL	GEIRO	DO SU-
Descarte	0	2							2					EM	EM	PORTE
Venda			0	0	0	0	4	0	4					UA	UA	(A)/(B)
ESTOQUE FINAL	1	10	0	4	0	4	0	4	23			0		(A)	(B)	X
ESTOQUE MÉD.CAB.	1	11	0	4	0	4	2	2	24			0				
ESTOQUE MÉD.U.A.	1	11	0	4	0	2	1	1	19			0	0	19	36	54
ANO V																
Estoque Inicial	1	14	0	4	0	4			23			0		(a)+(b)	SUPOR-	%
Aquisição	0								0						TE	DE
Nascimentos						5	5	10						TOTAL	FORRA-	USO
Mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0					GERAL	GEIRO	DO SU-
Descarte	0	2							2					EM	EM	PORTE
Venda			0	0	0	0	5	0	5					UA	UA	(A)/(B)
ESTOQUE FINAL	1	12	0	4	0	4	0	5	26			0		(A)	(B)	X
ESTOQUE MÉD.CAB.	1	13	0	4	0	4	3	3	27			0				
ESTOQUE MÉD.U.A.	1	13	0	4	0	2	1	1	22			0	0	22	36	60
ANO VI																
Estoque Inicial	1	16	0	4	0	5			26			0		(a)+(b)	SUPOR-	%
Aquisição	0								0						TE	DE
Nascimentos						6	6	12						TOTAL	FORRA-	USO

Mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0					GERAL	GEIRO	DO SU-
Descarte	0	2							2					EM	EM	PORTE
Venda			0	0	0	0	6	0	6					UA	UA	(A)/(B)
ESTOQUE FINAL	1	14	0	4	0	5	0	6	30			0		(A)	(B)	X
ESTOQUE MÉD.CAB.	1	15	0	4	0	5	3	3	31			0				
ESTOQUE MÉD.U.A.	1	15	0	4	0	3	1	1	25			0	0	25	36	68
ANO VII																
Estoque Inicial	1	18	0	5	0	6			30			0		(a)+(b)	SUPOR-	%
Aquisição	0								0						TE	DE
Nascimentos							6	6	12					TOTAL	FORRA-	USO
Mortalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0					GERAL	GEIRO	DO SU-
Descarte	0	3							3					EM	EM	PORTE
Venda			0	1	0	0	6	0	7					UA	UA	(A)/(B)
ESTOQUE FINAL	1	15	0	4	0	6	0	6	32			0		(A)	(B)	X
ESTOQUE MÉD.CAB.	1	17	0	5	0	6	3	3	35			0				
ESTOQUE MÉD.U.A.	1	17	0	5	0	3	1	1	28			0	0	28	36	76

ATIVIDADES GADO+CERCA+PISCICUL- TURA												
I - SUPORTE FORRAGEIRO (*)												
TIPO E ESPÉCIE	ANO I			ANO II			ANO III			ANO IV		
	QT. HA	UA/HA	QT. UA	QT. HA	UA/HA	QT. UA	QT. HA	UA/HA	QT. UA	QT. HA	UA/HA	QT. UA
I - ARTIFICIAIS	24,00		36,00	24,00		36,00	24,00		36,00	24,00		36,00
1. FORMADAS	24,00		36,00	24,00		36,00	24,00		36,00	24,00		36,00
a) Pastagens	24,00	1,5	36,00	24,00	1,5	36,00	24,00	1,5	36,00	24,00	1,5	36,00
b) Capineira	0,00	10:1	0,00	0,00	10:1	0,00	0,00	10:1	0,00	0,00	10:1	0,00
2. EM FORMAÇÃO	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
a) Pastagens	0,00	0,5	0,00		0,5			0,5			0,5	
b) Capineira	0,00	5:1	0,00									
II - NATIVAS	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
- Tipo 1	0,00	1:3	0,00	0,00	1:3	0,00	0,00	1:3	0,00	0,00	1:3	0,00
III -TOTAL (I + II)	24,00		36,00	24,00		36,00	24,00		36,00	24,00		36,00
(*) - Estabilizado a partir do ano: II												
				Novilho			Garrote			Bezerro		
FATOR P/No. MATRIZES NA ESTABILIZAÇÃO:				2,05027			1,74857			1,58257		
				2,05027			1,74857			1,58257		
I - ESTABILIZAÇÃO DO REBANHO						II - TRANSFORMAÇÃO DO REBANHO EM UA						
DISCRIMINAÇÃO		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	CATEGORIA ANIMAL			No.CAB.	EM U.A.		
SUPORTE LÍQUIDO (*)		31	31	31	31	I. Touro,Vaca e Novilho(a)			1,0	1,0		
No. DE MATRIZES (Máximo)		19	19	19	19	II. Garrotes(as)			2,0	1,0		
						III. Bezerros(as)			3,0	1,0		
SL = ST * ,85						IV. Animais de Serviço			1,0	1,5		

III - ÍNDICES PECUÁRIOS					IV - SUPORTE FORRAGEIRO				
ÍNDICES	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	TIPO E ESPÉCIE	ANO I	ANO II		
I - RELACAO TOURO/VACA	25	25	25	25	I - ARTIFICIAIS	UA/HA	UA/HA(P/1)		
II - TAXA DE NATALIDADE	70%	70%	70%	70%	1.1 Formadas	1,5	1,5		
III - DESCARTE DE VACAS	15%	15%	15%	15%	1.2 Capineira	10,0	10,0		
IV - DESCARTE DE TOUROS	10%	10%	33%	33%	2.1 Em Formação (Capim)	0,5	0,5		
V - TAXA DE MORTALIDADE					2.2 Capineira	5,0	5,0		
1. Touro e Matrizes	1%	1%	1%	1%	II - NATIVAS				
2. Novilhos(s)	2%	2%	2%	2%	Tipo 1 (1:3)	0,33			
3. Garrotes(as)	3%	3%	3%	3%	Tipo 2 (1:4)	0,25			
4. Bezerros(as)	5%	5%	5%	5%	Tipo 3 (1:5)	0,20			

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)